

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	22
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	23
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	24
Demonstração do Valor Adicionado	25

Relatório da Administração	27
Notas Explicativas	35

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	120
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	150.000
Preferenciais	0
Total	150.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	12/05/2010	Dividendo	12/05/2010	Ordinária		0,28374

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.213.107	1.879.917	1.540.890
1.01	Ativo Circulante	1.444.079	1.296.118	988.059
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	181.263	183.124	28.192
1.01.03	Contas a Receber	422.702	513.424	517.886
1.01.03.01	Clientes	319.051	416.216	429.665
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	103.651	97.208	88.221
1.01.04	Estoques	728.147	518.551	380.819
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.986	20.054	16.521
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	67.981	60.965	44.641
1.01.08.03	Outros	67.981	60.965	44.641
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	40.139	38.675	31.289
1.01.08.03.02	Outros Ativos	27.842	22.290	13.352
1.02	Ativo Não Circulante	769.028	583.799	552.831
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	145.964	141.487	101.331
1.02.01.03	Contas a Receber	1.661	2.898	7.677
1.02.01.03.01	Clientes	1.661	2.898	7.677
1.02.01.06	Tributos Diferidos	114.458	119.490	75.046
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.458	119.490	75.046
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	29.845	19.099	18.608
1.02.02	Investimentos	196.609	67.373	62.932
1.02.02.01	Participações Societárias	196.609	67.373	62.932
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	106.142	9.190	7.704
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	90.467	58.183	55.228
1.02.03	Imobilizado	331.306	295.729	307.475
1.02.04	Intangível	95.149	79.210	81.093

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.213.107	1.879.917	1.540.890
2.01	Passivo Circulante	1.345.305	1.090.219	964.779
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	109.218	68.398	56.074
2.01.02	Fornecedores	985.605	695.349	427.852
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.823	27.321	37.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	88.876	168.122	380.958
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	88.876	168.122	380.958
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.876	168.122	380.958
2.01.05	Outras Obrigações	125.783	131.029	62.753
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.343	22.534	17.874
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	24.736	22.010	17.408
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	607	524	466
2.01.05.02	Outros	100.440	108.495	44.879
2.01.05.02.04	Receita Diferida	20.686	54.947	13.947
2.01.05.02.05	Impostos Parcelados	8.239	4.272	424
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	71.515	49.276	30.508
2.02	Passivo Não Circulante	820.366	795.761	489.467
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	544.868	527.718	439.895
2.02.02	Outras Obrigações	217.213	242.517	34.587
2.02.02.02	Outros	217.213	242.517	34.587
2.02.02.02.03	Receita Diferida	207.468	228.154	33.101
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados	6.300	12.929	1.486
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	3.445	1.434	0
2.02.04	Provisões	58.285	25.526	14.985
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.285	25.526	14.985
2.03	Patrimônio Líquido	47.436	-6.063	86.644
2.03.01	Capital Social Realizado	43.000	220.000	220.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.436	685	6.842
2.03.04.01	Reserva Legal	3.442	34	6.842

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	994	651	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-226.748	-140.198

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.193.623	3.051.573	2.396.300
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.916.704	-2.079.557	-1.545.885
3.03	Resultado Bruto	1.276.919	972.016	850.415
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.039.240	-950.680	-844.658
3.04.01	Despesas com Vendas	-869.757	-740.335	-665.829
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-230.389	-206.401	-167.018
3.04.02.01	Gerais e Adminsitrativas	-164.687	-147.729	-118.089
3.04.02.02	Depreciação	-65.702	-58.672	-48.929
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-14.471	-32.414	-11.336
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	32.983	17.492	13.956
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	32.983	17.492	13.956
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	42.394	10.978	-14.431
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	237.679	21.336	5.757
3.06	Resultado Financeiro	-155.077	-165.232	-109.236
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	82.602	-143.896	-103.479
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.768	51.189	26.833
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.834	-92.707	-76.646
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.834	-92.707	-76.646
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,45889	-0,61805	-0,51097

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	68.834	-92.707	-76.646
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.834	-92.707	-76.646

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	318.809	170.007	-237
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	157.902	57.905	51.824
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	68.834	-92.707	-76.646
6.01.01.02	Despesa de imposto de renda e contribuição social	13.768	-51.189	-26.833
6.01.01.03	Depreciação e amortização	65.702	58.672	48.929
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos e financiamentos	80.725	95.697	99.417
6.01.01.05	Resultado apurado na adesão ao parcelamento de tributos (Lei 11.941/09)	0	19.860	0
6.01.01.06	Equivalência patrimonial	-42.394	-10.978	14.431
6.01.01.07	Provisão para perdas em ativos	678	58.590	9.312
6.01.01.08	Provisão para contingências	32.759	10.541	-2.627
6.01.01.09	Baixa do ativo imobilizado e do ativo intangível	2.388	1.225	174
6.01.01.10	Realização da receita diferida	-54.947	-13.947	-11.726
6.01.01.11	Ressarcimentos de tributos	-9.611	-17.859	-2.607
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	181.031	112.102	-51.623
6.01.02.01	Contas a receber	79.383	-19.430	46.241
6.01.02.03	Estoques de mercadorias para revenda	-196.674	-95.973	-34.146
6.01.02.04	Partes relacionadas	-1.002	-2.128	2.625
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-14.321	-53.609	-3.083
6.01.02.06	Outros ativos	-17.934	-8.150	612
6.01.02.07	Fornecedores	280.798	265.277	-50.856
6.01.02.10	Salários, férias e encargos sociais	40.820	12.324	7.833
6.01.02.11	Impostos a recolher	19.890	-9.821	7.801
6.01.02.12	Partes relacionadas	2.809	6.507	-9.182
6.01.02.13	Impostos parcelados	-3.360	-1.250	0
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-9.378	18.355	-19.468
6.01.03	Outros	-20.124	0	-438
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	-20.124	0	-438
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-175.033	203.974	-117.399
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-88.373	-36.724	-114.980

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-30.425	-9.302	-23.131
6.02.03	Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	0	250.000	20.250
6.02.05	Investimento em controlada	-64.948	0	-1.900
6.02.06	Recebimento de dividendos de controladas	8.713	0	2.362
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.637	-219.049	59.165
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	178.952	333.284	666.058
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-247.335	-454.423	-523.707
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-63.554	-97.910	-79.721
6.03.04	Pagamento de dividendos	-13.700	0	-3.465
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.861	154.932	-58.471
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183.124	28.192	86.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	181.263	183.124	28.192

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-15.335	0	-15.335
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.335	0	-15.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.834	0	68.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.834	0	68.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-177.000	3.408	343	173.249	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.442	994	-4.436	0	0
5.06.04	Redução de Capital	-177.000	0	0	177.000	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	-34	-651	685	0	0
5.07	Saldos Finais	43.000	3.442	994	0	0	47.436

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	220.000	6.842	0	-140.198	0	86.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	6.842	0	-140.198	0	86.644
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-92.707	0	-92.707
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-92.707	0	-92.707
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.808	651	6.157	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	34	651	-685	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	-6.842	0	6.842	0	0
5.07	Saldos Finais	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	220.000	6.842	0	-63.552	0	163.290
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	6.842	0	-63.552	0	163.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.646	0	-76.646
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.646	0	-76.646
5.07	Saldos Finais	220.000	6.842	0	-140.198	0	86.644

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	4.865.708	3.662.862	3.063.991
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.777.414	3.665.133	3.061.479
7.01.02	Outras Receitas	88.294	-2.271	2.512
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-14.471	-32.414	-11.336
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	102.765	30.143	13.848
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.461.818	-2.927.393	-2.330.376
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.060.552	-2.503.125	-1.934.833
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-390.424	-418.100	-375.914
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-10.842	-6.168	-19.629
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.403.890	735.469	733.615
7.04	Retenções	-65.702	-58.672	-48.929
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-65.702	-58.672	-48.929
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.338.188	676.797	684.686
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.982	39.234	13.800
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	42.394	10.978	-14.431
7.06.02	Receitas Financeiras	37.588	28.256	28.231
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.418.170	716.031	698.486
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.418.170	716.031	698.486
7.08.01	Pessoal	475.398	314.238	286.765
7.08.01.01	Remuneração Direta	363.691	240.277	217.030
7.08.01.02	Benefícios	78.352	53.372	53.930
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.355	20.589	15.805
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	582.725	217.927	287.341
7.08.02.01	Federais	197.312	66.877	84.921
7.08.02.02	Estaduais	370.683	139.014	192.223
7.08.02.03	Municipais	14.730	12.036	10.197
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	291.213	276.573	201.026
7.08.03.01	Juros	183.292	176.424	123.204
7.08.03.02	Aluguéis	97.871	84.052	64.189

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.03	Outras	10.050	16.097	13.633
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.834	-92.707	-76.646

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	3.927.780	2.633.968	2.096.451
1.01	Ativo Circulante	2.895.585	2.011.171	1.520.368
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	328.865	192.409	35.497
1.01.02	Aplicações Financeiras	46.732	39.209	50.783
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	46.732	39.209	50.783
1.01.03	Contas a Receber	1.524.671	1.188.634	996.689
1.01.03.01	Clientes	1.418.906	1.091.426	908.468
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	105.765	97.208	88.221
1.01.04	Estoques	849.799	518.551	380.819
1.01.06	Tributos a Recuperar	46.524	29.553	19.399
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	98.994	42.815	37.181
1.01.08.03	Outros	98.994	42.815	37.181
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	36.018	18.643	20.498
1.01.08.03.02	Outros Ativos	62.976	24.172	16.683
1.02	Ativo Não Circulante	1.032.195	622.797	576.083
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	298.735	238.342	175.115
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	31.951	23.971	0
1.02.01.03	Contas a Receber	18.714	24.777	34.395
1.02.01.03.01	Clientes	18.714	24.777	34.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	168.225	162.490	121.039
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	168.225	162.490	121.039
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	79.845	27.104	19.681
1.02.03	Imobilizado	358.841	297.791	310.680
1.02.04	Intangível	374.619	86.664	90.288

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	3.927.780	2.633.968	2.096.451
2.01	Passivo Circulante	2.685.908	1.837.296	1.479.900
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	116.525	69.064	56.896
2.01.02	Fornecedores	1.140.724	696.048	428.142
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.438	28.793	38.595
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	108.758	168.122	380.958
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	108.758	168.122	380.958
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	108.758	168.122	380.958
2.01.05	Outras Obrigações	1.280.463	875.269	575.309
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.231	13.887	9.454
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	12.614	11.708	8.924
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	617	2.179	530
2.01.05.02	Outros	1.267.232	861.382	565.855
2.01.05.02.04	Depósitos Interfinanceiros	852.680	569.002	439.187
2.01.05.02.05	Operações com Cartões de Crédito	220.230	120.535	57.474
2.01.05.02.06	Receita Diferida	25.956	54.951	13.947
2.01.05.02.07	Impostos Parcelados	43.019	39.052	424
2.01.05.02.08	Provisões técnicas de seguros	22.937	23.098	22.594
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	102.410	54.744	32.229
2.02	Passivo Não Circulante	1.194.436	802.735	529.907
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	666.115	527.718	439.895
2.02.02	Outras Obrigações	332.555	248.687	38.371
2.02.02.02	Outros	332.555	248.687	38.371
2.02.02.02.03	Depósitos Interfinanceiros	4.045	4.286	10.153
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados	6.300	12.929	1.486
2.02.02.02.05	Provisões Técnicas de Seguros	20.758	12.159	9.042
2.02.02.02.06	Receitas Diferidas	296.062	217.879	17.690
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	5.390	1.434	0
2.02.03	Tributos Diferidos	13.746	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.746	0	0
2.02.04	Provisões	182.020	26.330	51.641
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	182.020	26.330	51.641
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	47.436	-6.063	86.644
2.03.01	Capital Social Realizado	43.000	220.000	220.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.436	685	6.842
2.03.04.01	Reserva Legal	3.442	34	6.842
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	994	651	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-226.748	-140.198

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.808.024	3.350.999	2.610.520
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.166.261	-2.140.188	-1.603.102
3.03	Resultado Bruto	1.641.763	1.210.811	1.007.418
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.390.330	-1.206.830	-1.024.089
3.04.01	Despesas com Vendas	-976.930	-805.824	-698.524
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-281.016	-224.168	-180.146
3.04.02.01	Gerais e Adminsitrativas	-212.529	-163.545	-130.381
3.04.02.02	Depreciação	-68.487	-60.623	-49.765
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-175.333	-190.407	-157.237
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	42.949	13.569	11.818
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	42.949	13.569	11.818
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	251.433	3.981	-16.671
3.06	Resultado Financeiro	-141.465	-140.609	-104.069
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.968	-136.628	-120.740
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.134	43.921	44.094
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.834	-92.707	-76.646
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	68.834	-92.707	-76.646
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	68.834	-92.707	-76.646
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,45889	-0,61805	-0,51907

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	68.834	-92.707	-76.646
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	68.834	-92.707	-76.646
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	68.834	-92.707	-76.646

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	405.408	172.561	-1.824
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	401.531	284.057	239.565
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	68.834	-92.707	-76.646
6.01.01.02	Despesa de imposto de renda e contribuição social	41.134	-43.921	-44.094
6.01.01.03	Depreciação e amortização	68.487	60.623	49.765
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos e financiamentos	85.700	139.977	141.936
6.01.01.05	Resultado apurado na adesão ao parcelamento de tributos (Lei 11.941/09)	0	17.003	0
6.01.01.07	Provisão para perdas em ativos	141.690	216.583	170.174
6.01.01.08	Provisão para contingências	36.864	10.438	8.636
6.01.01.09	Baixa do ativo imobilizado e do ativo intangível	18.972	2.732	274
6.01.01.10	Realização da receita diferida	-50.539	-8.812	-7.873
6.01.01.11	Ressarcimentos de tributos	-9.611	-17.859	-2.607
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	24.001	-96.443	-238.433
6.01.02.01	Contas a receber	-458.344	-368.991	-240.606
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	-15.503	-12.397	-23.524
6.01.02.03	Estoques de mercadorias para revenda	-257.737	-95.973	-34.146
6.01.02.04	Partes relacionadas	-17.375	576	-475
6.01.02.05	Impostos a recuperar	6.093	-60.230	2.544
6.01.02.06	Outros ativos	-61.790	-13.631	1.884
6.01.02.07	Fornecedores	395.313	265.686	-50.681
6.01.02.08	Depósitos interfinanceiros	283.437	76.242	88.324
6.01.02.09	Operações com cartões de crédito	99.695	63.061	31.523
6.01.02.10	Salários, férias e encargos sociais	40.897	12.168	6.878
6.01.02.11	Impostos a recolher	-1.101	976	-1.666
6.01.02.12	Partes relacionadas	-656	6.280	-8.119
6.01.02.13	Impostos parcelados	-3.360	4.064	0
6.01.02.14	Outras contas a pagar	14.432	25.726	-10.369
6.01.03	Outros	-20.124	-15.053	-2.956
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	-20.124	-15.053	-2.956

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-105.480	203.400	-118.361
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-92.814	-37.298	-116.916
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-30.836	-9.302	-21.695
6.02.03	Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	80.000	250.000	20.250
6.02.05	Investimento em controlada	-61.830	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-163.472	-219.049	62.630
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	319.873	333.284	666.058
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-405.911	-454.423	-523.707
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-63.734	-97.910	-79.721
6.03.04	Pagamento de dividendos	-13.700	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	136.456	156.912	-57.555
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.409	35.497	93.052
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	328.865	192.409	35.497

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063	0	-6.063
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063	0	-6.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-15.335	0	-15.335	0	-15.335
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.335	0	-15.335	0	-15.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.834	0	68.834	0	68.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.834	0	68.834	0	68.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-177.000	3.408	343	173.249	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.442	994	-4.436	0	0	0	0
5.06.04	Redução de Capital	-177.000	0	0	177.000	0	0	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	-34	-651	685	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	43.000	3.442	994	0	0	47.436	0	47.436

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	220.000	6.842	0	-140.198	0	86.644	0	86.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	6.842	0	-140.198	0	86.644	0	86.644
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-92.707	0	-92.707	0	-92.707
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-92.707	0	-92.707	0	-92.707
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.808	651	6.157	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	34	651	-685	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	-6.842	0	6.842	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063	0	-6.063

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	220.000	6.842	0	-63.552	0	163.290	0	163.290
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	6.842	0	-63.552	0	163.290	0	163.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.646	0	-76.646	0	-76.646
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.646	0	-76.646	0	-76.646
5.07	Saldos Finais	220.000	6.842	0	-140.198	0	86.644	0	86.644

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	5.450.237	3.818.576	3.151.689
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.412.530	3.924.509	3.246.435
7.01.02	Outras Receitas	37.707	-105.933	-94.746
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-175.333	-190.407	-157.237
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	213.040	84.474	62.491
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.850.890	-3.061.990	-2.443.651
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.369.693	-2.590.212	-2.006.786
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-470.355	-465.610	-417.236
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-10.842	-6.168	-19.629
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.599.347	756.586	708.038
7.04	Retenções	-68.487	-60.623	-49.765
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.487	-60.623	-49.765
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.530.860	695.963	658.273
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.712	34.124	33.398
7.06.02	Receitas Financeiras	46.712	34.124	33.398
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.577.572	730.087	691.671
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.577.572	730.087	691.671
7.08.01	Pessoal	502.561	320.381	292.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	385.933	245.004	221.740
7.08.01.02	Benefícios	81.196	54.456	54.573
7.08.01.03	F.G.T.S.	35.432	20.921	16.066
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	712.875	243.906	274.398
7.08.02.01	Federais	280.391	90.035	70.884
7.08.02.02	Estaduais	413.968	139.021	192.227
7.08.02.03	Municipais	18.516	14.850	11.287
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	293.302	258.507	201.540
7.08.03.01	Juros	173.662	157.659	123.204
7.08.03.02	Aluguéis	107.956	84.646	64.627
7.08.03.03	Outras	11.684	16.202	13.709

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.834	-92.707	-76.646



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

É com imensa satisfação que apresento o Relatório da Administração da Magazine Luiza, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O Magazine foi fundado há 53 anos, no interior de São Paulo, por meus tios Pelegrino e Luiza Trajano Donato. Eles alicerçaram nosso patrimônio com orientações claras e simples: obter sucesso nos negócios, oferecendo o melhor atendimento aos nossos clientes, com honestidade e sem nunca enganar ou discriminar ninguém.

Fizemos destas orientações as práticas diárias para a condução do nosso negócio. Entendemos que cada cliente é uma pessoa que vem às nossas lojas para realizar um sonho, para levar para sua casa algo que vai tornar sua vida mais leve, mais alegre, mais gostosa. Por isso investimos fortemente na preparação de nossas equipes, para que ofereçam uma solução personalizada a cada um de nossos clientes.

Acreditamos no Brasil e no potencial de nossa sociedade e incentivamos, sistematicamente, as práticas de inclusão, de voluntariado e de preservação dos recursos naturais. Mas a nossa principal forma de contribuir para as comunidades em que atuamos é através dos benefícios diferenciados oferecidos aos nossos colaboradores, que vão muito além dos exigidos por Lei, e priorizam a melhoria da renda, da educação e da saúde. Porque antes de melhorar o entorno, queremos melhorar a vida de nossos colaboradores. E, por meio da elevação de seu padrão de vida e de seus familiares, fortalecemos as comunidades nas quais estamos.

Tendo o cliente e o colaborador como centro de nossas ações, conseguimos conciliar princípios sólidos com práticas de inovação e de ousadia. São várias as iniciativas do Magazine Luiza que influenciaram e mudaram o varejo no Brasil. A criação das lojas virtuais, objeto de estudo na Universidade de Harvard, é apenas uma delas. Fomos os primeiros a disponibilizar serviços financeiros para uma imensa população que não tinha renda suficiente para ter acesso aos bancos brasileiros. Implantamos, há 18 anos, a Liquidação Fantástica, a nossa *Black Friday*, que mudou definitivamente o calendário do varejo no País, fazendo de janeiro um excelente mês de vendas.

Nestas cinco décadas de atividades, atravessamos períodos de calma e de turbulência, sempre praticando os princípios que norteiam minha família, que, aliados à constante inovação, nos mostraram o melhor caminho para os negócios. Vocês verão, nas páginas seguintes, que os números demonstram o quanto nosso “Jeito Luiza de Ser” deu certo. Somos hoje uma das dez melhores empresas para trabalhar, há muitos anos consecutivos. Somos uma das maiores redes de varejo do Brasil e uma das maiores empresas da América Latina.

A abertura de capital é mais uma forma que encontramos de compartilhar nossos valores, ampliando ainda mais nossa rede de relacionamentos. Com a entrada de novos acionistas, conseguimos expandir ainda mais nossa atuação.

Deixo aqui meu convite: vem ser feliz!

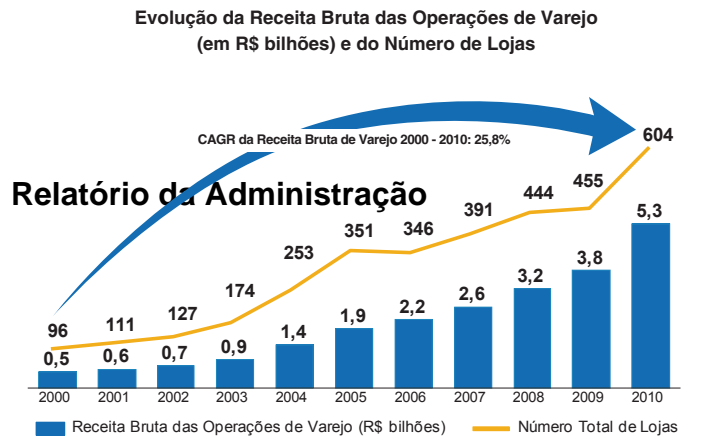
Luiza Helena Trajano
Presidente do Magazine Luiza

Senhores Acionistas
Apresentaremos a seguir o Relatório da Administração da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Somos uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis para as classes populares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2010, operávamos 604 lojas e 8 centros de distribuição estrategicamente localizados em dezesseis Estados brasileiros, cujas economias correspondem a aproximadamente 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, operávamos com mais de 21 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 22,8 milhões de clientes.

Crescemos consistentemente ao longo dos anos, combinando crescimento orgânico e aquisições. Nos últimos três exercícios sociais, nosso número de lojas passou de 444, em 2008, para 604, em 2010, e nossa receita total bruta aumentou de R\$3,4 bilhões, em 2008, para R\$5,7 bilhões, em 2010, e nossa receita líquida de R\$2,6 bilhões, em 2008, para R\$4,8 bilhões, em 2010. Além disso, apenas em 2010, nossas vendas em base de mesmas lojas cresceram 29,0%. Nos últimos 10 anos, nossa taxa anual composta de crescimento da receita bruta de operações de varejo foi de 25,8%, conforme indica o gráfico abaixo.



As tabelas a seguir contêm alguns de nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Líquida de Vendas	4.808,0	3.351,0	2.610,5
Crescimento da Receita Líquida	43,5%	28,4%	27,0%
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício.....	68,8	(92,7)	(76,6)
Margem Líquida (Lucro (Prejuízo) Líquido/Receita Líquida)	1,4%	(2,8%)	(2,9%)

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Bruta	5.692,0	4.129,6	3.413,3
Crescimento da Receita Bruta	37,8%	21,0%	24,8%
EBITDA	319,9	64,6	33,2
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida)	6,7%	1,9%	1,3%
Capital de Giro (1)	2,5	165,4	349,1
Capital Fixo (2)	767,9	541,8	503,8
Capital Investido Total (1 + 2)	770,4	707,2	852,9
Endividamento Líquido Total	400,9	440,2	734,6
Retorno sobre Capital Investido	21,5%	0,4%	2,9%

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Crescimento nas Vendas de Mercadorias Mesmas Lojas	29,0%	8,9%	10,5%
Crescimento nas Vendas de Mercadorias Mesmas Lojas Físicas	24,7%	7,0%	7,6%
Crescimento nas Vendas de Mercadorias Site	75,0%	35,7%	55,1%
Quantidade de Lojas - Final do Período	604	455	444
Quantidade de Lojas - Média do Período	514	451	408
Área de Vendas - Final do Período (m²)	400.112	310.176	304.001
Área de Vendas - Média do Período (m²)	345.315	308.296	276.125
Área Média por Loja - Final de Período (m²)	662	682	685
Receita Líquida por m² (R\$ mil/ano)	13,9	10,9	9,5

ÚLTIMOS DESTAQUES

O Setor de Varejo

A situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados principalmente por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) o nível de juros básico; e (v) o nível de renda da população. Em 2010, com a evolução desses indicadores, a receita nominal de vendas do comércio varejista cresceu 14,5% segundo dados do IBGE. O setor de móveis e eletrodomésticos foi um dos segmentos que mais cresceu, evoluindo 19,7% em relação ao ano de 2009, mesmo considerando o fim dos subsídios fiscais (redução do IPI). Novamente, a Companhia conseguiu aproveitar o bom momento da economia e crescer acima da média do mercado, ganhando *market share*.

Abaixo, ilustramos dados macroeconômicos que ilustram o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

	Em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Crescimento do PIB (%)	7,6%	(0,6%)	5,1%
Inflação (IGP-M) (%)	11,3%	(1,7%)	9,8%
Inflação (IPCA) (%)	5,9%	4,3%	5,9%
CDI (%)	9,8%	9,9%	12,4%
TJLP (%)	6,0%	6,0%	6,3%
Taxa SELIC (%)	10,8%	8,8%	13,8%
Valorização (Desvalorização) do Real Perante o Dólar (%)	4,5%	34,2%	(24,2%)
Taxa de Câmbio (Fechamento) - R\$ por US\$1,00	1,7	1,7	2,3
Taxa Média de Câmbio - R\$ por US\$1,00	1,8	2	1,8

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Econômica.

Produtos e Serviços

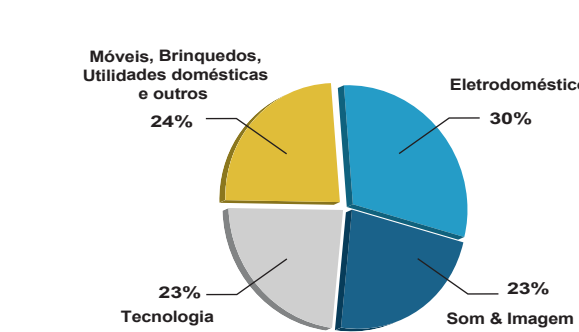
Apresentamos a seguir uma breve descrição dos seus principais produtos e serviços:

Nossa principal atividade é a comercialização, em nossas lojas físicas e virtuais, de produtos de linha branca, linha marrom, móveis, equipamentos de telefonia, informática, brinquedos assim como utensílios domésticos e presentes em geral.

Os principais itens que compõem as nossas linhas de produtos são:

- **Produtos de linha branca:** refrigeradores, freezer, máquinas de lavar, aparelhos de ar-condicionado, micro-ondas, adegas, lava-louça, fogão e exaustor.
- **Produtos de linha marrom:** televisores, home theater, aparelhos de som.
- **Informática:** notebooks, desktop, cabos e periféricos, jogos e câmeras fotográficas.
- **Brinquedos:** Jogos de tabuleiro, bonecas, piscina e carrinhos.
- **Utensílios domésticos:** copos, panela e bombonier.
- **Presentes em geral:** copos, aparelhos de jantar, talheres e panela de pressão.

Mix de Produtos Magazine Luiza (s/ Lojas Maia) % das Vendas de 2010



Possuimos, em nossa ampla variedade de produtos, reconhecidas marcas de fornecedores que acreditamos agregar valor ao nosso negócio. Acreditamos que a diversidade do nosso mix de produtos nos proporciona atender às necessidades de toda a família, o que é um diferencial em relação aos nossos concorrentes.

Nos últimos três anos, implementamos uma série de projetos que foram muito importantes para o crescimento das nossas vendas e resultados:

Projeto São Paulo

O ano de 2008 entrou para a nossa história ao entrarmos na Grande São Paulo, o maior mercado consumidor do país, com a inauguração simultânea de 46 lojas. Mobilizamos uma grande equipe, com diversas frentes de trabalho em busca da prospecção e reformas das lojas, promoção, contratação e treinamento de mais de 2 mil funcionários. Desde a inauguração, em setembro de 2008, as vendas das lojas da Grande São Paulo têm crescido acima da média das demais lojas, alcançando no conceito mesmas lojas 13,0% em 2009 e 32,1% em 2010. Em 31 de dezembro de 2010, operávamos 61 lojas na região, incluindo a Baixada Santista, e acreditamos que poderemos alcançar mais de 100 lojas nos próximos anos. Com o crescimento das vendas nas mesmas lojas e dos nossos programas de expansão, esperamos diluir ainda mais as despesas de *marketing* na região, alcançando os mesmos níveis de rentabilidade das lojas mais antigas.

Luizacred e Cartão Luiza

Acreditando nas vantagens do cartão de crédito, como um importante instrumento de relacionamento com os nossos clientes, realizamos diversas iniciativas internas visando expandir nossa base de cartões ativos, que evoluiu de 0,2 milhão no início de 2008 para 2,8 milhões em 2010. Nossos clientes têm condições comerciais diferenciadas para compras pelo Cartão Luiza, de forma a torná-lo sempre a melhor opção dentro de nossas lojas. A participação do Cartão Luiza nas nossas vendas evoluiu de 19%, em 2008, para 39%, em 2010. Ao mesmo tempo, a participação do crédito direto ao consumidor ("CDC") diminuiu de 30% para 13% respectivamente. Com o crescimento do Cartão Luiza e a diminuição do CDC, a dinâmica de resultados da Luizacred mudou significativamente, uma vez que as taxas de juros no CDC são de aproximadamente 6% ao mês, ao passo que as taxas no cartão de crédito são em média 2,5% ao mês. Essa alteração no mix de financiamentos, combinada com um aumento na inadimplência e nos gastos decorrentes do lançamento do Cartão Luiza, afetaram negativamente os resultados da nossa controlada em conjunto Luizacred em 2008. Desde meados de 2008, alteramos nosso processo de cadastro de clientes novos nas lojas e adotamos modelos estatísticos para aprovação de crédito (*credit score*), baseados na experiência do nosso sócio na Luizacred, o Itaú Unibanco. Dessa forma, nossos níveis de inadimplência foram reduzidos significativamente em 2009 e 2010. Adicionalmente, conforme previsto por nossa Administração, as receitas provenientes do cartão de crédito aumentaram progressivamente ao longo dos meses, em função de uma maior utilização do cartão em diferentes estabelecimentos comerciais e do uso do crédito rotativo. A Luizacred retornou sua lucratividade em 2009 e obteve lucro líquido de R\$70,5 milhões em 2010.

Em novembro de 2009, celebramos um novo contrato com o Itaú Unibanco, renovando o direito de exclusividade da Luizacred para a oferta de serviços e produtos financeiros pelo prazo de 20 anos. Por essa exclusividade, recebemos à vista o valor de R\$250,0 milhões, que foram contabilizados como receita diferida no nosso passivo, sendo que R\$20,0 milhões estão sujeitos ao cumprimento de determinadas metas até 2014. Segundo o novo contrato, o Itaú Unibanco é responsável pelo financiamento da Luizacred, bem como pela elaboração das políticas de crédito e cobrança. Do nosso lado, somos responsáveis pela gestão dos colaboradores e pela política de atendimento aos clientes em todos os canais de venda e relacionamento. Adicionalmente, o contrato alterou a forma de remuneração mensal dos serviços prestados pelo Magazine Luiza à Luizacred, para um modelo baseado em ressarcimento de custos, em vez de comissão sobre vendas. Os custos decorrentes de atividades fins, tais como vendas e cobrança, são faturados para a Luizacred (contabilizados como receita de prestação de serviços no Magazine Luiza e despesas operacionais na Luizacred), ao passo que outros custos decorrentes de atividades de suporte são rateados e reembolsados pela Luizacred ao Magazine Luiza (contabilizados negativamente na linha de despesas com vendas). Vale ressaltar que, pelo contrato anterior, as comissões sobre vendas eram contabilizadas totalmente como receita de prestação de serviços.

Projeto Giro Certo

A partir de 2009, foram implementados novos processos comerciais, de forma a otimizar nosso mix de produtos, aumentando o giro dos estoques e as vendas no conceito de mesmas lojas. A primeira iniciativa do projeto foi a aceleração do processo de escoamento de produtos obsoletos, o que afetou negativamente nossa margem bruta em 2009. Entretanto, essa ação permitiu a redução significativa dos estoques obsoletos, possibilitando sua reposição por produtos novos, com maior giro e margem mais atrativa, contribuindo de maneira significativa para nosso elevado crescimento em 2010 e redução da nossa necessidade de capital de giro. Outras iniciativas do projeto ainda estão sendo implementadas com o objetivo de consolidar nosso planejamento comercial e operacional.

Sistemas Financeiros Corporativos e Gestão de Pessoas

Com o objetivo de criar um modelo de excelência operacional, simplificar os processos internos, potencializar a força de trabalho e permitir informações e análises mais rápidas, seguras e precisas, no final de 2009, decidimos modernizar nossos sistemas corporativos e adquirimos um conjunto de softwares da Oracle, incluindo o sistema de gestão corporativa ("ERP" - *Enterprise Resource Planning*), o sistema de planejamento financeiro ("Hyperion" - *Hyperion Financial Planning*) e o sistema de gestão de pessoas ("People Soft"). Para ajudar no processo de implantação, contratamos a IBM *Global Business Services* e destacamos uma equipe de mais de 50 funcionários próprios, que se dedicaram exclusivamente ao projeto. Em meados de 2010, apenas sete meses após o início dos trabalhos, concluímos com sucesso o projeto, de forma que podemos cada vez mais aplicar as melhores práticas de mercado aos nossos processos de gestão e governança corporativa.

Escritório de Negócios de São Paulo

Desde 2009, investimos fortemente no aperfeiçoamento de nossa estrutura organizacional e nos preparamos para o crescimento do mercado nos próximos anos. Em setembro de 2010, inauguramos o escritório de negócios de São Paulo e realizamos a mudança de cerca de 250 colaboradores da cidade de Franca para a capital do Estado. Reunimos, no novo escritório, todas as áreas de negócios, ficando na sede de Franca as áreas de atendimento ao cliente e suporte, como o centro de serviços compartilhados, responsável por atividades como contas a pagar, folha de pagamentos e contabilidade. No novo escritório de negócios, reunimos também a administração da nossa coligada Luizacred e da nossa operação de e-commerce. Com essa mudança, esperamos obter grandes sinergias no relacionamento com nossos fornecedores, instituições financeiras e demais parceiros. Adicionalmente, instalamos uma loja conceito do Magazine Luiza no mesmo prédio de nosso escritório, de forma a otimizar o espaço que utilizamos.

Aquisição da Lojas Maia

Em 2010, realizamos mais um objetivo ao entrarmos no nordeste do país, a região com o maior crescimento do Brasil, com a aquisição da rede Lojas Maia. Desde a aquisição, que ocorreu em agosto de 2010, realizamos diversas iniciativas de transição, tais como: (i) introduzimos nossas campanhas de *marketing* e aumentamos a quantidade de anúncios; (ii) implementamos nosso modelo de crédito, por meio da nossa controlada em conjunto Luizacred, oferecendo o Cartão Luiza em todas as lojas; (iii) melhoramos a comunicação com nossos colaboradores por meio do nosso canal de televisão e um programa semanal dedicado a todas as lojas do nordeste; (iv) reforçamos o quadro de colaboradores; e (v) estendemos a eles alguns dos nossos benefícios.

Com todas as iniciativas acima, a receita bruta da Lojas Maia cresceu 35,9%, passando de R\$479,6 milhões em 2009 para R\$651,8 milhões em 2010. Desse valor, R\$328,0 milhões foram incorporados ao nosso faturamento consolidado, a partir de agosto de 2010. Em 31 de dezembro de 2010, operávamos 136 lojas em todos os nove estados do nordeste. Os próximos passos da integração da Lojas Maia com o restante de nossa Companhia incluem a reforma de diversas lojas, a mudança da marca para Magazine Luiza, a implementação de toda nossa cultura comercial, incluindo a gestão de estoques e nossa política de preços, e finalmente a integração completa dos sistemas de informação. Em dezembro de 2010, celebramos com o Itaú Unibanco um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, por meio do qual a Luizacred pagou à Lojas Maia o montante de R\$160,0 milhões pelo direito de exclusividade na oferta de produtos e serviços financeiros na região nordeste. No início de 2011, conforme o mesmo aditivo, os sócios deverão aumentar o capital da Luizacred no mesmo montante, cabendo a Lojas Maia o aporte de R\$80,0 milhões. Esses recursos serão utilizados pela Luizacred para reduzir a captação via depósitos interfinanceiros, feita especificamente para o pagamento à Lojas Maia. A transação foi reconhecida contabilmente na Lojas Maia como receita diferida, e na Luizacred como ativo intangível, que serão amortizados ao longo de dezesseis anos. Finalmente, segundo o aditivo, o valor de R\$35,0 milhões contabilizado pelo Magazine Luiza está vinculado ao cumprimento de certas metas pela Luizacred até 2015.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

Em 2010, nossos resultados melhoraram significativamente de forma que alcançamos EBITDA de R\$319,9 milhões, com margem de 6,7% da receita líquida. No mesmo período, conseguimos reduzir nossa dívida líquida de R\$440,2 milhões no final de 2009 para R\$400,9 milhões no final de 2010, representando 1,3 vezes nosso EBITDA. Adicionalmente, alteramos o perfil de nossos financiamentos, privilegiando os empréstimos de longo prazo, que representavam 82% do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2010.

A tabela abaixo ilustra a reconciliação entre o nosso lucro (prejuízo) líquido e o EBITDA:

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	68,8	(92,7)	(76,6)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	41,1	(43,9)	(44,1)
(+) Resultado Financeiro Líquido	141,5	140,6	104,1
(-) Depreciação e Amortização	68,5	60,6	49,8
EBITDA	319,9	64,6	33,2
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida)	6,7%	1,9%	1,3%

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(R\$ milhões)	2010	A.V. % ⁽¹⁾	2009	A.V. % ⁽¹⁾	Var. % 09/10
Receita Líquida de Vendas	4.808,0	100,0	3.351,0	100,0	43,5
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(3.166,3)	(65,9)	(2.140,2)	(63,9)	47,9
Lucro Bruto	1.641,8	34,1	1.210,8	36,1	35,6
Receitas (Despesas) Operacionais	1.210,8	25,0	899,8	26,9	25,0
Com Vendas	(976,9)	(20,3)	(805,8)	(24,0)	21,2
Gerais e Administrativas	(212,5)	(4,4)	(163,5)	(4,9)	30,0
Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(175,3)	(3,6)	(190,4)	(5,8)	(7,9)
Depreciação e Amortização	(68,5)	(1,4)	(60,6)	(0,9)	13,0
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	42,9	0,9	13,6	0,4	215,4
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	251,4	5,2	4,0	0,1	6.031,7
Resultado Financeiro	(141,5)	(2,9)	(140,6)	(4,2)	0,6
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	110,0	2,3	(136,6)	(4,1)	n/a
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	(41,1)	(0,9)	43,9	1,3	n/a
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	68,8	1,4	(92,7)	(2,8)	n/a

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

A tabela abaixo demonstra o crescimento da receita bruta de varejo por canal.

Receita Bruta por Canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2009	A.V. (%)	2008	A.V. (%)	Cresc. Mesmas Lojas Total
Lojas Virtuais	183,7	4,8%	177,3	5,5%	1,9%
Site	324,9	8,5%	239,5	7,5%	35,7%
Subtotal - Canal Virtual ..	508,7	13,3%	416,8	13,0%	21,5%
Lojas Convencionais ⁽¹⁾	3.320,1	86,7%	2.781,1	87,0%	7,0%
Magazine Luiza	3.320,1	86,7%	2.781,1	87,0%	7,0%
Lojas Maia	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Total	3.828,7	100,0%	3.197,9	100,0%	8,9%

Receita Bruta por Canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2010	A.V. (%)	2009	A.V. (%)	Cresc. Mesmas Lojas Total
Lojas Virtuais	238,6	4,5%	183,7	4,8%	23,7%
Site	568,7	10,7%	324,9	8,5%	75,0%
Subtotal - Canal Virtual ..	807,3	15,2%	508,7	13,3%	56,5%
Lojas Convencionais ⁽¹⁾	4.517,1	84,8%	3.320,1	86,7%	24,7%
Magazine Luiza	4.189,1	78,7%	3.320,1	86,7%	24,7%
Lojas Maia	328,0	6,2%	0,0	0,0%	0,0%
Total	5.324,4	100,0%	3.828,7	100,0%	29,0%

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta de Vendas e Serviços

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta entre nossos segmentos de negócio:

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Var. % 09/10
Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	5.138,3	3.670,6	40,0%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	186,1	158,2	17,6%
Receita Bruta - Operações de Crédito	395,4	315,4	25,4%
Receita Bruta - Operações de Seguros	58,3	55,6	4,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	21,1	20,7	1,9%
Eliminações - Receita Bruta entre Segmentos ⁽¹⁾	(107,2)	(90,8)	18,1%
Receita Bruta Total	5.692,0	4.129,6	37,8%

</



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Lucro Bruto
O lucro bruto aumentou 35,6% ou R\$431,0, milhões, passando de R\$1.210,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.641,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelos motivos acima expostos, com o destaque para o crescimento do lucro bruto de mercadorias, que cresceu 42,9%. O lucro bruto das operações financeiras cresceu menos do que a varejo pelo fato de que as taxas de juros no cartão de crédito são menores do que no CDC, porém o resultado final é recompensado com uma inadimplência menor.

A tabela a seguir mostra o nosso lucro bruto nos períodos indicados.

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Var. % 09/10
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias.....	1.187,8	831,1	42,9%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços.....	161,4	140,9	14,5%
Lucro Bruto - Operações de Crédito	334,4	267,7	24,9%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	55,4	52,6	5,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	10,0	9,3	7,5%
Eliminações - Operações entre Segmentos ⁽¹⁾	(107,2)	(90,8)	18,1%
Lucro Bruto Total	1.641,8	1.210,8	35,6%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Var. % 09/10
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias.....	27,7%	28,6%	(0,9) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços.....	100,0%	100,0%	0,0 pp
Margem Bruta - Operações de Crédito	84,6%	84,9%	(0,3) pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	95,0%	94,6%	0,4 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	51,0%	48,2%	2,8 pp
Eliminações Intercompanhia	100,0%	100,0%	0,0 pp
Margem Bruta Total.....	34,1%	36,1%	(2,0) pp

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida.

Receitas (Despesas) Operacionais

Vendas

As despesas com vendas aumentaram 21,2% ou R\$171,1 milhões, passando de R\$805,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$979,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, a representatividade das despesas com vendas diminuiu 3,7 pontos percentuais, passando de 24,0% para 20,3% da receita líquida. A diminuição das despesas com vendas decorreu devido a, principalmente, (i) elevação das vendas do conceito mesmas lojas, reduzindo proporcionalmente as despesas com pessoal, aluguel e *marketing*; e (ii) renegociação do Acordo de Associação com Itaú Unibanco, que alterou a forma de remuneração mensal dos serviços prestados por nós para a Luizacred, para um modelo baseado em ressarcimento de custos, no qual os custos decorrentes de atividades semelhantes, tais como vendas e cobrança, são faturados contra a Luizacred, enquanto os custos de atividades de operacionais são distribuídos e reembolsados pela Luizacred para o Magazine Luiza.

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 30,0% ou R\$49,0 milhões, passando de R\$163,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$212,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, apesar do crescimento de 30,0%, a representatividade das despesas administrativas diminuiu 0,5 ponto percentual, passando de 4,9% para 4,4% da receita líquida. Essa variação se justifica pelo crescimento das despesas relacionadas à transferência do nosso escritório central para São Paulo, gastos com consultoria relacionada ao Projeto Certo, esforços na transição da Lojas Maia e reestruturação da área administrativa do e-commerce para sustentar o crescimento acelerado das nossas operações.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As perdas em crédito de liquidação duvidosa diminuíram 7,9% ou R\$15,1 milhões, passando de R\$190,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$175,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Desta forma, a representatividade das perdas em crédito de liquidação duvidosa passou de 5,8% para 3,6% da receita líquida. Essa variação decorreu da redução significativa nos índices de inadimplência de 8,2% para 7,0% nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2010, respectivamente, em função principalmente da adoção de modelos estatísticos e de modelos de crédito, especialmente utilizados pela nossa controlada em conjunto Luizacred. O saldo médio do contas a receber aumentou 22,8% de R\$1.122,2 milhões para R\$ 1.356,7 milhões, de forma que as perdas em crédito de liquidação duvidosa foram reduzidas de 17,0% para 12,7% do saldo médio da carteira.

Depreciação e Amortização

A conta de depreciação e amortização aumentou 13,0% ou R\$7,9 milhões, passando de R\$60,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$68,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, principalmente pelo aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, decorrentes da inauguração de 15 novas lojas, reformas de 20 lojas existentes e investimentos em tecnologia da informação, com um especial destaque no novo sistema financeiro corporativo (Oracle e Hyperion) e no novo sistema de gestão de pessoas (People Soft).

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

As outras receitas operacionais líquidas aumentaram 215,4% ou R\$29,3 milhões, passando de R\$13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$42,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento expressivo deu-se, principalmente, pela apropriação mensal de receitas diferidas decorrentes da venda do direito de exploração de nossos clientes, por instituições financeiras.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou 6.185,0% ou R\$247,4 milhões, passando de R\$4,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$251,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelos fatores citados acima.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro não teve alterações significativas, comparando-se os anos de 2009 e 2010, uma vez que a variação apresentada foi de 0,6%, ou um prejuízo de R\$0,9 milhão, passando de um valor negativo de R\$140,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para um valor negativo de R\$141,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Apesar do crescimento das vendas, com a aprovação do Contrato de Associação da Luizacred, ao final de 2009, recebemos cerca de R\$250,0 milhões, registrados na conta caixa, e que usamos para pagar parte do endividamento. Destacamos que as principais operações que afetaram esta conta contábil foram: (i) os juros de empréstimos e financiamentos; (ii) juros na antecipações de recebíveis de cartões de crédito; e (iii) juros de vendor nas operações com fornecedores.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou R\$246,6 milhões, passando de prejuízo de R\$136,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para o lucro de R\$110,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorre das explicações das contas contábeis descritas acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido diminuiu R\$85,0 milhões, passando de R\$43,9 milhões de receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$41,1 milhões de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação é reflexo do resultado positivo do lucro antes dos impostos renda e contribuição social que obtivemos em 2010 no valor R\$110,0 milhões sobre um prejuízo no ano de 2009 no valor de R\$136,6 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou R\$161,5 milhões, passando de um prejuízo de R\$92,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelo exposto nos itens anteriores, com destaque para o crescimento nas vendas e diminuição de despesas comerciais.

Condições Financeiras

Nos três últimos anos, conseguimos aumentar substancialmente nossos ativos e nossos resultados, reduzindo, ao mesmo tempo, o endividamento da companhia. Utilizamos a maior parte dos recursos provenientes da venda do direito de exclusividade da Luizacred para reduzir dividas de curto prazo no final de 2009. Adicionalmente, com o crescimento das vendas, no conceito mesmas lojas, conseguimos, em 2010, diluir significativamente nossas despesas fixas. Diminuimos também nossas perdas com inadimplência e alcançamos EBITDA de R\$319,9 milhões, o que representou 6,7% de nossa receita líquida, ainda em 2010.

O capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Por esses motivos, entendemos que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, continuar crescendo e cumprindo com nossas obrigações.

Capital de Giro

O capital de giro é financiado principalmente por recursos de terceiros. Os ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos decorrentes da substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda, bem como com o financiamento garantido pelo Itaú Unibanco para a Luizacred financiar nossos clientes (depósitos interfinanceiros).

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa (nossa e também de nossas controladas em conjunto e subsidiárias) e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha.

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital de giro.

(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Ativo Circulante	2.895,6	2.011,2	1.520,4
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(328,9)	(192,4)	(35,5)
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	(46,7)	(39,2)	(50,8)
Subtotal	2.520,0	1.779,6	1.434,1
Passivo Circulante	2.685,9	1.837,3	1.479,9
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	(108,8)	(168,1)	(381,0)
(-) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	(33,6)	0,0	0,0
(-) Receitas Diferidas	(26,0)	(55,0)	(13,9)
Subtotal	2.517,5	1.614,2	1.085,0
Capital de Giro	2,5	165,4	349,1



A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital fixo:

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Contas a Receber	18,7	24,8	34,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	168,2	162,5	121,0
Outros Ativos	79,8	27,1	19,7
Imobilizado	358,8	297,8	310,7
Intangível	374,6	86,7	90,3
Contas dos Ativos não Circulantes ^(A)	1.000,1	598,9	576,1
Depósitos Interfinanceiros	4,0	4,3	10,2
Impostos Parcelados	6,3	12,9	1,5
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	182,0	26,3	51,6
Provisões Técnicas de Seguros	20,8	12,2	9,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13,7	0,0	0,0
Outras Contas a Pagar	5,4	1,4	0,0
Contas dos Passivos não Circulantes ^(B)	232,2	57,1	72,3
Capital Fixo ^{(A)-(B)-(1)}	767,9	541,8	503,8

⁽¹⁾ Desconsiderando o saldo a pagar aos ex-acionistas da Lojas Maia como empréstimos e financiamentos (R\$33,6 milhões em 31 de dezembro de 2010).

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
(+) Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	68,8	(92,7)	(76,6)
(+) Ajustes para Conciliar o Resultado ao Fluxo de Caixa	332,7	376,8	316,2
(+) (Aumento) Redução nos Ativos Operacionais	(804,7)	(550,6)	(294,3)
(+) (Aumento) (Redução) nos Passivos Operacionais.....	828,7	454,2	55,9
(+) IR/CS Pagos	(20,1)	(15,1)	(3,0)
(=) Caixa Líquido Oriundo das Atividades Operacionais ⁽¹⁾	405,4	172,6	(1,8)
(+) Aquisição de Imobilizado e Intangível	(123,7)	(46,6)	(138,6)
(+) Venda de Contrato de Exclusividade e Direito de Exploração	80,0	250,0	20,3
(+) Investimento em Controlada	(61,8)	0,0	0,0
(=) Caixa Oriundo das Atividades de Investimentos ⁽²⁾	(105,5)	203,4	(118,4)
(+) Captação de Empréstimos e Financiamentos	319,9	333,3	666,1
(+) Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(405,9)	(454,4)	(523,7)
(+) Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(63,7)	(97,9)	(79,7)
(+) Pagamento de Dividendos	(13,7)	0,0	0,0
(=) Caixa Oriundo das Atividades de Financiamentos ⁽³⁾	(163,5)	(219,0)	62,6
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa ⁽¹⁾⁺⁽²⁾⁺⁽³⁾⁺⁽⁴⁾	136,5	156,9	(57,6)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	192,4	35,5	93,1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	328,9	192,4	35,5

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$1,8 milhão em 2008 e o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$172,6 milhões em 2009 e R\$405,4 milhões em 2010. A evolução no fluxo de caixa das operações foi decorrente da melhoria do resultado operacional alcançada no ano de 2010, bem como de ganhos com a redução da necessidade de capital de giro. Nos últimos dois exercícios, conseguimos aumentar nossos passivos circulantes operacionais em montante superior ao incremento nos nossos ativos circulantes operacionais. Os principais passivos operacionais que financiam nossos ativos são fornecedores de mercadorias de revenda, depósitos interfinanceiros e as operações com cartões de crédito.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$118,4 milhões em 2008, em função dos investimentos de R\$138,6 milhões, realizados em manutenção, tecnologia e na abertura de lojas novas, principalmente na Grande São Paulo, deduzidos dos recursos recebidos do Banco Santander pela venda do direito de exploração da nossa folha de pagamentos, no valor de R\$20,3 milhões. Em 2009, o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento foi de R\$203,4 milhões, devido ao recebimento de R\$250,0 milhões pela renovação do contrato de associação da Luizacred, deduzidos de investimentos em reforma e expansão, que totalizaram R\$46,6 milhões. Em 2010, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$105,5 milhões, considerando a aquisição de bens imobilizados e intangível, no valor de R\$123,7 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão da Lojas Maia, no valor de R\$80,0 milhões, e o pagamento de R\$61,8 milhões pela aquisição da Lojas Maia.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$62,6 milhões em 2008, afetado principalmente pelas captações de empréstimos em montante superior aos pagamentos de principal e juros, com o objetivo de financiar os investimentos. Em 2009, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$219,0 milhões, decorrentes da liquidação de uma série de empréstimos de curto prazo com os recursos provenientes da renovação do acordo de associação da Luizacred. Em 2010, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$163,5 milhões, em função de pagamentos de empréstimos em montante acima das captações, no valor líquido de R\$86,0 milhões, pagamento de juros da ordem de R\$63,7 milhões e dividendos de R\$13,7 milhões.

Variação no Saldo de Disponibilidades

O saldo de disponibilidades foi reduzido no valor de R\$57,6 milhões em 2008, devido principalmente pelo caixa aplicado nas atividades de investimento. Em 2009, o saldo foi aumentado em R\$156,9 milhões principalmente pelo caixa oriundo das atividades de investimento. Finalmente, o saldo de disponibilidades foi aumentado em R\$136,5 milhões, em 2010, devido ao caixa oriundo das atividades operacionais.

RECURSOS HUMANOS

a) Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia possui a aplicabilidade de salários e remuneração variável, em linha com o praticado no mercado.

Os salários dos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho, ora celebrada pelo Sindicato dos Comerciantes. Além disso, a Companhia promove aumentos salariais a empregados, que apresentam um diferencial por desempenho, potencial e comprometimento.

Com relação à remuneração variável de curto prazo, a Companhia possui um plano de participação nos lucros e resultados, destinados a todos os nossos colaboradores, incluindo as lojas, que fazem jus a comissões sobre vendas realizadas. Esse plano de participação nos lucros e resultados é homologado anualmente, nos sindicatos, e constituem um instrumento de incentivo ao bom desempenho, uma vez que visa premiar os empregados que atingirem as metas individuais previamente estabelecidas. A remuneração variável de curto prazo é distribuída mensalmente, semestralmente ou anualmente, uma vez que depende do empregado envolvido.

Os empregados elegíveis para participação no programa devem ser admitidos até o penúltimo mês do referido exercício social.

b) Política de benefícios

Os colaboradores são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo e as convenções coletivas, ou por nossa liberalidade. A Companhia oferece aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) vale refeição; (v) vale alimentação; (vi) previdência privada; (vii) empréstimo consignado; (viii) vale transporte; e (ix) auxílio creche.

Vale ressaltar que tais benefícios são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico de nossos colaboradores.

Além dos programas de formação e do ensino a distância, a Companhia oferece ainda o benefício da bolsa de estudos para todos os colaboradores que estejam a mais de um ano na empresa. Para tanto, o bolsista deve apresentar um bom desempenho de produtividade no trabalho, além do valor da bolsa aumentar à medida que as notas do aluno vão melhorando, podendo chegar a 70% do valor total.

Qualificam-se para fins da bolsa de estudo, cursos nos níveis de graduação, técnicos, idiomas, pré vestibular, cursinho e 2º grau.

A Companhia oferece essa oportunidade aos colaboradores, pois acredita na concretização de um futuro melhor para todos.

RESPONSABILIDADE E PROJETOS SOCIAIS

Nosso Comprometimento com a Sociedade

A Responsabilidade Social faz parte da cultura da Companhia desde a fundação da primeira loja em Franca, no interior do Estado de São Paulo. Este comprometimento está presente em todos os nossos relacionamentos com: clientes, colaboradores, o meio ambiente, fornecedores e a sociedade.

Além disso, a Companhia foi classificada entre as melhores empresas para trabalhar por 12 anos consecutivos, sendo que, em 2010, foi considerada a 7ª melhor do Brasil, segundo a metodologia do Instituto Great Place to Work. Em 2003, a empresa foi considerada a melhor para se trabalhar no Brasil e a primeira do mundo, no setor do varejo a receber este reconhecimento. A avaliação é baseada na opinião dos próprios colaboradores, que respondem a um questionário e enviam diretamente ao site do instituto.

Este reconhecimento é reflexo de um conjunto de práticas de valorização das pessoas, seja por meio de benefícios diferenciados que promovem a dignidade e elevam o grau de saúde e escolaridade de seus colaboradores e de suas famílias, seja por meio do incentivo ao auto-desenvolvimento e ao plano de carreira bem definido e disseminado. A transparência nas informações e o alinhamento frequente e contínuo de todas as equipes, garantem sintonia com os propósitos da empresa. Os canais oficiais de comunicação (rádio interna com atualização diária, TV corporativa ao vivo com programa semanal, e portal de intranet que registra 1,5 milhão de acessos por mês) recebem até 90% de aprovação por parte dos colaboradores, que recebem simultaneamente as mesmas informações que os seus líderes.

Adotamos uma política clara de valorização da diversidade, traduzida em programas específicos, como o de inclusão de pessoas com deficiência, de contratação de jovens aprendizes e *trainees*, e atendimento diferenciado para as mulheres que querem crescer na empresa. Todas as unidades da empresa estão inseridas na comunidade onde atuam, e apoiam inúmeros projetos sociais, culturais e comunitários. Além deste apoio permanente, a solidariedade também é um dos nossos valores mais fortes. Por isso, são frequentes o apoio a diversas ações, eventos culturais e esportivos e sociais que contribuem para a integração e valorização da cultura regional. Cada unidade é estimulada a promover ações voluntárias, campanhas de vacinação, arrecadação de alimentos e agasalhos, e apoio a eventos típicos locais. Os gerentes recebem recursos específicos para apoiar eventos comunitários e participar ativamente das campanhas e mobilizações em prol da saúde e assistência aos menos favorecidos. O conjunto de ações é revelado na Rede do Bem, uma comunidade virtual interna que divulga e fomenta o voluntariado.

Nas lojas virtuais e nas lojas conceito da empresa são oferecidas diferentes aulas gratuitas (que variam de loja para loja) de culinária, artesanato, internet, informática, ginástica, inglês e cineminha infantil para as crianças. O Magazine Luiza, em parceria com Vivo, desenvolveu também a ação cultural Cinema Itinerante que, com apoio das prefeituras municipais, leva filmes para cidades do interior, onde não há salas de cinema, com exibição em praças, parques e centros culturais.

Nós somos associados ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social há alguns anos. Em Franca, onde fica a sede administrativa, a empresa apoia as ONGs Franca Viva, especialmente o projeto de formação de crianças e adolescentes em Informática, no projeto de inclusão digital; a Secos e Não Molhados, que distribui fraldas descartáveis para idosos, e o Instituto Pró-Criança, que tem como causa o combate ao trabalho infantil nas indústrias de calçados. A empresa apoia também o Hospital do Câncer, realizando constantes mobilizações entre seus colaboradores que voluntariamente participam na aquisição de rifas e camisetas, cujos recursos arrecadados são direcionados a manutenção do próprio hospital.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Novo Mercado

A Companhia aderiu no exercício subsequente à listagem de suas ações no Novo Mercado, segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa, que estabelece regras de listagem diferenciadas para a Companhia, seus Administradores e Acionistas Controladores. A Companhia compromete-se a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira.

REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA

Nossas atividades de varejo não são reguladas.

(i) Regulamentação para o Funcionamento da Luizacred

Nos termos do artigo 2º do Regulamento Anexo da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.040, de 28 de novembro 2002, conforme alterada ("Resolução nº 3.040/02"), o funcionamento de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("SCFI") no Brasil depende: (i) da constituição da SCFI em conformidade com as normas legais e regulamentação aplicáveis; e (ii) da autorização para funcionamento da SCFI pelo BACEN.

Nos termos do artigo 7º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 3.040/02, constituem condições para a concessão da autorização para funcionamento de uma SCFI pelo BACEN; (i) a aprovação, pelo BACEN, dos atos formais de constituição da SCFI, de acordo com a legislação e a regulamentação vigentes; e (ii) a comprovação, pela totalidade dos integrantes do grupo de controle e por todos os detentores de Participação Qualificada na SCFI, da origem dos recursos que serão utilizados no empreendimento.

A Luizacred obteve sua licença para funcionamento em 2001 e, desde então, registra um excelente histórico de relacionamento com o BACEN.

(ii) Regulamentação para o Funcionamento da Luizaseg

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a abrangente regulamentação. O Sistema Nacional de Seguros Privados, criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, é composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro (incluindo o IRB-Brasil); e (v) pelo corretores de seguros devidamente registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro e de previdência complementar é realizada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Subordinado ao Ministério da Fazenda, compete ao CNSP (i) fixar as diretrizes e políticas gerais aplicáveis às entidades que fazem parte do Sistema Nacional de Seguros Privados, (ii) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização destas sociedades e (iii) estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas sociedades de previdência complementar e de seguros. O CNSP é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Seguridade Social, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, CVM e pelo superintendente da SUSEP.

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão dos ramos de seguro e previdência complementar. O superintendente da SUSEP é nomeado pelo Presidente da República para um mandato de duração indeterminada. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar que são reguladas pela SPC nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde que são reguladas pela ANS.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 126/07, o CNSP e a SUSEP passaram a ser responsáveis também pela regulamentação do mercado brasileiro de resseguro.

Além disso, O Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNP é um órgão governamental sob a supervisão do Ministério da Fazenda, responsável pela revisão das decisões tomadas pela SUSEP e pelo IRB-Brasil. Esse órgão revê em segunda instância as decisões proferidas pela SUSEP e pelo IRB-Brasil. As decisões administrativas do CRSNP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

A Luizaseg possui todas as licenças regulatórias para funcionamento e, desde sua constituição em 2005, registra um excelente histórico de relacionamento com a administração pública.

(iii) Regulamentação Estatal para o Funcionamento do Consórcio Luiza

O BACEN - Banco Central é o órgão responsável pela normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades do sistema de consórcios.

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008 E EM 1º DE JANEIRO DE 2008																		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)																		
ATIVOS	Nota expli- cativa	Controladora - BR GAAP				Consolidado - IFRS e BR GAAP				Nota expli- cativa	Controladora - BR GAAP				Consolidado - IFRS e BR GAAP			
		2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008		2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008				
Ativos Circulantes																		
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	181.263	183.124	28.192	86.663	328.865	192.409	35.497	93.052									
Títulos e valores mobiliários.....	4	—	—	—	—	46.732	39.209	50.783	27.259									
Contas a receber.....	5	422.702	513.424	517.886	563.037	1.524.671	1.188.634	996.689	918.635									
Estoque.....	6	728.147	518.551	380.819	344.566	849.739	518.551	380.819	344.566									
Partes relacionadas.....	7	40.139	38.675	31.289	34.263	36.018	18.643	20.498	19.500									
Impostos a recuperar.....	8	43.986	20.054	16.521	11.599	46.524	29.553	19.399	20.104									
Outros ativos.....	8	27.842	22.290	13.352	13.515	62.976	24.172	16.683	15.349									
Total dos ativos circulantes.....		1.444.079	1.296.118	988.059	1.053.643	2.895.585	2.011.171	1.520.368	1.438.474									
Ativos não Circulantes																		
Títulos e valores mobiliários.....	4	—	—	—	—	31.951	23.971	—	—									
Contas a receber.....	5	1.661	2.898	7.677	12.653	18.714	24.777	34.395	36.591									
Provisões técnicas de contribuição social diferidas.....	9	114.458	119.490	75.046	48.213	168.225	162.490	121.039	74.988									
Outros ativos.....	9	29.845	19.099	18.608	19.571	79.845	27.104	19.681	23.417									
Investimentos em controladas.....	10	106.142	9.190	7.704	8.207	—	—	—	—									
Investimentos em controladas em conjunto.....	11	90.467	58.183	55.228	68.755	—	—	—	—									
Imobilizado.....	12	331.306	295.729	307.475	233.186	358.841	297.791	310.680	234.517									
Intangível.....	13	95.149	79.210	81.093	66.368	374.619	86.664	90.288	77.873									
Total dos ativos não circulantes ..		769.028	583.799	552.831	456.953	1.032.195	622.797	576.083	447.386									
Passivos Circulantes																		
Fornecedores.....	14	985.605	695.349	427.852	478.174	1.140.724	696.048	428.142	478.289									
Empréstimos e financiamentos.....	15	88.876	168.122	380.958	296.181	108.758	168.122	380.958	296.181									
Depósitos interfinanceiros.....	16	—	—	—	—	852.680	569.002	439.187	296.961									
Operações com cartões de crédito		—	—	—	—	220.230	120.535	57.474	25.951									
Salários, férias e encargos sociais		109.218	68.398	56.074	48.241	116.525	69.064	56.896	50.018									
Impostos a recolher	17	35.823	27.321	37.142	29.779	39.438	28.793	38.595	41.260									
Partes relacionadas	7	25.343	22.534	17.874	27.056	13.231	13.887	9.454	14.108									
Impostos parcelados	18	8.239	4.272	424	43.019	39.052	424	—	—									
Receita diferida ..	19	20.686	54.947	13.947	7.709	25.956	34.951	13.947	7.709									
Dividendos a pagar		—	—	—	3.465	—	—	—	3.465									
Provisões técnicas de seguros		—	—	—	—	—	—	—	—									
Outras contas a pagar		71.515	49.276	30.508	49.377	102.410	54.744	32.229	51.270									
Total dos passivos circulantes		1.345.305	1.090.219	964.779	939.982	2.685.908	1.837.296	1.479.900	1.281.222									
Passivos não Circulantes																		
Empréstimos e financiamentos.....	15	544.868	527.718	439.895	356.470	666.115	527.718	439.895	356.470									
Depósitos interfinanceiros.....	16	—	—	—	—	4.045	4.286	10.153	21.536									
Impostos parcelados	18	6.300	12.929	1.486	1.828	6.300	12.929	1.486	1.828									
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas ..	20	58.285	25.526	14.985	17.612	182.020	26.330	51.641	43.005									
Provisões técnicas de seguros		—	—	—	—	20.758	12.159	9.042	5.731									
Receita diferida ..	19	207.468	228.154	33.101	30.810	296.062	217.879	176.690	11.551									
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	13.746	—	—	—									
Outras contas a pagar	32	3.445	1.434	—	604	5.390	1.434	—	1.227									
Total dos passivos não circulantes.....		820.366	795.761	489.467	407.324	1.194.436	802.735	529.907	441.348									
Total dos Passivos		2.165.671	1.885.980	1.454.246	1.347.306	3.880.344	2.640.031	2.009.807	1.722.570									
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)																		
Capital social	21	43.000	220.000	220.000	220.000	43.000	220.000	220.000	220.000									
Reserva legal		3.442	34	6.842	6.842	3.442	34	6.842	6.842									
Reserva de retenção de lucros		994	651	—	—	994	651	—	—									
Prejuízos acumulados		—	(226.748)	(140.198)	(63.552)	—	(226.748)	(140.198)	(63.552)									
Total do patrimônio líquido		47.436	(6.063)	86.644	163.290	47.436	(6.063)	86.644	163.290									
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		2.213.107	1.879.917	1.540.890	1.510.596	3.927.780	2.633.968	2.096.451	1.885.860									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008											
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)											
Receita Líquida de Vendas	Nota explicativa	Controladora - BR GAAP				Consolidado - IFRS e BR GAAP					
		2010	2009	2008	2008	2010	2009	2008	2008		
Custo das Mercadorias	22	4.193.623	3.051.573	2.396.300	-	4.808.024	3.350.999	2.610.520	-		
Revenidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras..	23	(2.916.704)	(2.079.557)	(1.545.885)	-	(3.166.261)	(2.140.188)	(1.603.102)	-		
Lucro Bruto		1.276.919	972.016	850.415	-	1.641.763	1.210.811	1.007.418	-		
Recargas (Despesas) Operacionais											
Com vendas.....		(869.757)	(740.335)	(665.829)	-	(696.930)	(805.824)	(698.524)	-		
Gerais e administrativas.....		(164.487)	(147.148)	(114.089)	-	(212.529)	(163.545)	(130.381)	-		
Perdas em crédito de liquidação duvidosa.....		(14.471)	(32.414)	(11.336)	-	(175.333)	(190.407)	(157.237)	-		
Depreciação e amortização.....		(65.702)	(58.672)	(48.929)	-	(68.487)	(60.623)	(49.765)	-		
Equivalência patrimonial.....	10,11	42.394	10.978	(14.431)	-	-	-	-	-		
Outras receitas operacionais, líquidas.....	25	32.983	17.492	13.956	-	42.949	13.569	11.818	-		
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro..		(1.039.240)	(950.680)	(844.658)	-	(1.390.329)	(1.206.830)	(1.024.088)	-		
Resultado Financeiro											
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	26	(155.077)	(165.232)	(109.236)	-	(141.465)	(140.609)	(104.069)	-		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	82.602	(143.896)	(103.479)	-	(109.968)	(136.628)	(120.740)	-		
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		(13.768)	51.189	26.833	-	(41.134)	43.921	44.094	-		
Lucro (prejuízo) atribuível a:											
a acionistas da controladora.....	30	68.834	(92.707)	(76.646)	-	68.834	(92.707)	(76.646)	-		
Proventos de operações continuadas:											
Básico e diluído (reais por ação).....	0,46	0,62	(0,51)	-	-	0,46	0,62	(0,51)	-		
Não Há Outros Resultados Abrangentes nos Exercícios Apresentados											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008											
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)											

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. ("Companhia" ou "Controladora") atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), através de lojas físicas e varejistas ou por comércio eletrônico. Sua controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A. O exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi encerrado com 604 lojas (455 e 444 lojas, respectivamente, em 2009 e 2008) e com 8 centros de distribuição e centros de distribuição em 2009 e 2008 (dados não auditados), localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. A Companhia participa no capital social de outras sociedades, conforme detalhado a seguir: a) Luizaced S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizaced") - Sociedade controlada em conjunto com o Banco Itaú S.A. que tem por objeto a oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da rede de lojas da Magazine Luiza; b) Luizaseg Seguros S.A. ("Luizaseg") - Sociedade controlada em conjunto com a NCVF Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., que tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil, aos clientes da rede de lojas da Magazine Luiza; c) Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ("LAC") - Controlada integral que tem por objeto social a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos e imóveis; d) F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia") - Controlada integral, representada por rede de lojas, que atua no mesmo ramo de negócios da Magazine Luiza na região Nordeste do Brasil, adquirida em julho de 2010 (ver nota explicativa nº 32). O Magazine Luiza S.A. e suas controladas e controladas em conjunto, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. As demonstrações financeiras, controladora e consolidada, referentes aos três exercícios apresentados, incluindo os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, são parte integrante da documentação requerida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM no processo de pedido de registro para negociação das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras do Grupo compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas com "Consolidado - IFRS e BR GAAP"; • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas com "Controladora - BR GAAP". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, as demonstrações financeiras não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora apresentados nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desta forma, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais em um único conjunto. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplicou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelas Normas Técnicas CPCs 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 3. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e de suas controladas em conjunto, descritas na nota explicativa nº 1. Define-se como controlada quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais da entidade, seja direta ou indiretamente, seja por meio de uma participação de capital, seja por meio de uma participação de controle. **2.4. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (onorários de "due diligence", advogados, entre outros) são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 2.5 abaixo). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é suscetível de reversão posterior. Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação. Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente denominado "goodwill") é registrado no balanço de abertura do exercício seguinte.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ágio perdido integralmente no resultado do exercício em curso. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica IPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Auração de resultado:**

2.7.1. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. **a) Revenidas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que levaram ao seu registro devem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da

—*— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

serem atingi e frequentemente negociados e são contabilizados de acordo com as diretrizes da nota 2.9 acima.

2.14. Contas a receber e provisão para devedores duvidosos: São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado: a) a valor presente, quando aplicável, representadas principalmente por créditos de revendas parceladas no crédito e com cartão de crédito e, b) pela provisão para devedores duvidosos definida com base nas diretrizes mencionadas na nota 2.9 - Ativos Financeiros, no item "Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("Impairment)". O valor de ativos financeiros de recebíveis de cartões de crédito é baixado das contas a receber devido ao fato do Grupo transferir substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para o banco e/ou administradoras de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos pelo Grupo nessa operação não são reconhecidos nos resultados e despesas financeiras e valores a receber decorrentes de propaganda coooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos entre as partes, somente são registrados mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de marketing.

2.15. Estoques de mercadorias para revenda: São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis pelo Grupo, como por exemplo, o ICMS de substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos para realizar a venda, incluindo os custos de distribuição, de transporte, de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos ainda dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a essas alterações forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O valor residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções realizadas durante o período em que o ativo ou o bem não foram incorridos. A Administração do Grupo optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos e utilização da prática do "custo atribuído" ("deemed cost") para os bens do ativo imobilizado, conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do IPC10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Normativos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e CPC 10, uma vez que entende que a atribuição de custo à principal rubrica do ativo imobilizado, representada por beneficência em propriedades de terceiros, não seria aplicável, devido a sua natureza. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados e reconhecidos no período em que ocorre a alienação ou baixa.

2.17. Arrendamento: Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos do Grupo pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado na demonstração financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a contação da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante, conforme segue. O remanescente do passivo. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

2.18. Intangível: **2.18.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo de permanência no imóvel alugado e são submetidos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável. Os softwares referem-se ao custo das licenças e ao sistema de desenvolvimento e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica "projetos em andamento". Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

2.18.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ativos apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Até 31 de dezembro de 2007, os ágios que tinham como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição, os saldos de ágios não são mais amortizados contabilmente e são submetidos a teste anual para análise de redução do valor líquido recuperável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.18.3. Baixas de ativos intangíveis: Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculado. Os ganhos ou as perdas resultantes das baixas de um ativo intangível, representadas pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.19. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio: No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante de redução a ser estimado com base na finalidade de uso dos ativos, no caso de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido ou o valor em uso ou o valor em avaliação e o valor em uso, os fluxos de caixa futuros não são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.20. Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

2.21. Atualização monetária de direitos e obrigações: Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data de transição de 2008, com base nos dados registrados no exercício de transição a que se referem.

2.22. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma contábil e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reconhecimento do ativo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.23. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: E é calculada de acordo com as estimativas de risco e a ocorrência de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma contábil e cuja liquidação seja provável. O Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

2.24. Benefícios a empregados: O Grupo possui planos de benefícios a empregados incluindo plano de aposentadoria complementar, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está descrita na nota 17. O plano de aposentadoria complementar se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual o Grupo não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos aos empregados como resultado de serviços passados.

2.25. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguiu as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua estrutura, a DVA apresenta: **a) Provisão para desvalorização de estoques** (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, demais receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e a amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas similares). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.26. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas: Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercitar julgamento e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos. As informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais dessas atividades contábeis podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídas informações referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: São utilizadas projeções de resultados e premissas de Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contém diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros, que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e contribuição social diferidos a ser registrado nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil de ativos de longa duração: O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais de unidades de produção podem diferir das vidas úteis estimadas. A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pela liquidações. O Grupo estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo, para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leve em consideração, entre, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

g) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos relativos a processos de recuperação de valores e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurispridência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.27. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: IFRSs - A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação IFRS	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	1º de julho de 2010
IFRS 7	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	1º de julho de 2010
IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2010
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2010
IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2010
IAS 32 (revisado)	Alterações Relacionadas aos Direitos de Emissão	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Mínimo de Fundos	1º de janeiro de 2010

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O Grupo aplicou as políticas contábeis aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2011, fizeram parte dos documentos que acompanharam o pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Conforme previsto na Instrução CVM nº 480, em 29 de março de 2011 a CVM se manifestou solicitando aprimoramento das divulgações em algumas notas explicativas. A Administração da Companhia decidiu por reapresentar referidas demonstrações financeiras, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de abril de 2011.

3. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO CPC

3.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil - Demonstrações Financeiras Individuais: Na preparação de suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), o Grupo adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O Grupo aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 na elaboração das demonstrações financeiras, controladora e consolidado, em todos os períodos apresentados, as quais, portanto, foram aplicadas retroativamente e, como consequência, as demonstrações financeiras de anos anteriores estão sendo representadas. Os ajustes para adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Normativos Técnicos CPCs 15 a 40, foram registrados no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008. A definição dessa data-base está relacionada ao processo de pedido de registro para negociação das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("pedido de registro na BOVESPA"). A aplicação desses pronunciamentos técnicos objetivou ajustar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido no consolidado, elaborado de acordo com os BRGAAP e as IFRS, através da aplicação da IFRS 1 e do CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Os efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado dos exercícios e nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais, agregados por conta e a respectiva descrição de sua natureza, estão demonstrados abaixo no item 3.3. **3.2. Adoção das IFRSs - Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) estão sendo apresentadas pela primeira vez pela Companhia, objetivando o atendimento dos requerimentos para fins de processo de pedido de registro na BOVESPA, e foram elaboradas de acordo com as IFRSs, com base nas políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, as quais foram aplicadas em todos os exercícios apresentados. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e na preparação do balanço patrimonial na data de transição, em 1º de janeiro de 2008, o Grupo aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com objetivo de não reproduzir nas demonstrações financeiras consolidadas os mesmos ajustes realizados nas demonstrações financeiras individuais, o balanço patrimonial na data de transição foi ajustado para refletir os efeitos das demonstrações financeiras consolidadas já contempla os efeitos da transição para os novos CPCs, os quais são convergentes às IFRSs e, portanto, os efeitos da transição para os novos CPCs devem ser lidos como sendo também para a transição às IFRSs. Os efeitos da adoção das IFRSs nos balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados e demonstrações dos fluxos de caixa consolidados, estão demonstrados abaixo no item 3.3.

3.3. Conciliação dos balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados dos exercícios:

Valores apresentados em R\$ mil	Controladora				Consolidado			
	Em 01/01/2008 (data de transição)				Em 01/01/2008 (data de transição)			
	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	BR GAAP reapresentado	BR GAAP ajustado	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	IFRS
Contas Ativas								
Ativos Circulantes								
Caixa e equivalentes de caixa	86.663	-		86.663	93.052	-		93.052
Títulos e valores mobiliários	-	-		-	27.259	-		27.259
Contas a receber	563.037	-		563.037	926.596	(7.961)	f (i)	918.635
Estoque de mercadorias	332.442	12.124	a, p	344.566	344.566	-		344.566
Partes relacionadas	37.234	(2.971)	a	34.263	19.509	-		19.509
Impostos a recuperar	21.793	(10.194)	p	11.599	20.104	-		20.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.945	(3.945)	b	-	-	-		-
Outros ativos	12.474	1.041	a, o	13.515	15.349	-		15.349
Total dos ativos circulantes	1.057.586	(3.945)		1.053.643	1.446.435	(7.961)		1.438.674
Ativos Não Circulantes								
Contas a receber	12.653	-		12.653	36.591	-		36.591
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.372	20.841	b, c	48.213	72.281	2.707	f (ii)	74.988
Outros ativos	8.622	10.949	d	19.571	23.417	-		23.417
Investimentos	98.601	(21.639)	e, f	76.962	-	-		-
Intangível	233.186	-		233.186	234.517	-		234.517
Diferido	66.368	-		66.368	77.873	-		77.873
Total dos ativos não circulantes	11.176	(11.176)	g	-	-	-		-
Total dos ativos	1.068.762	-		1.063.643	1.478.859	(7.961)		1.478.859
Passivos Circulantes								
Para revenda	471.093	7.081	h	478.174	478.289	-		478.289
Empréstimos e financiamentos	296.181	-		296.181	296.181	-		296.181
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	296.961	-		296.961
Operações com cartões de crédito	-	-		-	25.951	-		25.951
Salários, férias e encargos sociais	48.241	-		48.241	50.018	-		50.018
Impostos a recolher	29.779	-		29.779	41.260	-		41.260
Partes relacionadas	27.056	-		27.056	14.108	-		14.108
Dividendos a pagar	3.465	-		3.465	3.465	-		3.465
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	16.010	-		16.010
Receita diferida	-	7.709	i (ii)	7.709	-	-		-
Outras contas a pagar	56.458	(7.081)	h	49.377	51.270	-		51.270
Total dos passivos circulantes	932.273	7.709		939.982	1.281.222	-		1.281.222
Passivos Não Circulantes								
Empréstimos e financiamentos	356.470	-		356.470	356.470	-		356.470
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	21.536	-		21.536
Impostos a recolher	1.828	-		1.828	1.828	-		1.828
Provisão para contingências	6.663	10.949	d	17.612	43.005	-		43.005
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	5.731	-		5.731
Receita diferida	-	30.810	i (ii)	30.810	11.551	-		11.551
Outros contas a pagar	604	-		604	1.227	-		1.227
Total dos passivos não circulantes	365.565	41.759		407.324	441.348	-		441.348
Patrimônio Líquido								
Capital social	220.000	-		220.000	220.000	-		220.000
Reserva legal	6.842	-		6.842	6.842	-		6.842
Prejuízos acumulados	(9.114)	(54.438)	c, e, f, g, i	(63.552)	(58.298)	(5.254)	f (i), (ii)	(63.552)
Total do patrimônio líquido	217.728	(54.438)		163.290	168.544	(5.254)		163.290
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.515.566	(4.970)		1.510.596	1.891.113	(5.254)		1.885.859

Em 31/12/2008 (data do período comparativo de acordo com as práticas contábeis anteriores)								
Valores apresentados em R\$ mil		Controladora			Consolidado			
	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	BR GAAP reapresentado	BR GAAP ajustado	Efeito da transição para as IFRSs	Nota	IFRS
Contas Ativas								
Ativos Circulantes								
Caixa e equivalentes de caixa	28.192	-		28.192	35.497	-		35.497
Títulos e valores mobiliários	-	-		-	50.783	-		50.783
Contas a receber	517.886	-		517.886	1.014.179	(17.490)	f (i)	996.689
Estoque de mercadorias para revenda	368.244	12.575	a, p	380.819	380.819	-		380.819
Partes relacionadas	33.746	(2.457)	a	31.289	20.498	-		20.498
Impostos a recuperar	27.483	(10.962)	p	16.521	19.399	-		19.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.945	(3.945)	b	-	-	-		-
Outros ativos	12.508	844	a, o	13.352	16.683	-		16.683
Total dos ativos circulantes	992.004	(3.945)		988.059	1.537.858	(17.490)		1.520.368
Ativos Não Circulantes								
Contas a receber	7.677	-		7.677	34.395	-		34.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.745	35.301	b, c, k	75.046	108.549	12.490	f (ii) e iii)	121.039
Outros ativos	11.787	6.821	d	18.608	19.682	-		19.682
Investimentos	82.370	(19.438)	e, f	62.932	-	-		-
Imobilizado	307.475	-		307.475	310.680	-		310.680
Intangível	76.307	4.786	g	81.093	90.298	-		90.298
Diferido	54.890	(54.890)	g	-	-	-		-
Total dos ativos não circulantes	590.241	(21.410)		558.831	563.594	12.490		576.084
Total dos Ativos	1.572.245	(31.355)		1.546.890	2.101.452	(5.000)		2.096.452

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Classificado por função como:						
Custos das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e de captações no mercado	(2.916.704)	(2.079.557)	(1.545.885)	(3.166.261)	(2.140.188)	(1.603.102)
Despesas com vendas	(869.757)	(740.335)	(665.829)	(976.930)	(805.824)	(698.524)
Despesas gerais e administrativas	(164.687)	(147.729)	(118.089)	(212.529)	(163.545)	(130.381)
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(14.471)	(32.414)	(11.336)	(175.333)	(190.407)	(157.237)
Depreciação e amortização	(65.702)	(58.672)	(48.929)	(68.487)	(60.623)	(49.765)
Outros	(4.031.321)	(3.058.707)	(2.390.068)	(4.599.540)	(3.360.587)	(2.639.009)

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Apropriação de receita diferida - cessão de crédito de direito de exploração (a)	54.947	13.947	11.721	49.811	8.811	7.869
Operações de crédito pessoal	-	-	-	-	-	-
- Luizacred (b)	-	-	-	30.332	19.562	14.574
Ressarcimento de tributos (c)	9.611	1.892	2.607	9.611	1.892	2.607
Despesas com cartões de crédito (d)	-	-	-	(22.271)	(5.718)	(1.955)
Provisão para perdas de investimento	(2.264)	-	-	-	-	-
Provisão para perdas tributárias	(10.948)	-	-	(10.948)	-	-
Honorários da administração (e)	(9.285)	(5.983)	(2.449)	(9.285)	(5.983)	(2.449)
Participação dos empregados	(10.288)	(1.252)	(2.353)	(10.288)	(1.252)	(2.353)
Outros	1.210	6.886	4.430	5.987	(3.743)	(6.475)
Total	32.983	17.492	13.956	42.949	13.568	11.816

a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, descritos em detalhes na nota explicativa nº 19. b) Em 2005, a Luizacred firmou contrato de parceria com o antigo Banco Fininvest S.A., sucedida pelas instituições Itau Unibanco, para a oferta de operações de crédito pessoal aos clientes do Magazine Luiza, para complementar o portfólio de serviços disponibilizados pela Luizacred. A principal condição do contrato estabelece a transferência dos recursos alocados mensalmente ("profit sharing") obtidos pelos serviços de empréstimos contratados junto a Fininvest, a favor da Luizacred. c) Referem-se a créditos tributários, sendo que seus principais saldos vinculados a: i) PIS/Cofins, no montante de R\$ 3.867 em 2010, sobre transações de venda de produtos de informática beneficiados pela lei de inclusão digital; e ii) créditos extemporâneos registrados em 2010 sobre recolhimentos previdenciários realizados sob base de natureza indenizatória, no valor total de R\$ 5.208. d) Refere-se a despesas para emissão e implementação de novos cartões de crédito, como ações de marketing e prospecção entre outros. e) Refere-se a despesas de remuneração ao Conselho de Administração e valores pagos a título de honorários à Administração da Companhia (veja abertura deste último na nota explicativa nº 7 - (c)).

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Receitas financeiras:						
Juros de vendas de garantia estendida	12.220	13.748	18.422	14.050	13.748	18.422
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	810	2.498	681	7.917	8.366	5.848
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	2.069	2.333	3.643	2.138	2.333	3.643
Desconto obtidos	11.647	4.551	3.386	11.647	4.551	3.386
Variação cambial ativa (a)	692	4.560	1.251	692	4.560	1.251
Outros	-	566	848	118	566	848
Total	27.438	28.256	28.231	36.562	34.124	33.398

Despesas financeiras:						
Juros de empréstimos e financiamentos	(105.533)	(120.042)	(111.114)	(113.613)	(101.277)	(111.114)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(54.150)	(42.089)	-	(33.627)	(42.089)	-
Provisão de juros com garantia estendida	(11.896)	(13.412)	(10.330)	(11.896)	(13.412)	(10.330)
Variação cambial passiva (a)	(886)	(881)	(1.760)	(3.700)	(881)	(1.760)
Outros	(10.050)	(17.064)	(14.263)	(15.191)	(17.074)	(14.263)
Total	(182.515)	(193.488)	(137.467)	(178.027)	(174.733)	(137.467)
Outros	(155.077)	(165.322)	(109.236)	(141.465)	(140.609)	(104.069)

(a) As variações cambiais são relativas substancialmente ao contrato de arrendamento mercantil financeiro, mencionado na nota explicativa nº 15, bem como pela compra de mercadorias para revenda de fornecedores estrangeiros.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas oferecem plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está incluída na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, a critério do Grupo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2010, 2009 e 2008, respectivamente, as contribuições montaram em R\$ 611, R\$ 361 e R\$ 375. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia. O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale alimentação, vale transporte, bolsa de estudo, entre outros. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2010, foi de R\$ 59.545 (R\$ 44.191 em 2009 e R\$ 46.658 em 2008). Adicionalmente, o Grupo não mantém quaisquer benefícios para pessoas-chave da administração de partes relacionadas.

28. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, o Grupo implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. Em decorrência do atingimento de tais metas pré-estipuladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram provisionados, na controladora e no consolidado, R\$ 14.468 (R\$ 4.585 em 2009). Os valores são registrados como despesas operacionais.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2008, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor Presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:
• Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia.
• Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
• Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;
• Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos. As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Demonstrações do resultado, ativos e passivos por segmento:

	Operações financeiras			Operações de seguros			Administração de Consórcios			Eliminações			Saldo Consolidado		
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração de Consórcios	Total	nações	Eliminações	Saldo Consolidado							
Receita bruta com terceiros	5.239.263	373.339	58.297	21.077	5.691.976	-	-	5.691.976	-	-	-	-	5.691.976	-	-
Receita bruta com partes relacionadas	85.132	22.034	-	-	107.166	(107.166)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita	(882.435)	-	-	(1.517)	(883.952)	-	-	(883.952)	-	-	-	-	(883.952)	-	-
Receita líquida do segmento	4.441.960	395.373	58.297	19.560	4.915.190	(107.166)	4.808.024	-	-	-	-	-	4.808.024	-	-
Custos	(3.092.816)	(60.961)	(2.935)	(9.549)	(3.166.261)	-	(3.166.261)	-	-	-	-	-	(3.166.261)	-	-
Lucro bruto	1.349.144	334.412	55.362	10.011	1.748.929	(107.166)	1.641.763	-	-	-	-	-	1.641.763	-	-
Despesas com vendas	(699.673)	(82.451)	-	-	(982.124)	-	(982.124)	-	-	-	-	-	(982.124)	-	-
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(42.881)	(38.619)	(3.632)	(85.132)	85.132	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(193.306)	-	(7.841)	(6.188)	(207.335)	-	(207.335)	-	-	-	-	-	(207.335)	-	-
Resultado da provisão com créditos de liquidaç...	(14.502)	(160.831)	-	-	(175.333)	-	(175.333)	-	-	-	-	-	(175.333)	-	-
Depreciação e amortização	(67.124)	(1.112)	(5.136)	(251)	(73.623)	5.136	(68.487)	-	-	-	-	-	(68.487)	-	-
Equivalência patrimonial	42.394	-	-	-	42.394	(42.394)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	33.989	11.018	-	814	45.821	(2.872)	42.949	-	-	-	-	-	42.949	-	-
Resultado financeiro	(148.550)	-	6.405	680	(141.465)	-	(141.465)	-	-	-	-	-	(141.465)	-	-
Resultado financeiro com partes relacionadas	(22.034)	-	-	-	(22.034)	22.034	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(13.768)	(22.892)	(3.975)	(499)	(41.134)	-	(41.134)	-	-	-	-	-	(41.134)	-	-
Total	66.570	35.263	6.196	935	108.964	(40.130)	68.834	-	-	-	-	-	68.834	-	-

	Operações financeiras			Operações de seguros			Administração de Consórcios			Eliminações			Saldo Consolidado		
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração de Consórcios	Total	nações	Eliminações	Saldo Consolidado							
Receita bruta	3.756.688	296.602	55.584	20.723	4.129.597	-	-	4.129.597	-	-	-	-	4.129.597	-	-
Receita bruta com partes relacionadas	72.033	18.765	-	-	90.798	(90.798)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita	(777.148)	-	-	(1.450)	(778.598)	-	-	(778.598)	-	-	-	-	(778.598)	-	-
Receita líquida do segmento	3.051.573	315.367	55.584	19.273	3.441.797	(90.798)	3.350.999	-	-	-	-	-	3.350.999	-	-
Custos	(2.079.557)	(47.706)	(2.974)	(9.951)	(2.140.188)	-	(2.140.188)	-	-	-	-	-	(2.140.188)	-	-
Lucro bruto	1.972.016	267.661	52.610	9.322	2.301.619	(90.798)	2.210.821	-	-	-	-	-	2.210.821	-	-
Despesas com vendas	(740.335)	(66.799)	-	-	(807.134)	-	(807.134)	-	-	-	-	-	(807.134)	-	-
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(34.467)	(34.006)	(3.560)	(72.033)	72.033	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(147.729)	-	(9.927)	(4.579)	(162.235)	-	(162.235)	-	-	-	-	-	(162.235)	-	-
Resultado da provisão com créditos de liquidaç...	(32.414)	(157.993)	-	-	(190.407)	-	(190.407)	-	-	-	-	-	(190.407)	-	-
Depreciação e amortização	(58.672)	(1.731)	(5.136)	(220)	(65.759)	5.136	(60.623)	-	-	-	-	-	(60.623)	-	-
Equivalência patrimonial	10.978	-	-	-	10.978	(10.978)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	17.492	676	(77)	614	18.705	(5.136)	13.569	-	-	-	-	-	13.569	-	-
Resultado financeiro	(146.467)	-	5.292	566	(140.609)	-	(140.609)	-	-	-	-	-	(140.609)	-	-
Resultado financeiro com partes relacionadas	(18.765)	-	-	-	(18.765)	18.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	51.189	(2.993)	(3.618)	(657)	43.921	-	43.921	-	-	-	-	-	43.921	-	-
Total	92.707	4.354	5.138	1.486	181.729	(10.978)	180.751	-	-	-	-	-	180.751	-	-

	Operações financeiras			Operações de seguros	Administração de Consórcios	Total		Eliminações	Saldo Consolidado
	Varejo								
Receita bruta	3.122.502	230.699	39.932	20.213	3.413.346	-	3.413.346	-	3.413.346
Receita bruta com partes relacionadas	75.397	-	-	-	75.397	(75.397)	-	-	-
Deduções da receita	(801.599)	-	-	(1.228)	(802.827)	-	-	(802.827)	-
Receita líquida do segmento	2.396.300	230.699	39.932	18.985	2.685.916	(75.397)	2.610.520	-	2.610.520
Custos	(1.545.885)	(42.519)	(3.567)	(11.131)	(1.603.102)	-	(1.603.102)	-	(1.603.102)
Lucro bruto	850.415	188.180	36.365	7.854	1.082.814	(75.397)	1.007.417	-	1.007.417
Despesas com vendas	(665.829)	(37.402)	-	-	(703.231)	-	(703.231)	-	(703.231)
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(44.906)	(26.884)	(3.607)	(75.397)	75.397	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(118.089)	-	(3.678)	(3.906)	(125.673)	-	(125.673)	-	(125.673)
Resultado da provisão com créditos de liquidação	(11.336)	(145.901)	-	-	(157.237)	-	(157.237)	-	(157.237)
Depreciação e amortização	(48.929)	(681)	(3.852)	(155)	(53.617)	3.852	(49.765)	-	(49.765)
Equivalência patrimonial	(14.431)	-	-	-	(14.431)	14.431	-	-	-
Outras receitas operacionais	13.956	1.836	(530)	408	15.670	(3.852)	11.818	-	11.818
Resultado financeiro	(109.236)	-	4.344	823	(104.069)	-	(104.069)	-	(104.069)
Resultado de renda e contribuição social	26.833	19.218	(1.536)	(421)	44.094	-	44.094	-	44.094
	(76.646)	(18.656)	4.229	996	(91.077)	14.432	(76.646)	-	(76.646)

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. José Bonifácio Coutinho
Nogueira, 150 - 5º andar
Campinas - SP - 13091-611
Brasil

Tel: + 55 (19) 3707-3000
Fax: + 55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membros, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© 2011 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Notas Explicativas

Deloitte Touche Tohmatsu

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa No. 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Magazine Luiza S.A. essas práticas, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, para fins de IFRS, esses investimentos são avaliados ao custo ou ao valor justo.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2011, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes na mesma data, fizeram parte dos documentos que acompanharam o pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Como parte desse processo, subsequente, a Administração da Companhia decidiu reapresentar essas demonstrações financeiras para incluir informações adicionais em algumas notas explicativas que não modificam a substância das informações apresentadas anteriormente e não resultaram em modificação dos saldos contábeis. As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2011. O relatório dos auditores independentes foi reemitido nesta mesma data face as alterações processadas pela Administração da Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Deloitte Touche Tohmatsu

Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, apresentadas como demonstrações financeiras obrigatórias conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 5 de abril de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

Notas Explicativas

MAGAZINE LUIZA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), através de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Sua controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi encerrado com 604 lojas (455 e 444 lojas, respectivamente, em 2009 e 2008) e com 8 centros de distribuição (6 centros de distribuição em 2009 e 2008) (dados não auditados), localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País.

A Companhia participa no capital social de outras sociedades, conforme detalhado a seguir:

- a) Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Luizacred”) - Sociedade controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto a oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza;
- b) Luizaseg Seguros S.A. (“Luizaseg”) - Sociedade controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., que tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil, aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza;
- c) Luiza Administradora de Consórcios Ltda. (“LAC”) - Controlada integral que tem por objeto social a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos e imóveis;
- d) F.S. Vasconcelos & Cia Ltda. (“Lojas Maia”) - Controlada integral, representada por rede de lojas, que atua no mesmo ramo de negócios do Magazine Luiza na região Nordeste do Brasil, adquirida em julho de 2010 (ver nota explicativa nº 32).

O Magazine Luiza S.A e suas controladas e controladas em conjunto, doravante serão referidas como “Grupo” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As demonstrações financeiras, controladora e consolidado, referentes aos três exercícios apresentados, incluindo os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, são parte integrante da documentação requerida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM no processo de pedido de registro para negociação das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do Grupo compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora apresentados nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desta forma, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplicou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e de suas controladas em conjunto, descritas na nota explicativa nº 1. Define-se como controlada quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O resultado das operações da controlada adquirida durante o exercício está incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de “due diligence”, advogados, entre outros) são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 2.5 abaixo). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda, reconhecido no resultado do exercício em curso.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.5. Alocação dos saldos de ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 2.4 acima), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), os quais, na controladora, correspondem a cada uma das lojas.

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

2.6. Participações em controladas em conjunto (“Joint Ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de “joint venture”, no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como “controladas em conjunto”.

O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuível à participação dos demais empreendedores.

2.7. Apuração de resultado

2.7.1. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

a) Revendas de produtos

A receita de revendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia ou ao Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

b) Prestação de serviços

As receitas de operações de crédito, prêmios de seguros e taxas de administração dos grupos de consórcios são reconhecidas ao longo da vigência dos contratos e das apólices.

2.7.2. Custos das mercadorias revendidas e dos serviços prestados

Incluem os custos de aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete, relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs"), são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas. No consolidado inclui, também, as despesas de intermediação financeira com as operações de captação de "funding".

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.7.3. Ajustes a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais. As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas, e descontadas a valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada está atrelada à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a qual é considerada como taxa livre de risco pela Administração do Grupo, tendo em vista os riscos do país onde atua. Referida taxa é ajustada pela Administração para refletir os riscos de seus negócios e tem como fundamento e premissa a taxa média de encargos financeiros que o Grupo incorre em suas captações financeiras. Adicionalmente, referida taxa ajustada, incorpora outras probabilidades associadas à realização das contas a receber de clientes e liquidação das contas a pagar a fornecedores.

A taxa de desconto utilizada foi como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>
Taxa de desconto - ao ano	12,24%	8,62%	13,23%	12,69%
Percentual relativo do CDI	115%	108%	108%	108%

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado nas rubricas "Fornecedores" (tendo como contrapartida a conta de "Estoques"). Sua reversão é lançada na rubrica "Resultado financeiro", pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente das operações de revenda a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a Receber de Clientes". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de produtos", pela fruição do prazo.

Parte do custo financeiro incorrido pela Companhia, proporcional ao montante de financiamento concedido a clientes, é registrado como custo das vendas para contrapor a receita financeira registrada como receita de vendas.

Não foram identificados ajustes materiais no cálculo a valor presente de passivos a longo prazo, tais como impostos parcelados e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, considerando principalmente que o saldo de tais rubricas representa a melhor estimativa de desembolso pela Administração da Companhia em 31 de dezembro de cada exercício e estão atualizados monetariamente, quando aplicável.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.7.4. As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação, deduzidas da participação dos fornecedores, que é reembolsável ao Grupo;

2.7.5. As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e para entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

2.8. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Grupo é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e das controladas em conjunto, consolidadas pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, também são preparadas em reais.

(b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Método dos juros efetivos

O método dos juros efetivos é um método utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e alocar a receita dos juros durante o período em que esse ativo é mantido pelo Grupo. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que compõem a taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou quando apropriado, por um período menor.

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado têm seus ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer dividendos ou juros obtidos sobre o ativo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na nota nº 31.

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através do resultado quando mantidos para negociação, em função do seguinte:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo;
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; ou
- É um derivativo não designado e mantido como instrumento de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Esta designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência quando de sua mensuração ou reconhecimento;
- O ativo financeiro é parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, cujo desempenho é avaliado com base em seu valor justo de acordo com a política de gestão de riscos e estratégias de investimentos estabelecidas pela Administração da Companhia; ou
- Se o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido pelas Normas Internacionais de Contabilidade que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos classificados como “mantidos até o vencimento” correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determinados e vencimentos fixos, para os quais o Grupo tenha intenção positiva e habilidade para mantê-los até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de provisão para trazê-los ao seu valor líquido de realização “impairment”, quando aplicável, tendo suas receitas reconhecidas com base na taxa de retorno efetiva.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Títulos resgatáveis listados, quando mantidos pelo Grupo, que são negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo. O valor justo é determinado da mesma forma como descrito na nota nº 31. Ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável, com exceção das perdas decorrentes de “impairment”, juros calculados utilizando-se o método dos juros efetivos e ganhos e perdas com variação cambial de ativos monetários, os quais são reconhecidos diretamente no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas como “outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica de “reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou é determinado como estando deteriorado, o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido na reserva de reavaliação dos investimentos, é então incluído no resultado do exercício ou período a que se refere.

O valor justo dos ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira, quando existentes, é traduzido para a moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento no encerramento de cada exercício. A mudança no valor justo atribuída às diferenças de câmbio que resultem da mudança do custo amortizado do ativo é reconhecida em lucro ou perdas, e outras mudanças são reconhecidas no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos, contas a receber de clientes, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros (“Impairment”)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício ou período. As perdas são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor líquido recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, que na avaliação individual não apresentaram redução ao seu valor recuperável, podem, subsequentemente, vir a apresentar perda em seu valor recuperável quando avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor líquido recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de títulos, o aumento no número de recebimentos em atraso e mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, sua redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor líquido recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor líquido recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irre recuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em “outros resultados abrangentes” (conta específica do patrimônio líquido) são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente a redução ao valor líquido recuperável diminuir e esta diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após seu reconhecimento, esta redução deve ser revertida e registrada no resultado do exercício que ocorrer a reversão, limitada ao valor contábil líquido da amortização acumulada.

As reversões de perdas por redução ao valor líquido recuperável de títulos patrimoniais, classificados como disponíveis para venda, originalmente reconhecidas no resultado, são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” e acumuladas na conta “Reserva de Reavaliação de Investimentos”. Por outro lado, as reversões de perdas de títulos da dívida disponíveis para venda são revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para terceiros. Se o Grupo mantém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que terá que pagar quando de sua liquidação ou transferência definitiva.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A baixa total de um ativo financeiro, correspondente à diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e os ganhos ou perdas, reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio, é reconhecida no resultado.

2.10. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio líquido emitidos pelo Grupo

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pelo Grupo são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Instrumentos compostos

Os componentes de um instrumento composto emitido pelo Grupo, se houver, são segregados e classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou de vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo, sendo reconhecido e incluído no patrimônio líquido, descontados os efeitos tributários, não sendo remensurado subsequentemente.

Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo maior valor entre o montante da obrigação contratual, de acordo com IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante inicialmente reconhecido, deduzido, quando aplicável, da apropriação acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita apresentada acima.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através do resultado quando mantidos para negociação ou quando designados ao valor justo através do resultado.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo;
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; ou
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de hedge efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que poderia surgir; ou
- Compor parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, administrado e avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de riscos e estratégias de investimento formalizadas pelo Grupo; ou
- São parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o “IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Os ganhos ou perdas de passivos financeiros ao valor justo através do resultado reconhecidos no resultado, os quais incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme nota nº 31.

Outros passivos financeiros

Ouros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros.

O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa seus passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com estratégias previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescida de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação. A nota explicativa nº 31 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, são avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de “hedge”.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado”.

2.13. Títulos e valores mobiliários

Nas demonstrações financeiras consolidadas são representados, basicamente, por títulos públicos federais (LFTs) e por quotas de fundos de investimentos, vinculadas a “Garantias das Provisões Técnicas de Seguros” descritas na nota explicativa nº 2.26.2. Estão classificados conforme a intenção da Administração de serem ativa e freqüentemente negociados e são contabilizados de acordo com as diretrizes da nota 2.9 acima.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.14. Contas a receber e provisão para devedores duvidosos

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado: a) a valor presente, quando aplicável, representadas principalmente por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito e, b) pela provisão para devedores duvidosos definida com base nas diretrizes mencionadas na nota 2.9 - Ativos Financeiros, no item “Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros (“Impairment”).

O valor de antecipações de recebíveis de cartões de crédito é baixado das contas a receber devido ao fato do Grupo transferir substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para o banco e/ou administradoras de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos pelo Grupo nessa operação são apropriados no resultado como despesas financeiras.

Os valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos entre as partes, somente são registrados mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de marketing.

2.15. Estoques de mercadorias para revenda

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis pelo Grupo, como por exemplo, o ICMS de substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis a aquisição e descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda.

2.16. Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos ainda dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A Administração do Grupo optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”) para os bens do ativo imobilizado, conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10, uma vez que entende que a atribuição de custo à principal rubrica do ativo imobilizado, representada por benfeitorias em propriedades de terceiros, não seria aplicável, devido a sua natureza.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação.

2.17. Arrendamento

Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos do Grupo pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado na demonstração financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

2.18. Intangível

2.18.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo de permanência no imóvel alugado e são submetidos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica “projetos em andamento”.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

2.18.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Até 31 de dezembro de 2007, os ágios que tinham como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição, os saldos de ágios não são mais amortizados contabilmente e são submetidos a teste anual para análise de redução do seu valor líquido recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.18.3. Baixas de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculado. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.19. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.20. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

2.21. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data dos balanços patrimoniais, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

2.22. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.22.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data dos balanços, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.22.2. Provisões técnicas de seguros**a) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)**

Representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência das apólices ou faturas, calculados “pro rata temporis”.

b) Provisão para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

Representa o ajuste da PPNG em decorrência da existência de riscos vigentes cuja apólice ainda não foi emitida, e é calculada de acordo com premissas atuariais específicas de sociedades seguradoras.

c) Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP)

É constituída se constatada a necessidade de complemento da PPNG para a cobertura dos sinistros estimados e despesas administrativas, a ocorrer até o final da vigência do risco coberto. Não se verificou insuficiência de prêmios em quaisquer dos exercícios apresentados.

d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Representa a provisão para pagamento de prováveis de indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço.

e) Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço.

2.22.3. Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.23. Tributação

a) Impostos correntes

As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social estão baseadas na base tributável dos exercícios. A base tributável de um exercício difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, por excluir receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

b) Impostos diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período de relatório e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício ou período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual o Grupo espera, no final de cada exercício ou período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

c) Imposto sobre a renda corrente e diferido

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações.

2.24. Benefícios a empregados

O Grupo possui planos de benefícios a empregados incluindo plano de aposentadoria complementar, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está descrita na nota nº 27.

O plano de aposentadoria complementar se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual o Grupo não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos aos empregados como resultado de serviços passados.

2.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguiu as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, demais receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e a amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas similares). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.26. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros, que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e contribuição social diferidos a ser registrado nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil de ativos de longa duração

O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais de cada unidade podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

e) Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações. O Grupo estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo, para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, entre, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.27. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

IFRSs

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	1º de julho de 2010
IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	1º de julho de 2010
IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2010
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2010
IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo É Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2010
IAS 32 (revisado)	Alterações Relacionadas aos Direitos de Emissão	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Mínimo de Fundos	1º de janeiro de 2011

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

2.28. Reapresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2011, fizeram parte dos documentos que acompanharam o pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Conforme previsto na Instrução CVM nº 480, em 29 de março de 2011 a CVM se manifestou solicitando aprimoramento das divulgações em algumas notas explicativas. A Administração da Companhia decidiu por reapresentar referidas demonstrações financeiras, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2011.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

3. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO CPC

3.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil - Demonstrações Financeiras Individuais

Na preparação de suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), o Grupo adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

O Grupo aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 na elaboração das demonstrações financeiras, controladora e consolidado, em todos os períodos apresentados, as quais, portanto, foram aplicadas retroativamente e, como consequência, as demonstrações financeiras de anos anteriores estão sendo reapresentadas. Os ajustes para adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40, foram registrados no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008. A definição dessa data-base está relacionada ao processo de pedido de registro para negociação das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("pedido de registro na BOVESPA"). A aplicação desses pronunciamentos técnicos objetivou ajustar as demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido no consolidado, elaborado de acordo com os BRGAAP e as IFRS, através da aplicação da IFRS 1 e do CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Os efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado dos exercícios e nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais, agregados por conta e a respectiva descrição de sua natureza, estão demonstrados abaixo no item 3.3.

3.2. Adoção das IFRSs - Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) estão sendo apresentadas pela primeira vez pela Companhia, objetivando o atendimento dos requerimentos para fins de processo de pedido de registro na BOVESPA, e foram elaboradas de acordo com as IFRSs, com base nas políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, as quais foram aplicadas em todos os exercícios apresentados. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e na preparação do balanço patrimonial na data de transição, em 1º de janeiro de 2008, o Grupo aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Com objetivo de não reproduzir nas demonstrações financeiras consolidadas os mesmos ajustes realizados nas demonstrações financeiras individuais, no quadro abaixo o saldo denominado "BRGAAP ajustado" (saldo de partida) nas demonstrações financeiras consolidadas já contempla os efeitos da transição para os novos CPCs, os quais são convergentes às IFRSs e, portanto, os ajustes da transição para os novos CPCs devem ser lidos como sendo também para a transição às IFRSs.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Os efeitos da adoção das IFRSs nos balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados e demonstrações dos fluxos de caixa consolidados, estão demonstrados abaixo no item 3.3.

3.3. Conciliação dos balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados dos exercícios

Valores apresentados em R\$ mil	Controladora				Consolidado			
	Em 01/01/2008				Em 01/01/2008			
	(data de transição)				(data de transição)			
Contas	Efeito da transição dos novos CPCs				Efeito da transição dos novos CPCs			
Ativos	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	Nota	BR GAAP Reapresentado	BR GAAP ajustado	BR GAAP dos novos CPCs	Nota	IFRS
ATIVOS CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	86.663	-		86.663	93.052	-		93.052
Títulos e valores mobiliários	-	-		-	27.259	-		27.259
Contas a receber	563.037	-		563.037	926.596	(7.961)	f (i)	918.635
Estoques de mercadorias para revenda	332.442	12.124	a, p	344.566	344.566	-		344.566
Partes relacionadas	37.234	(2.971)	o	34.263	19.509	-		19.509
Impostos a recuperar	21.793	(10.194)	p	11.599	20.104	-		20.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.945	(3.945)	b	-	-	-		-
Outros ativos	12.474	1.041	a, o	13.515	15.349	-		15.349
Total dos ativos circulantes	1.057.588	(3.945)		1.053.643	1.446.435	(7.961)		1.438.474
ATIVOS NÃO CIRCULANTES								
Contas a receber	12.653	-		12.653	36.591	-		36.591
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.372	20.841	b, c	48.213	72.281	2.707	f (ii)	74.988
Outros ativos	8.622	10.949	d	19.571	23.417	-		23.417
Investimentos	98.601	(21.639)	e, f	76.962	-	-		-
Imobilizado	233.186	-		233.186	234.517	-		234.517
Intangível	66.368	-		66.368	77.873	-		77.873
Diferido	11.176	(11.176)	g	-	-	-		-
Total dos ativos não circulantes	457.978	(1.025)		456.953	444.679	2.707		447.386
TOTAL DOS ATIVOS	1.515.566	(4.970)		1.510.596	1.891.113	(5.254)		1.885.859
Passivos								
PASSIVOS CIRCULANTES								
Fornecedores	471.093	7.081	h	478.174	478.289	-		478.289
Empréstimos e financiamentos	296.181	-		296.181	296.181	-		296.181
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	296.961	-		296.961
Operações com cartões de crédito	-	-		-	25.951	-		25.951
Salários, férias e encargos sociais	48.241	-		48.241	50.018	-		50.018
Impostos a recolher	29.779	-		29.779	41.260	-		41.260
Partes relacionadas	27.056	-		27.056	14.108	-		14.108
Dividendos a pagar	3.465	-		3.465	3.465	-		3.465
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	16.010	-		16.010
Receita diferida	-	7.709	i (ii)	7.709	7.709	-		7.709
Outras contas a pagar	56.458	(7.081)	h	49.377	51.270	-		51.270
Total dos passivos circulantes	932.273	7.709		939.982	1.281.222	-		1.281.222
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES								
Empréstimos e financiamentos	356.470	-		356.470	356.470	-		356.470
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	21.536	-		21.536
Impostos parcelados	1.828	-		1.828	1.828	-		1.828
Provisão para contingências	6.663	10.949	d	17.612	43.005	-		43.005
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	5.731	-		5.731
Receita diferida	-	30.810	i (ii)	30.810	11.551	-		11.551
Outros contas a pagar	604	-		604	1.227	-		1.227
Total dos passivos não circulantes	365.565	41.759		407.324	441.348	-		441.348
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	220.000	-		220.000	220.000	-		220.000
Reserva legal	6.842	-		6.842	6.842	-		6.842
Prejuízos acumulados	(9.114)	(54.438)	c,e,f,g,i	(63.552)	(58.298)	(5.254)	f (i), f (ii)	(63.552)
Total do patrimônio líquido	217.728	(54.438)		163.290	168.544	(5.254)		163.290
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.515.566	(4.970)		1.510.596	1.891.113	(5.254)		1.885.859

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Valores apresentados em R\$ mil	Em 31/12/2008 (data do período comparativo de acordo com as práticas contábeis anteriores)							
	Controladora				Consolidado			
	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	BR GAAP Reapresentado	BR GAAP ajustado	Efeito da transição para as IFRSs	Nota	IFRS
Contas								
Ativos								
ATIVOS CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	28.192	-		28.192	35.497	-		35.497
Títulos e valores mobiliários	-	-		-	50.783	-		50.783
Contas a receber	517.886	-		517.886	1.014.179	(17.490)	f (i)	996.689
Estoques de mercadorias para revenda	368.244	12.575	a, p	380.819	380.819	-		380.819
Partes relacionadas	33.746	(2.457)	o	31.289	20.498	-		20.498
Impostos a recuperar	27.483	(10.962)	p	16.521	19.399	-		19.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.945	(3.945)	b	-	-	-		-
Outros ativos	12.508	844	a, o	13.352	16.683	-		16.683
Total dos ativos circulantes	992.004	(3.945)		988.059	1.537.858	(17.490)		1.520.368
ATIVOS NÃO CIRCULANTES								
Contas a receber	7.677	-		7.677	34.395	-		34.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.745	35.301	b, c, k	75.046	108.549	12.490	f (ii e iii)	121.039
Outros ativos	11.787	6.821	d	18.608	19.682	-		19.682
Investimentos	82.370	(19.438)	e, f	62.932	-	-		-
Imobilizado	307.475	-		307.475	310.680	-		310.680
Intangível	76.307	4.786	j	81.093	90.288	-		90.288
Diferido	54.880	(54.880)	g	-	-	-		-
Total dos ativos não circulantes	580.241	(27.410)		552.831	563.594	12.490		576.084
TOTAL DOS ATIVOS	1.572.245	(31.355)		1.540.890	2.101.452	(5.000)		2.096.452
Passivos								
PASSIVOS CIRCULANTES								
Fornecedores	409.560	18.292	h	427.852	428.142	-		428.142
Empréstimos e financiamentos	380.958	-		380.958	380.958	-		380.958
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	439.187	-		439.187
Operações com cartões de crédito	-	-		-	57.474	-		57.474
Salários, férias e encargos sociais	56.074	-		56.074	56.896	-		56.896
Impostos a recolher	38.814	(1.672)	k	37.142	38.595	-		38.595
Partes relacionadas	17.874	-		17.874	9.454	-		9.454
Impostos parcelados	424	-		424	424	-		424
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	22.594	-		22.594
Receita diferida	-	13.947	i (ii) (iii)	13.947	13.947	-		13.947
Outras contas a pagar	48.800	(18.292)	h	30.508	32.229	-		32.229
Total dos passivos circulantes	952.504	12.275		964.779	1.479.900	-		1.479.900
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES								
Empréstimos e financiamentos	439.895	-		439.895	439.895	-		439.895
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	10.153	-		10.153
Impostos parcelados	1.486	-		1.486	1.486	-		1.486
Provisão para contingências	8.164	6.821	d	14.985	51.641	-		51.641
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	9.042	-		9.042
Receita diferida	-	33.101	i (ii) (iii)	33.101	17.690	-		17.690
Total dos passivos não circulantes	449.545	39.922		489.467	529.907	-		529.907
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	220.000	-		220.000	220.000	-		220.000
Reserva legal	6.842	-		6.842	6.842	-		6.842
Prejuízos acumulados	(56.646)	(83.552)	c, e, f, g, i, j	(140.198)	(135.198)	(5.000)	f (i) (ii) (iii)	(140.198)
Total do patrimônio líquido	170.196	(83.552)		86.644	91.644	(5.000)		86.644
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.572.245	(31.355)		1.540.890	2.101.452	(5.000)		2.096.452

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Valores apresentados em R\$ mil	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)							
	Controladora				Consolidado			
	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	BR GAAP Reapresentado	BR GAAP ajustado	Efeito da transição para as IFRSs	Nota	IFRS
Ativos								
ATIVOS CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	183.124	-		183.124	192.409	-		192.409
Títulos e valores mobiliários	-	-		-	39.209	-		39.209
Contas a receber	513.424	-		513.424	1.222.493	(33.859)	f (i)	1.188.634
Estoques de mercadorias para revenda	438.299	80.252	a, p	518.551	518.551	-		518.551
Partes relacionadas	44.243	(5.568)	m, o	38.675	18.643	-		18.643
Impostos a recuperar	98.951	(78.897)	p	20.054	29.553	-		29.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.877	(3.877)	b	-	-	-		-
Outros ativos	19.909	2.381	a,o	22.290	24.172	-		24.172
Total dos ativos circulantes	1.301.827	(5.709)		1.296.118	2.045.030	(33.859)		2.011.171
ATIVOS NÃO CIRCULANTES								
Títulos e valores mobiliários	-	-		-	23.971	-		23.971
Contas a receber	2.898	-		2.898	24.777	-		24.777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.567	75.923	b,c, k, l	119.490	144.817	17.673	f (ii e iii)	162.490
Outros ativos	3.856	15.243	d	19.099	27.104	-		27.104
Investimentos	95.308	(27.935)	e, f,m	67.373	-	-		-
Imobilizado	295.729	-		295.729	297.791	-		297.791
Intangível	74.424	4.786	j	79.210	86.664	-		86.664
Diferido	38.397	(38.397)	g	-	-	-		-
Total dos ativos não circulantes	554.179	29.620		583.799	605.124	17.673		622.797
TOTAL DOS ATIVOS	1.856.006	23.911		1.879.917	2.650.153	(16.186)		2.633.967
Passivos								
PASSIVOS CIRCULANTES								
Fornecedores	668.910	26.439	h	695.349	696.048	-		696.048
Empréstimos e financiamentos	168.122	-		168.122	168.122	-		168.122
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	569.002	-		569.002
Operações com cartões de crédito	-	-		-	120.535	-		120.535
Salários, férias e encargos sociais	68.398	-		68.398	69.064	-		69.064
Impostos a recolher	48.261	(20.940)	k	27.321	28.793	-		28.793
Partes relacionadas	24.381	-		24.381	13.887	-		13.887
Impostos parcelados	5.621	(1.349)	l	4.272	39.052	-		39.052
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	23.098	-		23.098
Receita diferida	-	54.947	i (i),(ii),(iii)	54.947	54.951	-		54.951
Outras contas a pagar	93.868	(46.439)	h, i (i)	47.429	54.744	-		54.744
Total dos passivos circulantes	1.077.561	12.658		1.090.219	1.837.296	-		1.837.296
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES								
Empréstimos e financiamentos	527.718	-		527.718	527.718	-		527.718
Depósitos interfinanceiros	-	-		-	4.286	-		4.286
Impostos parcelados	18.325	(5.396)	l	12.929	12.929	-		12.929
Provisão para contingências	10.283	15.243	d	25.526	26.330	-		26.330
Provisões técnicas de seguros	-	-		-	12.158	-		12.158
Receita diferida	-	228.154	i (i),(ii),(iii)	228.154	217.879	-		217.879
Outros contas a pagar	1.434	-		1.434	1.434	-		1.434
Total dos passivos não circulantes	557.760	238.001		795.761	802.734	-		802.734
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	220.000	-		220.000	220.000	-		220.000
Reserva legal	34	-		34	34	-		34
Reserva de retenção de lucros	651	-		651	651	-		651
Prejuízos acumulados	-	(226.748)	c,e,f,g,i,j,n	(226.748)	(210.562)	(16.186)	f(i),(ii),(iii)	(226.748)
Total do patrimônio líquido	220.685	(226.748)		(6.063)	10.123	(16.186)		(6.063)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.856.006	23.911		1.879.917	2.650.153	(16.186)		2.633.967

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Valores apresentados em R\$ mil

Contas

Demonstração do Resultado

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS, DAS PRESTAÇÕES
DE SERVIÇOS E DE CAPTAÇÕES PARA OPERAÇÕES FINANCEIRAS

LUCRO BRUTO

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Com vendas

Gerais e administrativas

Perdas em crédito de liquidação duvidosa

Depreciação e amortização

Equivalência patrimonial

Outras receitas operacionais, líquidas

LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO

LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social diferidos

LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Em 31/12/2008 (data do período comparativo de acordo com as práticas contábeis anteriores)

Controladora				Consolidado			
BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	BR GAAP Reapresentado	BR GAAP ajustado	Efeito da transição para as IFRSs	Nota	IFRS
2.347.882	48.418	p	2.396.300	2.610.520	-		2.610.520
(1.497.467)	(48.418)	p	(1.545.885)	(1.603.102)	-		(1.603.102)
850.415	-		850.415	1.007.418	-		1.007.418
(612.004)	(53.825)	g	(665.829)	(698.524)	-		(698.524)
(118.089)	-		(118.089)	(117.872)	(9.529) f (i)		(127.401)
(11.336)			(11.336)	(157.237)	-		(157.237)
(63.836)	14.907	g, j	(48.929)	(49.765)	-		(49.765)
(16.632)	2.201	e, f	(14.431)	-	-		-
22.485	(8.529)	i (ii) (iii)	13.956	11.818	-		11.818
(799.412)	(45.246)		(844.658)	(1.014.559)	(9.529)		(1.024.088)
51.003	(45.246)		5.757	(7.142)	(9.529)		(16.671)
(109.236)	-		(109.236)	(104.069)	-		(104.069)
(58.233)	(45.246)		(103.479)	(111.211)	(9.529)		(120.740)
-	-		-	(1.957)	-		(1.957)
10.701	16.132	c	26.833	36.268	9.783 f (ii) e (iii)		46.051
(47.532)	(29.114)		(76.646)	(76.900)	254		(76.646)

Valores apresentados em R\$ mil

Contas

Demonstração do Resultado

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS, DAS PRESTAÇÕES
DE SERVIÇOS E DE CAPTAÇÕES PARA OPERAÇÕES FINANCEIRAS

LUCRO BRUTO

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Com vendas

Gerais e administrativas

Perdas em crédito de liquidação duvidosa

Depreciação e amortização

Equivalência patrimonial

Outras receitas operacionais, líquidas

LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO

LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social diferidos

LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

Controladora				Consolidado			
BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	Nota	BR GAAP Reapresentado	BR GAAP ajustado	Efeito da transição para as IFRSs	Nota	IFRS
2.816.098	235.475	p	3.051.573	3.350.999	-		3.350.999
(1.844.082)	(235.475)	p	(2.079.557)	(2.140.188)	-		(2.140.188)
972.016	-		972.016	1.210.811	-		1.210.811
(740.335)	-		(740.335)	(805.824)	-		(805.824)
(147.729)	-		(147.729)	(143.301)	(16.369) f (i)		(159.670)
(32.414)			(32.414)	(190.407)	-		(190.407)
(75.155)	16.483	g	(58.672)	(60.623)	-		(60.623)
21.307	(10.329)	e, f	10.978	-	-		-
233.755	(216.053)	i (i) (ii) (iii)	17.702	13.569	-		13.569
(740.571)	(209.899)		(950.470)	(1.190.461)	(16.369)		(1.206.830)
231.445	(209.899)		21.546	20.350	(16.369)		3.981
(165.232)	-		(165.232)	(140.609)	-		(140.609)
66.213	(209.899)		(143.686)	(120.259)	(16.369)		(136.628)
(15.724)	66.703	c, n	50.979	43.013	5.183 g (ii) e (iii)		48.196
50.489	(143.196)		(92.707)	(81.521)	(11.186)		(92.707)

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

3.4. Conciliação do patrimônio líquido

		Em 01/01/2008	Em 31/12/2008	Em 31/12/2009
	Notas	<u>data de transição</u>	<u>período comparativo</u>	<u>último período apresentado</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		217.728	170.196	220.685
Efeitos de adoção de novos CPCs e IFRSs:				
Reversão do reconhecimento de receitas de cessão do direito de exploração de carteira de clientes - Luizacred	i (i)	-	-	(230.000)
Reversão do reconhecimento de receitas de cessão do direito de exploração de carteira de clientes - Luizaseg	i (ii)	(38.519)	(30.815)	(20.543)
Reversão do reconhecimento de receitas de cessão do direito de exploração de folha de pagamento	i (iii)	-	(16.233)	(12.558)
Ajuste de equivalência patrimonial em controladas e controladas em conjunto	e	(16.385)	(14.438)	(13.581)
Baixa do ativo diferido	g	(11.176)	(54.880)	(38.397)
Reversão de amortização contábil do ágio	j	-	4.786	4.786
Efeitos fiscais diferidos sobre ágio amortizado fiscalmente	n	-	-	(1.151)
Efeitos fiscais diferidos sobre ajustes	c	16.896	33.028	100.882
		(49.184)	(78.552)	(210.562)
Em controladas e controladas em conjunto:				
Luizacred - complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa	f (i)	(7.961)	(17.490)	(33.859)
Luizacred - reconhecimento da totalidade de créditos tributários	f (iii)	-	5.494	4.129
Efeitos fiscais diferidos sobre ajustes em controladas e controladas em conjunto	f (ii)	2.707	6.996	13.544
	f	(5.254)	(5.000)	(16.186)
Total de ajustes no patrimônio líquido		(54.438)	(83.552)	(226.748)
Total do patrimônio líquido de acordo com o BRGAAP e IFRSs reapresentados		163.290	86.644	(6.063)

3.5. Conciliação dos resultados dos exercícios**Conciliação do resultado - individual - BR GAAP**

		Em 31/12/2008		Em 31/12/2009	
	Notas	<u>período comparativo</u>		<u>último período apresentado</u>	
		<u>Resultado antes dos impostos</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Resultado antes dos impostos</u>	<u>Resultado do exercício</u>
De acordo com as práticas contábeis anteriores		(58.233)	(47.532)	66.213	50.489
Efeitos de adoção de novos CPCs:					
Reversão do reconhecimento de receitas de cessão do direito de exploração de carteira de clientes - Luizacred	i (i)	-	-	(230.000)	(151.800)
Reversão do reconhecimento de receitas de cessão do direito de exploração de carteira de clientes - Luizaseg	i (ii)	7.704	5.085	10.272	6.780
Reversão do reconhecimento de receitas de cessão do direito de exploração de folha de pagamento	i (iii)	(16.233)	(10.714)	3.675	2.426
Ajuste de equivalência patrimonial em controladas e controladas em conjunto	e	1.947	1.947	857	857
Reversão das adições do ativo diferido no exercício	g	(53.825)	(35.525)	-	-
Reversão da amortização do ativo diferido no exercício	g	10.121	6.680	16.483	10.879
Reversão de amortização contábil do ágio	j	4.786	3.159	-	-
Efeitos fiscais diferidos sobre ágio amortizado fiscalmente	n	-	-	-	(1.151)
Ajuste de equivalência patrimonial em controladas e controladas em conjunto	f	254	254	(11.186)	(11.186)
Total de ajustes ao resultado		(45.246)	(29.114)	(209.899)	(143.196)
De acordo com o BR GAAP reapresentado		(103.479)	(76.646)	(143.686)	(92.707)

Conciliação do resultado - consolidado - IFRS

		Em 31/12/2008		Em 31/12/2009	
	Notas	<u>período comparativo</u>		<u>último período apresentado</u>	
		<u>Resultado antes dos impostos</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Resultado antes dos impostos</u>	<u>Resultado do exercício</u>
De acordo com BR GAAP ajustado		(111.211)	(76.900)	(120.259)	(81.521)
Efeitos de adoção das IFRSs:					
Luizacred - complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa	f(i)	(9.529)	(5.240)	(16.369)	(9.821)
Luizacred - reconhecimento da totalidade de créditos tributários	f(iii)	-	5.494	-	(1.365)
Total de ajustes ao resultado		(9.529)	254	(16.369)	(11.186)
De acordo com as IFRSs		(120.740)	(76.646)	(136.628)	(92.707)

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

3.6. Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração do fluxo de caixa

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2008			Consolidado 31 de dezembro de 2008		
		BRGAAP	Efeito Transição	BRGAAP	BRGAAP	Efeito Transição	IFRS
		Anterior	Novos CPCs	Ajustado	Anterior	IFRS	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	g, i (iii)	73.768	(75.396)	(1.628)	74.246	(75.396)	(1.150)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	g, i (iii)	(191.405)	75.396	(116.009)	(194.432)	75.396	(119.036)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		59.166		59.166	62.631		62.631

	Notas	Controladora			Consolidado			
		31 de dezembro de 2009			31 de dezembro de 2009			
		BRGAAP Anterior	Efeito Transição Novos CPCs	BRGAAP Ajustado	BRGAAP Anterior	Efeito Transição IFRS	IFRS	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	i (i)	418.339	(248.332)	-	170.007	420.893	(248.332)	172.561
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	i (i)	(44.359)	248.332	-	203.973	(44.933)	248.332	203.399
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(219.048)		-	(219.048)	(219.048)		(219.048)

3.7. Notas às conciliações

A adoção dos CPCs 15 a 43 e das IFRSs, bem como certas reclassificações para manter a comparabilidade entre os exercícios apresentados resultaram nas seguintes modificações às demonstrações financeiras, as quais estão apresentadas brutas dos efeitos tributários:

- Reclassificação de “Estoques - Materiais Consumo”, anteriormente classificados em “Outros ativos” para rubrica de “Estoques”. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento no saldo de estoques e redução no saldo de outros ativos em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 1.355 (R\$ 1.613 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 1.930 em 1º de janeiro de 2008).
- De acordo com as práticas contábeis anteriores, o Grupo registrava saldos de ativos fiscais diferidos no ativo circulante, com base na expectativa de realização. Conforme o pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os ativos (passivos) fiscais diferidos devem ser classificados como ativos (passivos) não circulantes. Dessa forma, os saldos registrados anteriormente no ativo circulante foram reclassificados como ativos não circulantes. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento no ativo não circulante e uma redução no ativo circulante em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 3.877 (R\$ 3.945 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 3.945 em 1º de janeiro de 2008).
- O efeito sobre os saldos de tributos diferidos decorrente dos ajustes identificados em virtude da adoção dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 43 e das IFRSs, na controladora e no consolidado, é um aumento nas rubricas de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 99.731 (R\$ 33.028 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 16.896 em 1º de janeiro de 2008) e um aumento no lucro líquido do exercício de 2009 de R\$ 67.854 (diminuição do prejuízo do exercício de 2008 em R\$ 16.132).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- d) Reclassificação do saldo de depósitos judiciais, anteriormente apresentado como redução da “Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas”, para “Outros ativos - não circulante”, considerando que não existe o direito legal de compensação entre os referidos saldos. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento em “Outros ativos - não circulante” e na “Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas” em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 15.243 (R\$ 6.821 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 10.949 em 1º de janeiro de 2008).
- e) Refere-se ao efeito no cálculo da equivalência patrimonial sobre os investimentos em controladas e em controladas em conjunto para adequação às novas práticas contábeis adotadas pela controladora. Tal adequação reside na baixa ao resultado do exercício do saldo de despesas antecipadas registradas na controlada LAC e na controlada em conjunto Luizacred, referente aos pagamentos de comissões devidas à Companhia por conta da prestação de serviços de vendas de consórcio e de produtos financeiros, respectivamente, as quais são diferidas pela LAC e pela Luizacred com base no prazo de contratos, seguindo normas contábeis determinadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. A Companhia, por sua vez, registra essas comissões como receita de vendas de serviços no momento do efetivo recebimento das comissões. O efeito desses ajustes, na controladora, é uma redução do saldo de investimentos e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 13.581 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 16.385 em 1º de janeiro de 2008) e um aumento do lucro líquido do exercício de 2009 de R\$ 857 (diminuição do prejuízo do exercício de 2008 em R\$ 1.947).
- f) Refere-se ao registro dos efeitos sobre a equivalência patrimonial registrada pela controladora, decorrentes dos ajustes registrados pelas controladas e pelas controladas em conjunto para adequação de suas demonstrações financeiras às novas práticas contábeis. O efeito no cálculo da equivalência patrimonial registrado pela controladora é uma redução do saldo de investimentos e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 16.186 (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 5.254 em 1º de janeiro de 2008) e uma redução do lucro líquido do exercício de 2009 de R\$ 11.186 (redução do prejuízo do exercício de 2008 de R\$ 254).

Os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes dos ajustes para adequação das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto às novas práticas contábeis, são detalhados a seguir:

- i. A controlada em conjunto Luizacred calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com as normas específicas para as instituições financeiras determinadas pelo BACEN. Para adequação às normas das IFRSs, a Luizacred recalculou a provisão, com base no julgamento e nas premissas de sua Administração. O efeito dessa mudança de estimativa na Companhia é uma redução do saldo de contas a receber e do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 33.859 (R\$ 17.490 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 7.961 em 1º de janeiro de 2008) e uma redução do prejuízo do exercício consolidado em 2009 de R\$ 16.369 (aumento do prejuízo do exercício de 2008 de R\$ 9.529).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- ii. O efeito fiscal sobre os ajustes patrimoniais oriundos da adoção inicial das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas é um aumento do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 13.544 (R\$ 6.996 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 2.707 em 1º de janeiro de 2008) e um aumento do prejuízo do exercício consolidado em 2009 de R\$ 6.548 (redução do prejuízo do exercício consolidado de 2008 de R\$ 4.289).
- iii. Em função da majoração de alíquota de contribuição social sobre o lucro imposta às instituições financeiras em 2008, de 9% para 15%, a Luizacred reconheceu, nos termos do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro, um complemento de créditos tributários passíveis de compensação. O efeito desse ajuste é um aumento do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 4.129 (R\$ 5.494 em 31 de dezembro de 2008) e um aumento do prejuízo do exercício consolidado em 2009 de R\$ 1.365 (redução do prejuízo do exercício consolidado em 2008 de R\$ 5.494).
- g) Refere-se à baixa do saldo de ativo diferido mantido nas demonstrações financeiras da controladora com o objetivo de adequar suas demonstrações financeiras individuais às práticas contábeis das IFRS. A Administração da Companhia optou por manter a consistência entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mesmo sendo permitida a manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais. Consequentemente, o efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é uma diminuição do ativo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 38.397 (R\$ 54.880 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 11.176 em 1º de janeiro de 2008) e um aumento do lucro líquido do exercício em 2009 de R\$ 16.483 (aumento do prejuízo do exercício em 2008 de R\$ 43.704).
- h) Reclassificação do saldo de “Fornecedores diversos”, anteriormente classificado em “Outras Contas a Pagar”, para a rubrica “Fornecedores”. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento da rubrica de fornecedores e uma diminuição da rubrica de outras contas a pagar da controladora em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 26.439 (R\$ 18.292 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 7.081 em 1º de janeiro de 2008).
- i) Como resultado da aplicação, entre outros, do CPC 4 - Intangível e do CPC 30 - Receitas, os quais determinam e esclarecem determinadas características de transações que envolvem o reconhecimento de receitas que não são decorrentes de revenda de mercadorias e de prestação de serviços e fornecem orientação prática sobre o tratamento das mesmas, as transações abaixo listadas, relacionadas substancialmente a cessão de direitos de exploração de intangíveis, foram ajustadas como segue:
 - i. Modificação do método de reconhecimento das receitas decorrentes da cessão do direito exclusivo de exploração da carteira de clientes da Companhia, através da controlada em conjunto Luizacred ao Banco Itaúcard S.A. para oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros a partir dos pontos de venda da Companhia (veja nota explicativa nº 19), com término previsto para 31 de dezembro de 2029. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento do saldo de receita diferida e uma diminuição do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 230.000. Adicionalmente, foi reclassificado o valor de R\$ 20.000, vinculado ao cumprimento de certas metas operacionais por parte da Companhia (veja nota explicativas nº 19), anteriormente classificado como outras contas a pagar, para a rubrica de receita diferida;

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- ii. Modificação do método de reconhecimento das receitas decorrentes da cessão do direito exclusivo de exploração da carteira de clientes da Companhia, através da controlada em conjunto Luizaseg para a oferta, distribuição e comercialização de produtos relacionados a garantias estendidas entre outros, a partir dos pontos de venda da Companhia (veja nota explicativa nº 19), com término previsto para 31 de dezembro de 2015. O efeito dessa mudança, na controladora, é um aumento do saldo de receita diferida e uma redução do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 20.543 (R\$ 30.815 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 38.519 em 1º de janeiro de 2008) e um aumento do lucro líquido do exercício em 2009 de R\$ 10.272 (diminuição do prejuízo do exercício em 2008 de R\$ 7.704). No consolidado, o efeito dessa mudança, considerando a participação da Companhia na Luizaseg, é um aumento do saldo de receita diferida de R\$ 10.272 (R\$ 15.408 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 19.262 em 1º de janeiro de 2008), uma redução do ativo intangível de R\$ 10.271 (R\$ 15.407 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 19.257 em 1º de janeiro de 2008), uma redução do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 20.543 (R\$ 30.815 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 38.519 em 1º de janeiro de 2008) e um aumento do lucro líquido do exercício em 2009 de R\$ 10.272 (diminuição do prejuízo do exercício em 2008 de R\$ 7.704).
- iii. Modificação do método de reconhecimento das receitas decorrentes da cessão a uma instituição financeira do direito exclusivo de exploração da folha de pagamento da Companhia para oferta de produtos e serviços bancários até 30 de junho de 2013 (veja nota explicativa nº 19). O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento do saldo de receita diferida e uma diminuição do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 12.558 (R\$ 16.233 em 31 de dezembro de 2008) e um aumento do lucro líquido do exercício em 2009 de R\$ 3.675 (aumento do prejuízo do exercício em 2008 de R\$ 16.233).
- j) Refere-se à reversão da amortização de ágio registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, objetivando a eliminação das diferenças de aplicação de práticas contábeis segundo as IFRS e os novos CPCs. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é um aumento do ativo intangível e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 4.786 (R\$ 4.786 em 31 de dezembro de 2008) e uma diminuição do prejuízo do exercício de 2008 de R\$ 4.786.
- k) Reclassificação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o ajuste a valor presente de contas a receber, anteriormente classificado como “Impostos a recolher”, para a rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é uma redução no saldo de impostos a recolher e de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 20.940 (R\$ 1.672 em 31 de dezembro de 2008).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- l) Compensação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com saldos de impostos parcelados (circulante e não circulante), especificamente relativos ao valor de juros e de multas a ser liquidado com créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre o lucro, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº6 de 2009. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é uma diminuição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos e de impostos parcelados em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 6.745.
- m) Reversão de dividendos declarados pela Luizacred em 31 de dezembro de 2008 superiores ao mínimo obrigatório, os quais foram aprovados no exercício subsequente e, portanto, devem ser mantidos como parte do saldo de investimentos. O efeito dessa mudança na controladora é uma diminuição do saldo de partes relacionadas (ativo) e um aumento do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 1.832.
- n) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a diferença temporária criada pela continuidade de amortização fiscal do ágio de acordo com a Lei 11.941/2009, sem sua correspondente amortização contábil, uma vez que o ágio passou a ser avaliado com base a sua recuperação futura. O efeito dessa mudança, na controladora e no consolidado, é uma diminuição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 1.151 e um aumento do prejuízo do exercício de 2009 de R\$ 1.151.
- o) Reclassificação dos saldos a receber e a pagar com a Cardif S.A., controladora conjunta da Luizaseg, anteriormente classificados como partes relacionadas, para a rubrica de outros ativos e passivos, uma vez que não há previsão clara na literatura contábil para considerá-la como parte relacionada. O efeito dessa mudança é uma redução do saldo ativo de partes relacionadas e uma aumento no saldo de outros ativos, na controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 3.736 (R\$ 2.457 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 2.971 em 1º de janeiro de 2008) e uma redução do saldo passivo de partes relacionadas e um aumento de outros passivos, na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 1.847.
- p) Reclassificação dos saldos de ICMS - substituição tributária, anteriormente classificados na rubrica de “Impostos a recuperar” para a rubrica de “Estoques”, uma vez que refere-se a substituição tributária (ICMS-ST), tendo como base o preço de retenção determinado pelo Fisco. Tais valores também serão reclassificados no resultado do exercício, de dedução de receitas para “Custos das mercadorias vendidas”. O efeito patrimonial dessa mudança, na controladora e consolidado, é um aumento no saldo de estoques e uma redução no saldo de impostos a recuperar, em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 78.897 (R\$ 10.962 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 10.194 em 1º de janeiro de 2008). O efeito no resultado do exercício é um aumento de “Custos de mercadorias vendidas” e de “Receita líquida” em 2009 de R\$ 235.475 (R\$ 48.418 em 2008).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

4. CAIXA E EQUIVALEN TES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Caixa		8.806	8.986	10.342	9.732	10.292	8.994	10.345	9.739
Bancos		147.629	28.670	15.551	67.968	255.702	31.607	16.359	68.704
Total de caixa e bancos		156.435	37.656	25.893	77.700	265.994	40.601	26.704	78.443
<u>Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado:</u>									
<u>Mantidos para negociação:</u>		Taxa							
<u>CDBs:</u>									
Banco Safra	100% CDI	258	269	1.757	7.450	258	269	1.757	7.450
Banco Votorantim	100,8% CDI	16	15	14	64	16	15	14	64
Banco Fibra	102% CDI	55	58	53	48	55	58	53	48
Banco J. Safra	101% CDI	156	158	108	48	156	158	108	48
Banco Ribeirão Preto	102% CDI	-	21	-	-	-	21	-	-
Banco Real	100% CDI	-	505	-	-	-	505	-	-
Banco do Brasil	100,30% CDI	-	53.350	-	-	400	53.350	-	-
BIC Banco	101% CDI	3.670	5.009	-	-	3.670	5.009	-	-
Banco Santander	102,3% CDI	-	-	-	-	4.076	3.702	-	-
Banco Bradesco	100% CDI	-	-	-	-	725	-	-	-
<u>Fundos de investimentos não exclusivos:</u>									
Debêntures Santander	101,50% CDI	-	-	-	-	-	1.626	-	-
Banco Santander SANTFIC	100% CDI	-	-	-	-	1.050	886	-	-
Banco Itaú - Corp Plus DI	102,4% CDI	-	40.696	-	-	30.540	40.696	-	-
Caixa Econômica Federal - FIC Especial	100% CDI	540	-	44	1.304	1.792	126	1.810	1.495
BNP Paribás - Fundo DI	100% CDI	-	46	53	49	45	46	53	49
Banco HSBC - Fundo DI	100% CDI	45	-	270	-	-	-	270	-
Banco HSBC - Fundo DI	104,18% CDI	-	45.341	-	-	20.088	45.341	-	-
Unibanco FIC FI	98,5% CDI	20.088	-	-	-	-	-	4.728	5.455
Total de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado		24.828	145.468	2.299	8.963	62.871	151.808	8.793	14.609
Total de caixa e equivalentes de caixa		<u>181.263</u>	<u>183.124</u>	<u>28.192</u>	<u>86.663</u>	<u>328.865</u>	<u>192.409</u>	<u>35.497</u>	<u>93.052</u>
<u>Títulos e valores mobiliários</u>									
<u>Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação):</u>									
Banco BNP Paribás - Fundo DI	106% CDI	-	-	-	-	30.456	24.840	20.406	7.682
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda</u>									
Títulos de renda fixa públicos - LFTs		-	-	-	-	48.227	38.340	30.377	19.577
Total de títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	78.683	63.180	50.783	27.259
Ativo circulante		-	-	-	-	46.732	39.209	50.783	27.259
Ativo não circulante		-	-	-	-	31.951	23.971	-	-

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Contas a receber de clientes:								
Cartões de débito e crédito (a)	273.503	352.292	309.294	311.808	306.200	352.292	309.294	323.151
Credenciário próprio (b)	60.076	75.863	110.950	168.281	121.406	75.863	110.950	168.281
Contratos de garantia complementar (c)	27.494	31.606	65.419	66.901	27.494	31.606	65.419	66.901
Operações de créditos (d)	-	-	-	-	1.179.822	852.958	638.987	456.464
Outros	-	-	-	-	844	1.069	16	201
Total de contas a receber de clientes	361.073	459.761	485.663	546.990	1.635.766	1.313.788	1.124.666	1.014.998
Provenientes de acordos comerciais (e)	103.651	97.208	88.221	93.243	105.765	97.208	88.221	93.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.172)	(29.698)	(33.629)	(43.086)	(182.924)	(186.636)	(167.111)	(131.558)
Ajuste a valor presente	(12.189)	(10.949)	(14.692)	(21.457)	(15.222)	(10.949)	(14.692)	(21.457)
Total de contas a receber	<u>424.363</u>	<u>516.322</u>	<u>525.563</u>	<u>575.690</u>	<u>1.543.385</u>	<u>1.213.411</u>	<u>1.031.084</u>	<u>955.226</u>
Circulante	422.702	513.424	517.886	563.037	1.524.671	1.188.634	996.689	918.635
Não circulante	1.661	2.898	7.677	12.653	18.714	24.777	34.395	36.591

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

As contas a receber de clientes apresentadas acima são classificadas como recebíveis e, por conseguinte, mensuradas pelo custo amortizado.

O ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber de clientes, exceto aquelas provenientes de acordos comerciais liquidadas em um curto espaço de tempo e cujo efeito não é material. Para seu cálculo é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, conforme comentado na nota 2.7.3. Esta taxa é considerada, pela Administração da Companhia, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos. As operações de crédito estão registradas a valor presente, calculadas “pro rata die” com base na taxa de juros pactuada.

O processo de gerenciamento e mensuração dos riscos de créditos está descrito na nota explicativa nº 31.

A Companhia cedeu contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R\$ 231.284 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 218.314, R\$ 139.779 e R\$ 107.002 em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 1º de janeiro de 2008, respectivamente), representadas por recebíveis de cartões de crédito.

- (a) Decorrem de vendas realizadas a clientes, que utilizaram desses meios de pagamento para a aquisição de produtos da Companhia. Quanto às vendas realizadas através de cartão de débito, a Companhia recebe no dia subsequente o valor da venda líquido da comissão cobrada pela operadora, cujo passivo no momento da venda é registrado no grupo de outras contas a pagar, na rubrica de comissões de cartões de débito/crédito. Com relação ao saldo a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito, a Companhia recebe das operadoras os montantes de duas formas: i) nos mesmos prazos e na quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto, e ii) à vista, na modalidade de antecipação de cartões, a qual montava em R\$ 235.007 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 66.974 em 31 de dezembro de 2009), onde é aplicado um desconto entre 106% a 112% do CDI, o qual é apropriado ao resultado na rubrica de despesa financeira. A Companhia através das operações de antecipação de cartões transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento do cliente.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia.
- (c) Estas vendas são intermediadas pela Companhia, para a Luizaseg. A Companhia destina à Luizaseg o valor da garantia estendida, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação.
- (d) Refere-se às operações de financiamento a clientes e de crédito pessoal executados pela controlada em conjunto Luizacred.
- (e) Refere-se a bonificações de produtos a serem recebidas de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras e bem como parte de acordos que definem uma participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Saldo no início do exercício	(29.698)	(33.629)	(43.086)	(49.621)	(186.636)	(167.111)	(131.558)	(104.315)
(+) Adições	(26.368)	(48.217)	(21.666)	(11.316)	(222.637)	(222.578)	(177.095)	(111.345)
(-) Baixas	27.894	52.148	31.123	17.851	226.349	203.053	141.542	84.102
Saldo no final do exercício	(28.172)	(29.698)	(33.629)	(43.086)	(182.924)	(186.636)	(167.111)	(131.558)

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valores a vencer:						
Até 30 dias	44.927	72.443	101.000	288.252	82.387	540.654
Entre 31 e 60 dias	57.521	79.258	65.956	293.166	352.430	68.339
Entre 61 e 90 dias	50.286	77.786	63.547	185.258	152.833	64.990
Entre 91 e 180 dias	101.698	124.670	114.383	376.952	307.676	116.321
Entre 181 e 360 dias	91.398	83.551	85.026	275.649	220.822	86.431
Acima de 361 dias	3.442	4.501	10.985	20.939	30.445	10.985
	349.272	442.209	440.897	1.440.216	1.146.593	887.720
Valores vencidos:						
Até 30 dias	3.067	4.447	5.237	21.258	4.447	38.226
Entre 31 e 60 dias	2.086	3.039	4.307	20.187	33.493	23.792
Entre 61 e 90 dias	1.624	2.495	3.696	9.180	14.362	18.342
Entre 91 e 180 dias	4.752	7.571	12.157	35.495	39.115	51.164
Entre 181 e 360 dias	240	-	9.501	66.145	75.778	95.554
Acima de 361 dias	32	-	9.868	43.285	-	9.868
	11.801	17.552	44.766	195.550	167.195	236.946
Total	361.073	459.761	485.663	1.635.766	1.313.788	1.124.666

6. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Mercadorias para revenda	584.348	434.735	366.486	338.028	708.056	434.735	366.486	338.028
ICMS - substituição tributária (a)	148.990	78.897	10.962	10.194	148.990	78.897	10.962	10.194
Material para consumo	3.310	1.355	1.613	1.930	3.522	1.355	1.613	1.930
Adiantamento a fornecedores	2.901	8.543	7.060	-	2.901	8.543	7.060	-
Ajuste a valor presente	(11.402)	(4.979)	(5.302)	(5.586)	(13.670)	(4.979)	(5.302)	(5.586)
	728.147	518.551	380.819	344.566	849.799	518.551	380.819	344.566

- (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), pago antecipadamente no momento da compra dos estoques para revenda, como se devido fosse na operação de saída da mercadoria da Companhia, na condição de sujeito passivo por substituição, o qual é calculado sobre a margem de valor agregado ("MVA"), tomando-se por base o preço de revenda determinado pelas diretrizes constantes na legislação fiscal. A tendência crescente do saldo apresentado ao final de cada exercício decorre do incremento dos itens de revenda incluídos pelos Estados, anualmente, no regime de substituição tributária. Esse imposto será realizado no momento da revenda dos estoques, sendo registrada a contrapartida no grupo de "custo das mercadorias vendidas".

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A movimentação da provisão para perdas e de ajuste ao valor realizável líquido, a qual reduziu o saldo de estoques, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2008	(6.680)	(6.680)
Estoques baixados ou vendidos	9.263	9.263
Constituição da provisão	<u>(7.924)</u>	<u>(7.924)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(5.341)	(5.341)
Estoques baixados ou vendidos	5.538	5.538
Constituição da provisão	<u>(31.716)</u>	<u>(31.716)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(31.519)	(31.519)
Estoques baixados ou vendidos	42.384	45.010
Constituição da provisão	<u>(29.462)</u>	<u>(29.463)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(18.597)	(15.972)

A provisão para perda nos estoques é estimada com base no histórico de perdas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição. A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A Companhia implantou em 2009 um projeto de otimização do giro de estoques, cuja análise identificou produtos que possuíam baixa movimentação. A partir desta análise foi aumentada a provisão para perdas para incluir a expectativa de liquidação desses itens.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha sob sua responsabilidade R\$ 3.133 (R\$ 1.355, R\$ 4.432 e R\$ 7.995 em 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008, respectivamente) referentes a produtos de terceiros recebidos em consignação. Os efeitos patrimoniais e de resultado são reconhecidos no momento da venda das mercadorias consignadas.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

7. PARTES RELACIONADAS**a) Saldos e transações por função:**

Ativo circulante	Controladora				Consolidado			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
<u>Saldos com controladas e controladas em conjunto</u>								
Luizacred (i)	24.105	21.875	16.897	23.540	13.069	10.022	8.449	11.770
Luizaseg (ii)	11.867	16.173	12.339	10.333	5.934	8.087	6.170	5.168
LAC (iii)	405	266	376	234	-	-	-	-
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	98	361	1.677	156	98	361	1.677	156
Lojas Maia (iv)	3.664	-	-	-	-	-	-	-
	<u>40.139</u>	<u>38.675</u>	<u>31.289</u>	<u>34.263</u>	<u>19.101</u>	<u>18.470</u>	<u>16.296</u>	<u>17.094</u>
<u>Saldos com outras partes relacionadas</u>								
Itaúcard S.A. (v)	-	-	-	-	497	173	4.202	2.415
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	-	-	-	-	16.420	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.917</u>	<u>173</u>	<u>4.202</u>	<u>2.415</u>
Total ativo circulante	<u>40.139</u>	<u>38.675</u>	<u>31.289</u>	<u>34.263</u>	<u>36.018</u>	<u>18.643</u>	<u>20.498</u>	<u>19.509</u>
<u>Passivo circulante</u>								
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
<u>Saldos com controladas e controladas em conjunto</u>								
Luizacred (i)	4.676	5.670	4.363	8.325	2.338	938	2.182	4.163
Luizaseg (ii)	19.567	16.021	12.607	17.959	9.783	8.011	6.304	8.980
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	493	319	438	407	493	319	438	407
	<u>24.736</u>	<u>22.010</u>	<u>17.408</u>	<u>26.691</u>	<u>12.614</u>	<u>9.268</u>	<u>8.924</u>	<u>13.550</u>
<u>Saldos com outras partes relacionadas</u>								
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	607	524	466	365	607	524	466	365
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	10	1.655	64	193
	<u>607</u>	<u>524</u>	<u>466</u>	<u>365</u>	<u>617</u>	<u>2.179</u>	<u>530</u>	<u>558</u>
Total passivo circulante	<u>25.343</u>	<u>22.534</u>	<u>17.874</u>	<u>27.056</u>	<u>13.231</u>	<u>11.447</u>	<u>9.454</u>	<u>14.108</u>
<u>Outras contas a pagar</u>								
ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda (vii)	8.432	11.178	790	645	8.432	11.178	790	645
	<u>8.432</u>	<u>11.178</u>	<u>790</u>	<u>645</u>	<u>8.432</u>	<u>11.178</u>	<u>790</u>	<u>645</u>
<u>Transações</u>								
	2010	2009	2008		2010	2009	2008	
<u>Receita de comissões por intermediação de serviços</u>								
Luizacred (i)	41.695	31.404	89.812		20.847	34.467	44.906	
Luizaseg (ii)	77.238	68.012	53.767		38.619	34.006	26.884	
LAC (iii)	3.633	3.560	3.607		-	-	-	
	<u>122.565</u>	<u>102.976</u>	<u>147.186</u>		<u>59.466</u>	<u>68.473</u>	<u>71.790</u>	
<u>Transações com outras partes relacionadas</u>								
Banco Itaúcard (v)	-	-	-		15.127	12.992	7.714	
ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda (vii)	(129.296)	(153.906)	(137.733)		(129.296)	(153.906)	(137.733)	
PJD Agropastoril Ltda. (viii)	(1.025)	(819)	(428)		(1.025)	(819)	(428)	
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	(5.337)	(4.713)	(4.373)		(5.337)	(4.713)	(4.373)	
	<u>(135.658)</u>	<u>(159.438)</u>	<u>(142.534)</u>		<u>(120.531)</u>	<u>(146.446)</u>	<u>(134.820)</u>	

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- b) Os detalhes de saldos e transações da Companhia com partes relacionadas estão demonstrados a seguir, por natureza:

	Controladora				Consolidado			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Ativo circulante								
<u>Comissões por serviços prestados</u>								
<u>Controladas em conjunto:</u>								
Luizacred (i)	24.105	21.875	16.897	23.540	13.069	10.022	8.449	11.770
Luizaseg (ii)	11.867	16.173	12.339	10.333	5.934	8.087	6.170	5.168
	35.972	38.048	29.236	33.873	19.003	18.109	14.619	16.938
<u>Controladas:</u>								
LAC (iii)	405	266	376	234	-	-	-	-
	405	266	376	234	-	-	-	-
<u>Reembolso de despesas e gastos com contemplações de consórcios</u>								
<u>Controladas:</u>								
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	98	361	1.677	156	98	361	1.677	156
Lojas Maia (iv)	3.664	-	-	-	-	-	-	-
	3.762	361	1.677	156	98	361	1.677	156
<u>Vendas a outras partes relacionadas</u>								
<u>Controladora em conjunto da Luizacred:</u>								
Itaúcard S.A. (v)	-	-	-	-	497	173	4.202	2.415
<u>Controlada por acionistas controladores da Companhia:</u>								
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	-	-	-	-	16.420	-	-	-
	-	-	-	-	16.917	173	4.202	2.415
Total ativo circulante	40.139	38.675	31.289	34.263	36.018	18.643	20.498	19.509
Passivo circulante								
<u>Repasses de recebimentos de serviços</u>								
<u>Controladas em conjunto:</u>								
Luizacred (i)	4.676	5.670	4.363	8.325	2.338	3.378	2.182	4.163
Luizaseg (ii)	19.567	16.021	12.607	17.959	9.783	8.011	6.304	8.980
	24.243	21.691	16.970	26.284	12.121	11.389	8.486	13.143
<u>Controladas:</u>								
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	493	319	438	407	493	319	438	407
	493	319	438	407	493	319	438	407
<u>Aluguéis a pagar e outros repasses</u>								
<u>Controlada por acionistas controladores da Companhia:</u>								
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	607	524	466	365	607	524	466	365
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	10	1.655	64	193
	607	524	466	365	617	2.179	530	558
Total passivo circulante	25.343	22.534	17.874	27.056	13.231	13.887	9.454	14.108
<u>Saldos de campanhas publicitárias a pagar, incluído na rubrica de outras contas a pagar</u>								
<u>Controlada por acionistas controladores da Companhia:</u>								
ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda (vii)	8.432	11.178	790	645	8.432	11.178	790	645
Transações								
<u>Receita de comissões por intermediação de serviços</u>								
<u>Controladas em conjunto:</u>								
Luizacred (i)	41.695	31.404	89.812		20.847	15.702	44.906	
Luizaseg (ii)	77.238	68.012	53.767		38.619	34.006	26.884	
	118.933	99.416	143.579		59.466	49.708	71.790	
<u>Controladas:</u>								
LAC (iii)	3.633	3.560	3.607		-	-	-	
	3.633	3.560	3.607		-	-	-	
<u>Participações em vendas de produtos financeiros</u>								
<u>Controladora da controlada em conjunto Luizacred:</u>								
Banco Itaúcard (v)	-	-	-		15.127	12.992	7.714	
Total de receitas	122.566	102.976	147.186		74.593	62.700	79.504	
<u>Despesas com aluguéis de prédios comerciais</u>								
<u>Controlada por acionistas controladores da Companhia:</u>								
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	(5.337)	(4.713)	(4.373)		(5.337)	(4.713)	(4.373)	
PJD Agropastoril Ltda. (viii)	(1.025)	(819)	(428)		(1.025)	(819)	(428)	
	(6.362)	(5.532)	(4.801)		(6.362)	(5.532)	(4.801)	
<u>Despesas com campanhas publicitárias</u>								
<u>Controlada por acionistas controladores da Companhia:</u>								
ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda (vii)	(129.296)	(153.906)	(137.733)		(129.296)	(153.906)	(137.733)	
Total de despesas	(135.658)	(159.438)	(142.534)		(135.658)	(159.438)	(142.534)	

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- i. As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
 - a) Comissões pela emissão e ativação de cartões de crédito de bandeira própria (“Cartão Luiza”) e despesas financeiras com antecipação de recebíveis de tais cartões;
 - b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Companhia no dia subsequente (“D+1”);
 - c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que até a emissão do novo Acordo de Associação firmado em novembro de 2009 descrito na nota explicativa nº19, era determinada com base em um percentual fixo sobre o valor total dos contratos de financiamentos gerados no mês. Esses serviços incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda.

Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred em D+1.
- ii. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, referentes às vendas de garantias complementares. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- iii. Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se às comissões e às operações de vendas efetuadas pela Companhia como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar a LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Companhia nos caixas dos seus pontos de venda.
- iv. O saldo a receber com as Lojas Maia, controlada integral, refere-se ao acordo de reembolso de despesas com propagandas assumidas pela Companhia, baseado em contrato formal entre as partes. Adicionalmente, a Companhia aparece como garantidora desta controlada em duas operações de empréstimos, cujos contratos somam R\$ 125.540, por coobrigação de cessão de recebíveis de cartões de crédito e aval.
- v. Os saldos e transações com o Banco Itaúcard S.A., controladora em conjunto da Luizacred, referem-se a valores a receber pela Luizacred decorrentes de suas participações no resultado da venda de produtos financeiros do “portfólio” Itaúcard, oferecidas pela Luizacred aos clientes nos pontos de venda da Companhia.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- vi. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- vii. As transações com a ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda., empresa controlada indiretamente pela vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- viii. As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas.

A Companhia possui ainda saldos relativos a receitas diferidas com partes relacionadas, os quais foram mantidos em rubrica específica para fins de apresentação, conforme nota explicativa nº 19.

c) Remuneração da Administração:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remuneração do Conselho de Administração	180	180	120
Remuneração da diretoria executiva	9.104	5.803	2.329

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo e remunerações baseadas em ações para a Administração ou demais colaboradores. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas.

Os benefícios a funcionários da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão divulgados na nota explicativa nº 27.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembléia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>				<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>			
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>
ICMS a recuperar (a)	16.088	2.285	1.186	1.136	16.351	2.285	1.186	1.136
IRPJ e CSLL a recuperar	27.404	9.708	5.005	2.098	29.510	18.849	7.697	10.333
Pis e Cofins a recuperar	494	4.275	2.137	-	663	4.609	2.267	-
Outros	-	3.786	8.193	8.365	-	3.810	8.249	8.635
	<u>43.986</u>	<u>20.054</u>	<u>16.521</u>	<u>11.599</u>	<u>46.524</u>	<u>29.553</u>	<u>19.399</u>	<u>20.104</u>

- (a) ICMS recolhido nas saídas para Estados que não implantaram o regime de substituição tributária. Esse saldo será realizado através de solicitação de ressarcimento em numerário junto ao Estado de onde se originou a aquisição do estoque, que adota o regime de substituição tributária.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- (a) O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	82.602	(143.896)	(103.479)	109.968	(136.628)	(120.740)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(28.085)	48.925	35.183	(37.389)	46.453	41.052
Efeito dos saldos fiscais diferidos devido à mudança na alíquota da CSSL de instituições financeiras, de 9% para 15%	-	-	-	(2.702)	(1.365)	5.494
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):						
Exclusão - equivalência patrimonial	14.413	3.733	(4.907)	-	-	-
Provisão para perda de investimento	(770)	-	-	-	-	-
Ganho de redução de multa e juros - REFIS IV	-	2.915	-	-	3.887	-
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	<u>674</u>	<u>(4.384)</u>	<u>(3.443)</u>	<u>(1.043)</u>	<u>(5.054)</u>	<u>(2.452)</u>
Crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social	(13.768)	51.189	26.833	(41.134)	43.921	44.094
Corrente	(8.736)	-	-	(28.326)	(4.275)	(1.957)
Diferido	<u>(5.032)</u>	<u>51.189</u>	<u>26.833</u>	<u>(12.808)</u>	<u>48.196</u>	<u>46.051</u>
Total	(13.768)	51.189	26.833	(41.134)	43.921	44.094

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

- b) Composição dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	64.053	67.769	35.748	17.678	65.010	82.724	56.371	21.839
Diferença temporária por adoção de RTT ⁽¹⁾	20.118	26.382	24.251	7.625	20.118	26.382	24.251	7.625
Provisão para devedores duvidosos	9.578	10.097	11.434	14.651	39.622	36.236	23.523	27.154
Provisão para perdas em estoques	6.323	10.716	1.816	2.271	6.323	10.716	1.816	2.271
Provisão para contingências	19.817	8.679	5.096	5.988	19.817	8.679	17.482	14.516
Provisão para contingências em combinação de negócios	-	-	-	-	18.543	-	-	-
Outras provisões	<u>474</u>	<u>727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.697</u>	<u>2.633</u>	<u>895</u>	<u>1.583</u>
	120.363	124.370	78.345	48.213	174.130	167.370	124.338	74.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:								
Diferença temporária por adoção de RTT ⁽¹⁾	<u>(5.905)</u>	<u>(4.880)</u>	<u>(3.299)</u>	<u>-</u>	<u>(5.905)</u>	<u>(4.880)</u>	<u>(3.299)</u>	<u>-</u>
	(5.905)	(4.880)	(3.299)	-	(5.905)	(4.880)	(3.299)	-
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>114.458</u>	<u>119.490</u>	<u>75.046</u>	<u>48.213</u>	<u>168.225</u>	<u>162.490</u>	<u>121.039</u>	<u>74.988</u>

¹ A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), permitido pela Lei 11.941/09 que, a partir da adoção de novas práticas contábeis, cria diferenças temporárias para as bases fiscais.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não só do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária do Grupo, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

A movimentação dos impostos diferidos em cada um dos exercícios apresentados, é como segue:

Controladora

	Saldo em 01/01/2008	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2008	Reconhecido no resultado	Apresentação líquida com passivos ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2009	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.678	18.070	35.748	38.766	(6.745)	67.769	(3.716)	64.053
Diferença temporária por adoção de RTT	7.625	16.626	24.251	2.131	-	26.382	(6.264)	20.118
Provisão para devedores duvidosos	14.651	(3.217)	11.434	(1.337)	-	10.097	(519)	9.578
Provisão para perdas em estoques	2.271	(455)	1.816	8.900	-	10.716	(4.393)	6.323
Provisão para contingências	5.988	(892)	5.096	3.583	-	8.679	11.138	19.817
Outras provisões	-	-	-	727	-	727	(253)	474
	<u>48.213</u>	<u>30.132</u>	<u>78.345</u>	<u>52.770</u>	<u>(6.745)</u>	<u>124.370</u>	<u>(4.007)</u>	<u>120.363</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:								
Diferença temporária por adoção de RTT	-	(3.299)	(3.299)	(1.581)	-	(4.880)	(1.025)	(5.905)
	<u>-</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(1.581)</u>	<u>-</u>	<u>(4.880)</u>	<u>(1.025)</u>	<u>(5.905)</u>
Total	<u>48.213</u>	<u>26.833</u>	<u>75.046</u>	<u>51.189</u>	<u>(6.745)</u>	<u>119.490</u>	<u>(5.032)</u>	<u>114.458</u>

Consolidado

	Saldo em 01/01/2008	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2008	Reconhecido no resultado	Apresentação líquida com passivos ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2009	Reconhecido no resultado	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	21.839	34.532	56.371	33.098	(6.745)	82.724	(17.714)	-	65.010
Diferença temporária por adoção de RTT	7.625	16.626	24.251	2.131	-	26.382	(6.264)	-	20.118
Provisão para devedores duvidosos	27.154	(3.631)	23.523	12.713	-	36.236	3.386	-	39.622
Provisão para perdas em estoques	2.271	(455)	1.816	8.900	-	10.716	(4.393)	-	6.323
Provisão para contingências	14.516	2.966	17.482	(8.803)	-	8.679	11.138	-	19.817
Provisão para contingências em combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	16.938	18.543
Outras provisões	1.583	(688)	895	1.738	-	2.633	2.064	-	4.697
	<u>74.988</u>	<u>49.350</u>	<u>124.338</u>	<u>49.777</u>	<u>(6.745)</u>	<u>167.370</u>	<u>(11.783)</u>	<u>16.938</u>	<u>174.130</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:									
Diferença temporária por adoção de RTT	-	(3.299)	(3.299)	(1.581)	-	(4.880)	(1.025)	-	(5.905)
	<u>-</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(1.581)</u>	<u>-</u>	<u>(4.880)</u>	<u>(1.025)</u>	<u>-</u>	<u>(5.905)</u>
Total	<u>74.988</u>	<u>46.051</u>	<u>121.039</u>	<u>48.196</u>	<u>(6.745)</u>	<u>162.490</u>	<u>(12.808)</u>	<u>16.938</u>	<u>168.225</u>

¹ Compensação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo com saldo de impostos parcelados, especificamente o valor de juros e multas a serem liquidados com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSSL, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº6 de 2009.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram substancialmente afetados pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil nas demonstrações financeiras individuais, bem como pela adoção do IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 3. Dessa forma, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	2.114	17.739
2012	12.870	20.612
2013	18.808	26.358
2014	26.810	34.863
2015	34.535	44.067
2016	<u>19.321</u>	<u>24.586</u>
	114.458	168.225

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação - %</u>		
		<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lojas Maia	Comércio varejista - bens de consumo	100%	-	-
LAC	Administradora de consórcios	100%	100%	100%

Durante o exercício de 2010 a Companhia adquiriu 100% da participação acionária na F.S. Vasconcelos e Cia Ltda. - “Lojas Maia”, conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº32.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Luiza Administradora de Consórcios</u>			<u>Lojas Maia</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>
Quotas possuídas	6.500	6.500	6.500	5.000
Capital social	6.500	6.500	6.500	5.000
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	10.125	9.190	7.704	(134.562)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/ período	935	1.486	996	(2.264)
Movimentação dos investimentos (provisão para perda):				
Saldos no início do exercício	9.190	7.704	8.207	-
Ágio gerado na aquisição	-	-	-	230.579
Passivo a descoberto na data da aquisição de controlada	-	-	-	(132.298)
Provisão para investimentos	-	-	-	(2.264)
Dividendos distribuídos	-	-	(1.499)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>935</u>	<u>1.486</u>	<u>996</u>	<u>-</u>
Saldos no fim do exercício	<u>10.125</u>	<u>9.190</u>	<u>7.704</u>	<u>96.017</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO (“JOINT VENTURES”)

	Luizacred			Luizaseg		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ações possuídas	688	688	332	13883	13883	13883
Percentual de participação	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	2.087.260	1.376.837	980.182	106.486	95.180	115.200
Ativos não circulantes	310.074	161.008	168.943	74.179	68.492	30.822
Passivos circulantes	2.280.594	1.480.719	1.014.165	61.669	70.182	59.277
Passivos não circulantes	13.137	9.932	93.165	41.667	24.315	18.084
Capital social	66.623	66.623	66.623	13.883	13.883	13.883
Patrimônio líquido	103.604	47.194	41.795	77.328	69.175	68.661
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	70.526	8.709	(39.314)	12.391	10.276	8.458
Movimentação dos investimentos:						
Saldos no início do exercício	23.597	20.898	40.554	34.586	34.330	28.201
Aumento de capital	-	-	-	-	-	1.900
Dividendos distribuídos	(7.058)	(1.655)	-	(2.117)	(4.882)	-
Resultado de equivalência patrimonial	35.263	4.354	(19.656)	6.196	5.138	4.229
Saldos no fim do exercício	<u>51.802</u>	<u>23.597</u>	<u>20.898</u>	<u>38.665</u>	<u>34.586</u>	<u>34.330</u>
Total de investimentos	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>			
Luizacred	51.802	23.597	20.898			
Luizaseg	<u>38.665</u>	<u>34.586</u>	<u>34.330</u>			
Total	<u>90.467</u>	<u>58.183</u>	<u>55.228</u>			

As participações da Companhia em “joint ventures” são como segue:

- Participação de 50% do capital social votante da Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Companhia.
- Participação de 50% do capital social votante da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., e tem por objeto desenvolvimento, venda e administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil através da rede de lojas da Companhia.

As participações em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto estão combinadas com itens similares, linha a linha, nessas demonstrações financeiras consolidadas, conforme opção do pronunciamento técnico CPC 19 - Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto (Joint Venture).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

12. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008, foi a seguinte:

a) Controladora**Controladora (BR GAAP)**

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2008	10.213	46.376	16.348	12.087	52.864	185.574	9.791	6.973	340.226
Adições	-	12.354	5.490	167	9.084	14.892	63.981	9.019	114.987
Baixas	-	-	-	(398)	-	-	-	-	(398)
Transferências	-	(2.986)	345	-	9.095	69.634	(69.634)	(6.454)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	10.213	55.744	22.183	11.856	71.043	270.100	4.138	9.538	454.815
Adições	-	609	162	68	15	2.838	14.213	19.059	36.964
Baixas	-	(397)	-	(205)	(217)	(166)	-	-	(985)
Transferências	-	4.973	2.987	-	2.515	18.352	(18.351)	(10.476)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.213	60.929	25.332	11.719	73.356	291.124	-	18.121	490.794
Adições	-	11.195	4.134	15.866	13.008	8.578	27.801	8.599	89.181
Baixas	-	(1.398)	(5)	(5)	(6.029)	-	-	-	(7.437)
Transferências	-	(3.907)	921	94	16.238	30.273	(27.801)	(15.818)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.213	66.819	30.382	27.674	96.573	329.975	-	10.902	572.538
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2008	(1.626)	(13.731)	(3.489)	(4.336)	(31.948)	(51.039)	-	(871)	(107.040)
Adições	(639)	(4.707)	(2.017)	(1.027)	(10.783)	(20.915)	-	(435)	(40.523)
Baixas	-	40	9	164	10	-	-	-	223
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(2.265)	(18.398)	(5.497)	(5.199)	(42.721)	(71.954)	-	(1.306)	(147.340)
Adições	(636)	(5.478)	(2.605)	(972)	(12.319)	(25.613)	-	(535)	(48.158)
Baixas	-	130	-	196	106	-	-	-	432
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.901)	(23.746)	(8.102)	(5.975)	(54.934)	(97.567)	-	(1.840)	(195.065)
Adições	(445)	(5.975)	(2.718)	(1.150)	(13.157)	(26.959)	-	(812)	(51.216)
Baixas	-	51	2	15	4.981	-	-	-	5.049
Transferências	(1.940)	2.198	(139)	(191)	(403)	1.983	-	(1.508)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(5.286)	(27.472)	(10.957)	(7.301)	(63.513)	(122.543)	-	(4.160)	(241.232)
<u>Imobilizado líquido:</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2008	8.587	32.645	12.859	7.751	20.916	134.535	9.791	6.102	233.186
Saldo em 31 de dezembro de 2008	7.948	37.346	16.686	6.657	28.322	198.146	4.138	8.232	307.475
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.312	37.183	17.230	5.744	18.422	193.557	-	16.281	295.729
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.927	39.347	19.425	20.373	33.060	207.432	-	6.742	331.306

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

b) Consolidado**Consolidado (BR GAAP E IFRS)**

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2008	10.213	47.596	16.348	12.131	52.864	185.574	9.791	9.028	343.545
Adições	-	12.864	5.490	167	9.084	14.892	63.981	10.444	116.922
Baixas	-	-	-	(399)	-	-	-	-	(399)
Transferências	-	(2.986)	345	-	9.095	69.634	(69.634)	(6.454)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	10.213	57.474	22.183	11.899	71.043	270.100	4.138	13.018	460.068
Adições	-	1.129	162	68	15	2.838	14.213	19.114	37.539
Baixas	-	(847)	-	(255)	(718)	(666)	-	-	(2.486)
Transferências	-	4.973	2.987	-	2.515	18.352	(18.351)	(10.476)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.213	62.729	25.332	11.712	72.855	290.624	-	21.656	495.121
Adições	77	13.024	5.304	15.951	13.008	9.858	27.801	8.599	93.622
Imobilizado advindo de aquisição de controlada	16.529	3.812	2.884	4.980	1.460	9.485	-	-	39.150
Baixas	(18.237)	(1.409)	(106)	(5)	(6.030)	(34)	-	(97)	(25.918)
Transferências	-	(3.907)	921	94	16.238	30.273	(27.801)	(15.818)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.582	74.249	34.335	32.732	97.531	340.206	-	14.340	601.975
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2008	(1.626)	(14.679)	(3.489)	(4.341)	(31.948)	(51.039)	-	(1.906)	(109.028)
Adições	(639)	(4.759)	(2.017)	(1.030)	(10.783)	(20.915)	-	(440)	(40.583)
Baixas	-	40	9	164	10	-	-	-	223
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(2.265)	(19.398)	(5.497)	(5.207)	(42.721)	(71.954)	-	(2.346)	(149.388)
Adições	(636)	(5.511)	(2.630)	(980)	(12.319)	(25.613)	-	(685)	(48.374)
Baixas	-	130	-	196	106	-	-	-	432
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.901)	(24.779)	(8.127)	(5.991)	(54.934)	(97.567)	-	(3.031)	(197.330)
Adições	(560)	(6.291)	(3.266)	(1.511)	(13.218)	(27.154)	-	(812)	(52.812)
Baixas	1.831	63	117	15	4.982	-	-	-	7.008
Transferências	(1.940)	2.198	(139)	(191)	(403)	1.983	-	(1.508)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.630)	(31.007)	(11.276)	(7.487)	(63.170)	(124.721)	-	(3.843)	(243.134)
Imobilizado líquido:									
Saldo em 1º de janeiro de 2008	8.587	32.917	12.859	7.790	20.916	134.535	9.791	7.122	234.517
Saldo em 31 de dezembro de 2008	7.948	38.076	16.686	6.692	28.322	198.146	4.138	10.672	310.680
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.312	37.950	17.205	5.721	17.921	193.057	-	18.625	297.791
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.952	43.242	23.059	25.245	34.361	215.485	-	10.497	358.841

c) Taxas de depreciação

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.16, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e o respectivo valor residual, anualmente ao final de cada exercício. Durante o exercício de 2010, a Administração revisou as expectativas de vidas úteis, assim como o valor residual dos bens do ativo imobilizado e, como resultado de fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas, ou a forma de utilização dos bens, estabeleceu, com base em relatórios gerados pelos especialistas, com data base de 31 de dezembro de 2010, as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

<u>Taxa de depreciação e amortização anual</u>	<u>2010</u>	<u>2009/2008</u>
Edificações	1,67%	4%
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	10%
Veículos	20%	20%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias em propriedade de terceiros (1)	10%	10%

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- (1) As depreciações em benfeitorias de propriedades de terceiros é realizada com base nos prazos dos contratos de locação das respectivas lojas.

Conforme descrito na nota 37, subsequentemente a data base destas demonstrações financeiras, a Companhia alienou suas edificações, cujo saldo líquido e respectivo valor justo montavam R\$ 4.927 e R\$ 15.520, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010. Nesta mesma data não era altamente provável a venda destes bens e o nível hierárquico de gestão apropriado não estava comprometido com a venda destes, bem como referidos ativos não haviam sido colocados à venda, razão pela qual não foram classificados como mantidos para venda nestas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2010 as edificações estavam avaliadas pelo valor contábil, que era inferior ao valor justo menos despesas de distribuição, e de acordo com a Administração, o custo atribuído não foi registrado devido a sua irrelevância.

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo possuía imobilizado totalmente depreciado em operação no montante de R\$ 57.490 (R\$ 50.110 em 31 de dezembro de 2009, R\$ 43.923 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 24.473 em 1º de janeiro de 2008). O Grupo não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a capacidade de recuperação do ativo imobilizado corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor líquido dos ativos. Com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

13. INTANGIVEL

A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008, foi a seguinte:

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

a) Controladora**Controladora (BR GAAP)**

<u>Custo</u>	<u>Ágio na aquisição de novas redes de lojas</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Software</u>	<u>Projetos em Andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2008	36.921	41.685	19.851	-	11.992	110.449
Adições	-	16.492	6.212	-	427	23.131
Saldo em 31 de dezembro de 2008	36.921	58.177	26.063	-	12.419	133.580
Adições	-	981	8.272	-	49	9.302
Baixas	-	-	-	-	(671)	(671)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	36.921	59.158	34.335	-	11.797	142.211
Adições	-	2.094	15.141	13.190	-	30.425
Transferências	-	61	-	(61)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	36.921	61.313	49.476	13.129	11.797	172.636
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 1º de janeiro de 2008	(11.594)	(18.252)	(10.109)	-	(4.126)	(44.081)
Adições	-	(3.574)	(2.952)	-	(1.880)	(8.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(11.594)	(21.826)	(13.061)	-	(6.006)	(52.487)
Adições	-	(4.010)	(4.815)	-	(1.689)	(10.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(11.594)	(25.836)	(17.876)	-	(7.695)	(63.001)
Adições	-	(5.926)	(7.168)	-	(1.392)	(14.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(11.594)	(31.762)	(25.044)	-	(9.087)	(77.487)
Custo líquido:						
Saldo em 1º de janeiro de 2008	25.327	23.433	9.742	-	7.866	66.368
Saldo em 31 de dezembro de 2008	25.327	36.351	13.002	-	6.413	81.093
Saldo em 31 de dezembro de 2009	25.327	33.322	16.459	-	4.102	79.210
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.327	29.551	24.432	13.129	2.710	95.149

Consolidado**Consolidado (BR GAAP e IFRS)**

<u>Custo</u>	<u>Ágio na aquisição de novas redes de lojas</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Parcerias comerciais</u>	<u>Software</u>	<u>Projetos em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2008	36.921	41.685	13.506	20.859	-	11.992	124.963
Adições	-	16.056	-	5.213	-	427	21.696
Baixas	-	-	-	(99)	-	-	(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	36.921	57.741	13.506	25.973	-	12.419	146.560
Adições	-	981	-	8.272	-	49	9.302
Baixas	-	-	-	(6)	-	(671)	(677)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	36.921	58.722	13.506	34.239	-	11.797	155.185
Adições	-	3.094	-	15.546	13.226	-	31.866
Aquisição por combinação de negócios	230.579	40.430	-	337	-	1.510	272.856
Baixas	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	267.500	102.246	13.506	50.122	13.226	13.245	459.845
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 1º de janeiro de 2008	(11.594)	(18.252)	(2.525)	(10.593)	-	(4.126)	(47.090)
Adições	-	(3.575)	(761)	(2.966)	-	(1.880)	(9.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(11.594)	(21.827)	(3.286)	(13.559)	-	(6.006)	(56.272)
Adições	-	(4.010)	(1.582)	(4.968)	-	(1.689)	(12.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(11.594)	(25.837)	(4.868)	(18.527)	-	(7.695)	(68.521)
Adições	-	(6.791)	(791)	(7.686)	-	(1.437)	(16.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(11.594)	(32.628)	(5.659)	(26.213)	-	(9.132)	(85.226)
Custo líquido:							
Saldo em 1º de janeiro de 2008	25.327	23.433	10.981	10.266	-	7.866	77.873
Saldo em 31 de dezembro de 2008	25.327	35.914	10.220	12.414	-	6.413	90.288
Saldo em 31 de dezembro de 2009	25.327	32.885	8.638	15.712	-	4.102	86.664
Saldo em 31 de dezembro de 2010	255.906	70.408	6.723	24.198	13.226	4.158	374.619

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O saldo referente ao ágio decorrente da aquisição de novas redes de lojas é proveniente do processo de incorporação das empresas adquiridas pela Companhia, entre 2004 e 2007. Os valores referentes aos ágios foram amortizados linearmente até o ano de 2007. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição das demonstrações financeiras, estes ágios deixaram de ser amortizados contabilmente, uma vez que se referem a ativos intangíveis de vida útil indefinida. Assim, os ágios passaram a ser avaliados quanto a sua recuperação futura com base em projeções de resultados, por loja, preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os demais saldos são classificados como ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados substancialmente por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), que são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo de permanência no imóvel alugado. Dessa forma, a vida útil remanescente dos saldos líquidos em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente três anos.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica “projetos em andamento”. Dessa forma, a vida útil remanescente dos saldos líquidos em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente três anos.

As despesas relativas a amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são registradas na rubrica de “Depreciação e amortização”, no resultado do exercício. O Grupo não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, segundo o método descrito na nota explicativa nº 2.5. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. As premissas adotadas estão descritas adiante.

Como resultado dos testes de não recuperação realizados nos exercícios apresentados, a Companhia não reconheceu perdas por não recuperação.

Os testes de não recuperação compreendem a apuração dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa (UGCs) ou grupos da UGC para os quais o ágio e os intangíveis são alocados e sua comparação com os valores contábeis dos ativos relacionadas. Para avaliação interna, os testes compreendem a apuração do valor em uso de cada UGC, de acordo com os princípios descritos na nota explicativa nº 2.5. O valor em uso é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado para os próximos 10 anos, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	<u>Taxa de crescimento</u>	<u>Taxa de desconto</u>
Fluxo de caixa descontado	4,00%	16,5% ⁽¹⁾

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio)

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios de longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa.

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Mercadorias revenda - nacional	977.146	666.512	411.778	476.535	1.134.515	666.512	411.778	476.535
Mercadorias revenda - estrangeiro	633	5.334	2.696	-	633	5.334	2.696	-
Outros fornecedores	19.412	26.439	18.292	7.081	19.412	27.138	18.582	7.196
Ajuste a valor presente	(11.586)	(2.936)	(4.914)	(5.442)	(13.836)	(2.936)	(4.914)	(5.442)
	985.605	695.349	427.852	478.174	1.140.724	696.048	428.142	478.289

As operações de compra a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias para revenda, são trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, destacada na nota 2.7.3, sendo esta taxa considerada, pela Administração da Companhia, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para seus ativos e passivos.

O ajuste a valor presente de compras é registrado na rubrica “Fornecedores” (tendo como contrapartida a rubrica “Estoques”) e sua reversão é lançada na rubrica “Resultado financeiro”, pela fruição de prazo.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento final	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
				2010	2009	2008	2010	2009	2008	01/01/2008	
BNDES (a)	TIJP + 2,8% a.a. (a.i)	Fiança bancária	dez/13	50.338	76.350	101.202	72.538	50.338	76.350	101.202	72.538
	IPCA + 8,91% a.a (a.ii)										
Capital de Giro (b)	104% a 119% do CDI a.a.	Recebíveis de cartão de crédito / Nota promissória	jun/15	569.189	608.030	631.979	520.547	709.876	608.030	631.979	520.547
Financiamento imobiliário	TR + 10,5% a.a.	Hipotecária	-	-	-	29.645	31.672	-	-	29.645	31.672
Comprar	110% do CDI.	Nota promissória	-	-	-	41.801	17.077	-	-	41.801	17.077
Arrendamentos Mercantis	CDI / 12,41% a.a./ LIBOR + 3,3%	Alienação fiduciária/ Depósito em garantia	jan/16	14.217	11.460	16.226	10.817	14.659	11.460	16.226	10.817
Financeiros (c)											
Total de Empréstimos e Financiamentos				633.744	695.840	820.853	652.651	774.873	695.840	820.853	652.651
Passivo circulante				88.876	168.122	380.958	296.181	108.758	168.122	380.958	296.181
Passivo não circulante				544.868	527.718	439.895	356.470	666.115	527.718	439.895	356.470

(a) Os empréstimos contratados junto ao BNDES possuem a natureza de: i) financiamento para a abertura de novas lojas e ii) aquisição de instalações e de equipamentos. Estes contratos têm vencimentos de principal e juros pagos mensalmete.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- (b) A partir do exercício de 2007, com a estratégia de mudar seu perfil de endividamento financeiro, a Companhia contratou linhas de crédito bancário com características de liquidação de longo prazo. Estes financiamentos têm como garantia notas promissórias, hipotecas de imóveis pertencentes aos acionistas controladores e parte dos recebíveis de cartões de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de “swap”, substituindo os encargos contratados por juros pós-fixados referenciados em CDI. Trata-se de uma operação totalmente “casada”, que não expõe a Companhia a riscos cambiais ou taxas de juros externas. O efeito desta operação está demonstrado na nota explicativa nº 31.

- (c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a:
- (i) aeronave, cujo contrato foi celebrado no exercício de 2005 e possui vencimento final em 2016. Para este contrato foram depositados em garantia R\$ 1.081, (equivalentes a US\$ 610.000), registrados na rubrica de “Outros ativos não circulantes”, que será resgatado no vencimento final do contrato. Este depósito, equivalente a 15% do valor total do bem, é atualizado pela variação cambial, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do exercício; (ii) equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2011.

Cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas (“covenants”), constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto às instituições financeiras. Tais “covenants” requerem o atingimento de índices financeiros, e referem-se a contratos com vencimentos finais em 2012, conforme descrito abaixo:

- a) Capital de giro - Banco do Brasil - R\$ 545.517 em 31 de dezembro de 2010:
- i. Limitar a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido;
 - ii. Manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA não superior a 3,5 vezes, a ser apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos. Por Dívida Líquida deve-se entender o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Comprar e Vender, menos caixa e equivalentes de caixa;
 - iii. Apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.
- b) Capital de giro - Itaú Unibanco - R\$ 47.617 em 31 de dezembro de 2010:
- i. Manter a relação da Dívida Líquida / EBITDA não superior ou igual a: 3,00 em 31/12/2010; 2,50 em 31/12/2011 (por dívida líquida deve se entender: o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se operações de comprar (comprar: financiamento concedido para pagamento de insumos ou serviços adquiridos pela emitente junto a seus fornecedores) e vender (vender: financiamento a vendas que permite substituir o financiamento direto, do emitente aos seus clientes, pelo financiamento bancário, menos disponibilidades).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

16. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>2010</u>	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>			<u>01/01/2008</u>
			<u>2009</u>	<u>2008</u>		
Depósitos interfinanceiros (d)	100% a 103% do CDI	856.725	573.288	449.340		318.497
Passivo circulante		852.680	569.002	439.187		296.961
Passivo não circulante		4.045	4.286	10.153		21.536

Os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI são títulos emitidos por instituições financeiras e sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Referem-se às captações interbancárias efetivadas pela Luizacred junto ao Itaú Unibanco, cujos vencimentos são como segue:

	<u>Consolidado</u>
Até 30 dias	760.211
De 31 a 90 dias	28.321
De 91 a 180 dias	29.022
De 181 a 365 dias	35.126
Acima de 365 dias	<u>4.045</u>
	856.725

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>				<u>Consolidado (IFRS e BRGAAP)</u>			
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>
ICMS	6.932	20.402	24.314	21.565	6.932	20.402	24.314	21.565
Impostos renda e contribuição social	8.724	-	-	438	9.316	-	-	11.122
COFINS	9.677	1.247	7.808	4.878	9.975	1.783	9.004	5.432
PIS	2.101	271	1.695	1.059	2.151	438	1.870	1.144
IRRF	5.798	3.074	2.663	1.188	5.936	3.083	2.678	1.197
Outros	<u>2.592</u>	<u>2.327</u>	<u>662</u>	<u>651</u>	<u>5.128</u>	<u>3.087</u>	<u>729</u>	<u>800</u>
	35.823	27.321	37.142	29.779	39.438	28.793	38.595	41.260

18. IMPOSTOS PARCELADOS

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>				<u>Consolidado (IFRS e BRGAAP)</u>			
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>01/01/2008</u>
PAES e ICMS (a)	2.398	4.086	1.910	1.828	2.398	4.086	1.910	1.828
REFIS IV (b)	<u>12.141</u>	<u>13.115</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.921</u>	<u>46.921</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	14.539	17.201	1.910	1.828	49.319	51.007	1.910	1.828
Passivo circulante	8.239	4.272	424	-	43.019	39.052	424	-
Passivo não circulante	6.300	12.929	1.486	1.828	6.300	12.929	1.486	1.828

- (a) A Companhia possui parcelamentos de tributos federais vinculados ao PAES (originalmente de 2003) e de tributos estaduais (ICMS). Estes parcelamentos têm prazos de pagamento totais de 120 meses, restando em 31 de dezembro de 2010, 30 parcelas a vencer, sendo os saldos devedores atualizados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e na Taxa SELIC, também respectivamente.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- (b) Em novembro de 2009, a Companhia e sua controlada em conjunto Luizacred optaram pelo parcelamento de determinados tributos federais através da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS IV) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, sendo 60 parcelas mensais por parte da Companhia e parcela única por parte da Luizacred, sendo o saldo devedor sujeito a correção pela Taxa SELIC. O passivo da Companhia refere-se à desistência de uma discussão judicial sobre: i) autos de infração pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas a cartões de incentivo, avaliada pelos assessores legais da Companhia como perda possível. Desta forma, nenhuma provisão era constituída até a decisão de parcelamento. O valor a pagar deste parcelamento de R\$ 10.700 foi registrado integralmente na rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas” e, ii) PIS e COFINS outrora compensados e não homologados, no montante de R\$ 9.160, integralmente registrado na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”. O passivo da Luizacred refere-se à discussão judicial sobre alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS previsto pela Lei 9.718/98, para a qual era constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 34.780, conforme detalhado na nota explicativa nº 20. Os parcelamentos relacionados ao REFIS IV aguardam consolidação por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A expectativa da Companhia é que esta consolidação ocorra no mês de julho de 2011, quando a quantidade de parcelas e seus respectivos valores serão determinados. Neste período a Companhia e sua controlada em conjunto Luizacred fornecerão todas as informações necessárias à consolidação, tais como (i) confirmação da modalidade de parcelamento, (ii) indicação pormenorizada dos débitos parceláveis, (iii) confirmação do número de parcelas, (iv) e os montantes disponíveis de créditos decorrentes de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa de Contribuição Social. Considerando que o saldo devedor do REFIS IV é atualizado com base na taxa SELIC, a Companhia entende que o valor contabilizado reflete o valor justo do passivo.

O saldo dos passivos tributários declarados pela Companhia para homologação pela Receita Federal do Brasil, após a redução legal prevista no REFIS IV, é basicamente composto por:

					Deconto			Total	Abatimento com prejuízo	Parcelamento
				Montante a						
<u>Impostos parcelados</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>ser parcelado</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>	<u>a pagar</u>	<u>fiscal</u> ⁽¹⁾	<u>líquido</u>
<u>Controladora</u>										
INSS	7.002	2.738	4.815	14.555	(2.170)	(1.685)	(3.855)	10.700	(3.033)	7.667
PIS/COFINS	6.536	3.277	4.065	13.878	(3.555)	(1.163)	(4.718)	9.160	(3.712)	5.448
Total controladora	13.538	6.015	8.880	28.433	(5.725)	(2.848)	(8.573)	19.860	(6.745)	13.115
Passivo circulante										3.243
Passivo não circulante										9.872
					Deconto			Total	Abatimento com prejuízo	Parcelamento
				Montante a						
<u>Impostos parcelados</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>ser parcelado</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>	<u>a pagar</u>	<u>fiscal</u> ⁽¹⁾	<u>líquido</u>
<u>Consolidado</u>										
INSS	7.002	2.738	4.815	14.555	(2.170)	(1.685)	(3.855)	10.700	(3.033)	7.667
PIS/COFINS	34.415	3.277	13.824	51.516	(3.555)	(4.021)	(7.576)	43.940	(3.712)	40.228
Total consolidado	41.417	6.015	18.639	66.071	(5.725)	(5.706)	(11.431)	54.640	(6.745)	47.895
Passivo circulante										38.023
Passivo não circulante										9.872

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

¹ Compensação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com saldos de impostos parcelados, especificamente o valor de juros e multas a serem liquidados com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSSL, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6 de 2009.

Nos termos da legislação, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos mensais do parcelamento em referência, bem como dos impostos correntes, como condição essencial a sua manutenção. O não cumprimento desta obrigação acarretará no cancelamento dos benefícios concedidos e exigência dos débitos no valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. Não há exigência legal referente a garantias para concessão do parcelamento em análise.

19. RECEITA DIFERIDA

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
Receita diferida com terceiros:								
Contrato de exclusividade com Itaú Unibanco (a)	209.000	250.000	-	-	209.000	250.000	-	-
Contrato sobre direito de exploração - folha de pagamento (b)	8.883	12.558	16.233	-	8.882	12.558	16.233	-
Acordo comercial - Cardif (c)	-	-	-	-	19.000	-	-	-
	<u>217.883</u>	<u>262.558</u>	<u>16.233</u>	<u>-</u>	<u>236.882</u>	<u>262.558</u>	<u>16.233</u>	<u>-</u>
Receita diferida com partes relacionadas:								
Contrato de exclusividade com a Luizacred (d)	-	-	-	-	80.000	-	-	-
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (e)	10.271	20.543	30.815	38.519	5.136	10.272	15.404	19.260
	<u>10.271</u>	<u>20.543</u>	<u>30.815</u>	<u>38.519</u>	<u>85.136</u>	<u>10.272</u>	<u>15.404</u>	<u>19.260</u>
Total de receitas diferidas	<u>228.154</u>	<u>283.101</u>	<u>47.048</u>	<u>38.519</u>	<u>322.018</u>	<u>272.830</u>	<u>31.637</u>	<u>19.260</u>
Passivo circulante	20.686	54.947	13.947	7.709	25.956	54.951	13.947	7.709
Passivo não circulante	207.468	228.154	33.101	30.810	296.062	217.879	17.690	11.551

- a) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação”, firmado junto às instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e Banco Itaúcard S.A., através do qual a Companhia concedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos.

Pela referida associação as Instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, a serem apropriados a resultado no período do contrato, ou seja, 20 anos, e; ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, as quais devem ser atendidas cumulativamente ao longo dos primeiros cinco anos de vigência do contrato de cessão, sendo avaliadas no 5º ano, sujeitos a devolução de parte ou da integralidade do valor, caso as metas não sejam atingidas.

- b) Em 30 de junho de 2008 a Companhia celebrou com instituição financeira de 1ª linha contrato de cessão do direito exclusivo de exploração de sua folha de pagamento pelo prazo de 5 anos para a prestação de serviços bancários aos seus empregados. Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 20.250 no caixa da Companhia. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- c) A controlada Lojas Maia firmou acordo comercial por seis anos com a Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. com o objetivo de comercializar produtos de seguro, tais como Garantia Estendida, Proteção Financeira e demais produtos de seguro. Por este acordo a controlada Lojas Maia recebeu R\$ 23.000, que está sendo apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.
- d) Em 29 de dezembro de 2010 a controlada Lojas Maia, celebrou acordo de associação com a Luizacred, controlada em conjunto, através do qual concedeu exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 19 anos à instituição financeira. Por essa associação a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$ 160.000 a Lojas Maia (R\$ 80.000 no consolidado correspondem à participação de 50% do Magazine Luiza na controlada), que serão apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no item “(a) ii” acima foi aumentado para R\$ 55.000.
- e) Em 13 de dezembro de 2005, a Companhia celebrou aliança estratégica com a Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., através da qual concedeu à controlada em conjunto Luizaseg, o direito de exploração e exclusividade de oferta, distribuição e comercialização de produtos ampliados de seguros, principalmente garantias estendidas dos produtos comercializados na rede de lojas da Companhia, pelo prazo de 10 anos.

Esta aliança propiciou o ingresso de R\$ 50.000 no caixa da Companhia, sem estabelecimento de metas a serem cumpridas ou direito de regresso do montante.

O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. Para os casos em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008, no passivo não circulante, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora (BRGAAP)

	01/01/2008	Adições	Atualizações	Utilizações	2008	Adições	Atualizações	Adesão a parcelamento	Utilizações	2009	Adições	Atualizações	Adição por combinação de negócios	Utilizações	2010
Tributários (a)	8.880	-	1.059	(7.516)	2.423	343	210	-	(45)	2.931	26.036	315	-	(1.300)	27.982
Cíveis (b)	3.208	732	438	-	4.378	2.777	379	-	(470)	7.064	990	760	-	(170)	8.644
Trabalhistas	5.524	3.140	755	(1.235)	8.184	8.487	708	-	(1.848)	15.531	8.719	1.671	-	(4.262)	21.659
	17.612	3.872	2.252	(8.751)	14.985	11.607	1.296	-	(2.363)	25.526	35.745	2.746	-	(5.732)	58.285

Consolidado (IFRS e BRGAAP)

	01/01/2008	Adições	Atualizações	Utilizações	2008	Adições	Atualizações	Adesão a parcelamento	Utilizações	2009	Adições	Atualizações	Adição por combinação de negócios	Utilizações	2010
Tributários	33.965	7.767	4.640	(7.516)	38.856	-	1.234	(34.780)	(1.695)	3.615	28.091	389	112.827	(2.209)	142.713
Cíveis	3.478	695	475	(135)	4.513	2.787	390	-	(539)	7.151	981	769	5.652	(176)	14.377
Trabalhistas	5.562	3.217	760	(1.267)	8.272	8.482	716	-	(1.906)	15.564	9.102	1.675	3.696	(5.107)	24.931
	43.005	11.679	5.875	(8.918)	51.641	11.269	4.467	(34.780)	(4.140)	26.330	38.174	2.833	122.175	(7.491)	182.020

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

No exercício de 2009, a controlada em conjunto Luizacred desistiu de processo judicial relativo ao alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS previsto pela Lei 9.718/98, aderindo ao parcelamento da Lei 11.941/09. Como resultado, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas registrada no montante de R\$ 34.780, foi reclassificada para a rubrica de “Impostos Parcelados” (veja nota explicativa nº 18).

Em 31 de dezembro de 2010, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda e que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos tributários:

- (i) A Companhia contesta quinze autuações fiscais impostas pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, a qual alega recolhimento a menor de ICMS, supostamente devido a erro de aplicação de alíquotas. Tais autuações perfazem o montante de R\$ 12.234.
- (ii) Ação de inconstitucionalidade de obrigação ao recolhimento da contribuição ao INCRA, que foi depositado judicialmente em sua totalidade, no valor de R\$ 2.321 (R\$ 1.645, R\$ 1.136 e R\$ 697, em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e 1º de janeiro de 2008, respectivamente).
- (iii) A Companhia contesta judicialmente a majoração dos índices de RAT (Risco Acidente de Trabalho), efetuando depósito judicial no valor total de R\$ 6.843.
- (iv) A Companhia discute administrativamente o índice FAP (Fator Acidentário de Prevenção) que lhe foi imposto, cuja provisão totaliza R\$ 6.584 em 31 de dezembro de 2010.
- (v) Demais ações tributárias avaliadas pela Administração da Controladora e da Controlada Lojas Maia e seus assessores jurídicos como perda provável somam R\$ 41.234 (R\$ 1.286 em 2009 e R\$ 1.286 em 2008) e estão relacionadas a autos de infração pelo suposto não recolhimento de ICMS;
- (vi) A controlada Lojas Maia não reconhece a obrigatoriedade sobre recolhimento de PIS/Cofins sobre a base de ICMS, efetuando depósito judicial no valor total de R\$ 21.000. Além destes riscos relacionados ao PIS/Cofins há outras demandas relacionadas a débitos sobre receita de juros, subvenções fiscais recebidas e créditos julgados como passíveis de questionamento junto ao Fisco. Para fazer face a estes riscos, foi constituída provisão adicional de, aproximadamente, R\$ 15.850.
- (vii) Durante o processo de combinação de negócios a controlada Lojas Maia, outros riscos fiscais relacionados a ICMS, IRPJ, CSSL e ISS foram identificados pela Companhia e ponderados no contexto de apuração dos respectivos valores justos, tendo sido registrada provisão adicional de R\$ 41.038.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O Grupo entende que a melhor estimativa de desembolsos futuros para os processos tributários registrados no passivo circulante é como segue:

	<u>Desembolso estimado</u>
2012	4.078
2013	2.719
2014	2.719
2015	1.359
2016	<u>1.359</u>
	<u>12.234</u>

As premissas utilizadas para tal estimativa levam em consideração, principalmente:

- a) Possibilidade de discussão da contingência tanto administrativa, como judicialmente;
- b) Duração média de discussão em cada esfera, sendo de 1 a 3 anos para discussões administrativas, podendo superar 10 anos para discussões na esfera judicial;
- c) Possibilidade de adesão a possíveis anistias fiscais;
- d) Realização de depósitos judiciais, para os casos aplicáveis;
- e) Eventuais alterações de legislação e jurisprudência.

Os demais processos do Grupo possuem expectativa de desembolso maior do que cinco anos e não podem ser previstos com exatidão devido ao estágio inicial que se encontram e a resolução de eventos que devem ocorrer antes da esfera judicial.

- b) Processos cíveis: As contingências cíveis no montante de R\$ 8.644 (R\$ 7.064 em 2009 e R\$ 4.378 em 2008) estão relacionadas a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos; a controlada Lojas Maia, por pertencer também ao ramo varejista, possui processos da mesma natureza no montante de R\$ 5.733.
- c) Processos trabalhistas:
 - i. Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R\$ 19.900 (R\$ 14.707 em 2009 e R\$ 8.184 em 2008) reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.
 - ii. A Companhia contesta ainda o recolhimento de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado, que está sendo depositado judicialmente em sua totalidade, no valor de R\$ 1.759 (R\$ 824 em 2009).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O Grupo entende que a melhor estimativa de desembolsos futuros para os processos cíveis e trabalhistas, registrados no passivo circulante é como segue:

	<u>Desembolso estimado</u>
2012	13.578
2013	7.612
2014	7.612
2015	5.254
2016	<u>5.254</u>
	<u>39.310</u>

As premissas utilizadas para tal estimativa levam em consideração, principalmente a fase processual, considerando que tanto um processo cível, quanto um processo trabalhista tem duração média de três a cinco anos, dentre todas as fases processuais.

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. A natureza e o valor atribuído às principais causas passivas são como segue:

- a) Processos tributários: Existem processos tributários em que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto situam-se como rés. O montante estimado pela administração e seus assessores legais relacionados a esses processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial, é de R\$ 132.245.
- b) Processos cíveis e trabalhistas: A Companhia contesta processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Contingências ativas

A Companhia é parte em outros processos tributários de diversas naturezas situando-se como autora. Os valores estimados para esses processos totalizam R\$ 233.602, e não foram registrados contabilmente por se tratarem de ativos contingentes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 220.000. No exercício de 2010 a Companhia, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 17 de dezembro de 2010, a redução do capital social para R\$ 43.000, objetivando a absorção de prejuízos acumulados. O capital social em 31 de dezembro de 2010 era representado por 48.283.255 ações ordinárias, sem valor nominal. Adicionalmente, em 1º de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3,10666710436154 novas ações ordinárias, resultando em 150.000.000 ações ordinárias, assim distribuídas:

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
LTD Administração e Participações S.A.	121.318.861	80,88
Luiza Participações S.A.	862.411	0,58
Wagner Garcia Participações S.A.	9.273.731	6,18
Brazil Zia I, LLC	14.690.183	9,79
Brazil Zia II, LLC	3.854.796	2,57
Outros	18	-
Total	<u>150.000.000</u>	<u>100,00</u>

Reserva legal

Quando aplicável, é calculada ao final de cada exercício social, em montante equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição da reserva de retenção de lucros, a qual terá a sua destinação pela assembléia geral ordinária.

Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício após compensações previstas em Lei. Em 2010, foram aprovados dividendos no montante de R\$ 15.335, dos quais R\$ 13.700 foram pagos no exercício.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>			<u>Consolidado (IFRS e BRGAAP)</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita Bruta:						
Varejo - Revenda de mercadoria	4.812.178	3.670.562	3.036.942	5.138.279	3.670.562	3.036.942
Varejo - Prestação de serviços	184.196	158.159	160.957	100.984	86.576	85.561
Operações de crédito	-	-	-	373.339	296.602	230.699
Operações de seguro	-	-	-	58.297	55.584	39.932
Administração de Consórcio	-	-	-	21.077	20.273	20.213
	<u>4.996.374</u>	<u>3.828.721</u>	<u>3.197.899</u>	<u>5.691.976</u>	<u>4.129.597</u>	<u>3.413.347</u>
Impostos e devoluções:						
Revenda de mercadoria	(778.644)	(759.922)	(784.485)	(857.705)	(759.922)	(784.485)
Prestação de serviços	(24.107)	(17.226)	(17.114)	(26.247)	(18.676)	(18.342)
	<u>(802.751)</u>	<u>(777.148)</u>	<u>(801.599)</u>	<u>(883.952)</u>	<u>(778.598)</u>	<u>(802.827)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>4.193.623</u>	<u>3.051.573</u>	<u>2.396.300</u>	<u>4.808.024</u>	<u>3.350.999</u>	<u>2.610.520</u>

23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>			<u>Consolidado (IFRS e BRGAAP)</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Custos						
das mercadorias revendidas	(2.916.704)	(2.079.557)	(1.545.885)	(3.092.816)	(2.079.557)	(1.545.885)
de prestação de serviços	-	-	-	(12.484)	(12.925)	(14.698)
de captação para operações financeiras	-	-	-	(60.961)	(47.706)	(42.519)
	<u>(2.916.704)</u>	<u>(2.079.557)</u>	<u>(1.545.885)</u>	<u>(3.166.261)</u>	<u>(2.140.188)</u>	<u>(1.603.102)</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Compra e variação de mercadorias para revenda	(2.869.188)	(2.043.182)	(1.514.433)	(3.060.622)	(2.061.797)	(1.533.065)
Custos financeiros (captação e financiamentos)	(40.919)	(30.685)	(27.518)	(101.880)	(78.391)	(70.037)
Despesas com pessoal	(605.422)	(380.807)	(338.644)	(661.226)	(396.151)	(354.956)
Despesas com publicidade	(78.819)	(108.838)	(74.306)	(86.083)	(112.385)	(77.738)
Despesas com fretes	(115.563)	(100.913)	(78.553)	(130.563)	(100.913)	(78.553)
Despesas com locações	(91.997)	(84.052)	(64.191)	(111.997)	(84.052)	(64.191)
Despesas com depreciação e amortização	(65.702)	(58.672)	(48.929)	(68.487)	(60.623)	(49.765)
Despesas com prestadores de serviços	(123.641)	(57.334)	(99.964)	(142.160)	(57.334)	(39.964)
Provisões diversas	(25.599)	(43.408)	(25.572)	(61.190)	(40.692)	(15.698)
Provisão para Devedores Duvidosos	(14.471)	(32.414)	(11.336)	(175.333)	(190.407)	(157.237)
Outras	-	(118.402)	(106.622)	-	(177.842)	(185.986)
Total	(4.031.321)	(3.058.707)	(2.390.068)	(4.599.540)	(3.360.587)	(2.639.009)

Classificado por função como:

Custos das mercadorias vendidas, dos serviços

prestados e de captações no mercado

Despesas com vendas

Despesas gerais e administrativas

Perdas em crédito de liquidação duvidosa

Depreciação e amortização

(2.916.704)	(2.079.557)	(1.545.885)	(3.166.261)	(2.140.188)	(1.603.102)
(869.757)	(740.335)	(665.829)	(976.930)	(805.824)	(698.524)
(164.687)	(147.729)	(118.089)	(212.529)	(163.545)	(130.381)
(14.471)	(32.414)	(11.336)	(175.333)	(190.407)	(157.237)
(65.702)	(58.672)	(48.929)	(68.487)	(60.623)	(49.765)
(4.031.321)	(3.058.707)	(2.390.068)	(4.599.540)	(3.360.587)	(2.639.009)

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Apropriação de receita diferida - cessão de crédito de direito de exploração (a)	54.947	13.947	11.721	49.811	8.811	7.869
Operações de crédito pessoal - Luizacred (b)	-	-	-	30.332	19.562	14.574
Ressarcimento de tributos (c)	9.611	1.892	2.607	9.611	1.892	2.607
Despesas com cartões de crédito (d)	-	-	-	(22.271)	(5.718)	(1.955)
Provisão para perdas de investimento	(2.264)	-	-	-	-	-
Provisão para perdas tributárias	(10.948)	-	-	(10.948)	-	-
Honorários da administração (e)	(9.285)	(5.983)	(2.449)	(9.285)	(5.983)	(2.449)
Participação dos empregados	(10.288)	(1.252)	(2.353)	(10.288)	(1.252)	(2.353)
Outros	1.210	8.888	4.430	5.987	(3.743)	(6.475)
	32.983	17.492	13.956	42.949	13.569	11.818

a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, descritos em detalhes na nota explicativa nº 19.

b) Em 2005, a Luizacred firmou contrato de parceria junto ao antigo Banco Fininvest S.A., sucedido pelas instituições Itaú Unibanco, para a oferta de operações de crédito pessoal aos clientes do Magazine Luiza, para complementar o portfólio de serviços disponibilizados pela Luizacred. A principal condição do contrato estabelece a transferência dos recursos apurados mensalmente ("profit sharing") obtidos pelos serviços de empréstimos contratados junto a Fininvest, a favor da Luizacred.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- c) Referem-se a créditos tributários, sendo que seus principais saldos vinculados a:
- i) PIS/Cofins, no montante de R\$ 3.867 em 2010, sobre transações de venda de produtos de informática beneficiados pela lei de inclusão digital e; ii) créditos extemporâneos registrados em 2010 sobre recolhimentos previdenciários realizados sobre base de natureza indenizatória, no valor total de R\$ 5.208.
- d) Refere-se a despesas para emissão e implementação de novos cartões de crédito, como ações de marketing e prospecção, entre outros.
- e) Refere-se a despesas de remuneração ao Conselho de Administração e valores pagos a título de honorários à Administração da Companhia (veja abertura deste último na nota explicativa nº 7 - (c)).

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Receitas financeiras:						
Juros de vendas de garantia estendida	12.220	13.748	18.422	14.050	13.748	18.422
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	810	2.498	681	7.917	8.366	5.848
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	2.069	2.333	3.643	2.138	2.333	3.643
Desconto obtido	11.647	4.551	3.386	11.647	4.551	3.386
Variação cambial ativa (a)	692	4.560	1.251	692	4.560	1.251
Outros	-	566	848	118	566	848
	<u>27.438</u>	<u>28.256</u>	<u>28.231</u>	<u>36.562</u>	<u>34.124</u>	<u>33.398</u>
Despesas financeiras:						
Juros de empréstimos e financiamentos	(105.533)	(120.042)	(111.114)	(113.613)	(101.277)	(111.114)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(54.150)	(42.089)	-	(33.627)	(42.089)	-
Provisão de juros com garantia estendida	(11.896)	(13.412)	(10.330)	(11.896)	(13.412)	(10.330)
Variação cambial passiva (a)	(886)	(881)	(1.760)	(3.700)	(881)	(1.760)
Outros	<u>(10.050)</u>	<u>(17.064)</u>	<u>(14.263)</u>	<u>(15.191)</u>	<u>(17.074)</u>	<u>(14.263)</u>
	<u>(182.515)</u>	<u>(193.488)</u>	<u>(137.467)</u>	<u>(178.027)</u>	<u>(174.733)</u>	<u>(137.467)</u>
	<u><u>(155.077)</u></u>	<u><u>(165.232)</u></u>	<u><u>(109.236)</u></u>	<u><u>(141.465)</u></u>	<u><u>(140.609)</u></u>	<u><u>(104.069)</u></u>

- (a) As variações cambiais são relativas substancialmente ao contrato de arrendamento mercantil financeiro, mencionado na nota explicativa nº 15, bem como pela compra de mercadorias para revenda de fornecedores estrangeiros.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas oferecem plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de *contribuição definida*, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, a critério do Grupo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2010, 2009 e 2008, respectivamente, as contribuições montaram em R\$ 611, R\$ 361 e R\$ 375. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale alimentação, vale transporte, bolsa de estudo, entre outros. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2010, foi de R\$ 59.545 (R\$ 44.191 em 2009 e R\$ 46.658 em 2008).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Adicionalmente, o Grupo não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de partes relacionadas.

28. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, o Grupo implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. Em decorrência do atingimento de tais metas pré-estipuladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram provisionados, na controladora e no consolidado, R\$ 14.468 (R\$ 4.585 em 2009). Os valores são registrados como despesas operacionais.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2008, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor Presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia;
- Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
- Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;
- Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos;

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do resultado, ativos e passivos por segmento

	2010						Saldo Consolidado
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração Consórcios	Total	Eliminações	
Receita bruta com terceiros	5.239.263	373.339	58.297	21.077	5.691.976	-	5.691.976
Receita bruta com partes relacionadas	85.132	22.034	-	-	107.166	(107.166)	-
Deduções da receita	(882.435)	-	-	(1.517)	(883.952)	-	(883.952)
Receita líquida do segmento	4.441.960	395.373	58.297	19.560	4.915.190	(107.166)	4.808.024
Custos	(3.092.816)	(60.961)	(2.935)	(9.549)	(3.166.261)	-	(3.166.261)
Lucro bruto	1.349.144	334.412	55.362	10.011	1.748.929	(107.166)	1.641.763
Despesas com vendas	(899.673)	(82.451)	-	-	(982.124)	-	(982.124)
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(42.881)	(38.619)	(3.632)	(85.132)	85.132	-
Despesas gerais e administrativas	(193.306)	-	(7.841)	(6.188)	(207.335)	-	(207.335)
Resultado da provisão com créditos de liquida	(14.502)	(160.831)	-	-	(175.333)	-	(175.333)
Depreciação e amortização	(67.124)	(1.112)	(5.136)	(251)	(73.623)	5.136	(68.487)
Equivalência patrimonial	42.394	-	-	-	42.394	(42.394)	-
Outras receitas operacionais	33.989	11.018	-	814	45.821	(2.872)	42.949
Resultado financeiro	(148.550)	-	6.405	680	(141.465)	-	(141.465)
Resultado financeiro com partes relacionadas	(22.034)	-	-	-	(22.034)	22.034	-
Imposto de renda e contribuição social	(13.768)	(22.892)	(3.975)	(499)	(41.134)	-	(41.134)
	<u>66.570</u>	<u>35.263</u>	<u>6.196</u>	<u>935</u>	<u>108.964</u>	<u>(40.130)</u>	<u>68.834</u>
	2009						Saldo Consolidado
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração Consórcios	Total	Eliminações	
Receita bruta	3.756.688	296.602	55.584	20.723	4.129.597	-	4.129.597
Receita bruta com partes relacionadas	72.033	18.765	-	-	90.798	(90.798)	-
Deduções da receita	(777.148)	-	-	(1.450)	(778.598)	-	(778.598)
Receita líquida do segmento	3.051.573	315.367	55.584	19.273	3.441.797	(90.798)	3.350.999
Custos	(2.079.557)	(47.706)	(2.974)	(9.951)	(2.140.188)	-	(2.140.188)
Lucro bruto	972.016	267.661	52.610	9.322	1.301.609	(90.798)	1.210.811
Despesas com vendas	(740.335)	(66.799)	-	-	(807.134)	-	(807.134)
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(34.467)	(34.006)	(3.560)	(72.033)	72.033	-
Despesas gerais e administrativas	(147.729)	-	(9.927)	(4.579)	(162.235)	-	(162.235)
Resultado da provisão com créditos de liquida	(32.414)	(157.993)	-	-	(190.407)	-	(190.407)
Depreciação e amortização	(58.672)	(1.731)	(5.136)	(220)	(65.759)	5.136	(60.623)
Equivalência patrimonial	10.978	-	-	-	10.978	(10.978)	-
Outras receitas operacionais	17.492	676	(77)	614	18.705	(5.136)	13.569
Resultado financeiro	(146.467)	-	5.292	566	(140.609)	-	(140.609)
Resultado financeiro com partes relacionadas	(18.765)	-	-	-	(18.765)	18.765	-
Imposto de renda e contribuição social	51.189	(2.993)	(3.618)	(657)	43.921	-	43.921
	<u>(92.707)</u>	<u>4.354</u>	<u>5.138</u>	<u>1.486</u>	<u>(81.729)</u>	<u>(10.978)</u>	<u>(92.707)</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

	2008					
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração Consórcios	Total	Saldo Consolidado
Receita bruta	3.122.502	230.699	39.932	20.213	3.413.346	3.413.346
Receita bruta com partes relacionadas	75.397	-	-	-	75.397	-
Deduções da receita	(801.599)	-	-	(1.228)	(802.827)	(802.827)
Receita líquida do segmento	2.396.300	230.699	39.932	18.985	2.685.916	2.610.520
Custos	(1.545.885)	(42.519)	(3.567)	(11.131)	(1.603.102)	(1.603.102)
Lucro bruto	850.415	188.180	36.365	7.854	1.082.814	1.007.418
Despesas com vendas	(665.829)	(37.402)	-	-	(703.231)	(703.231)
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(44.906)	(26.884)	(3.607)	(75.397)	-
Despesas gerais e administrativas	(118.089)	-	(3.678)	(3.906)	(125.673)	(125.673)
Resultado da provisão com créditos de liquida	(11.336)	(145.901)	-	-	(157.237)	(157.237)
Depreciação e amortização	(48.929)	(681)	(3.852)	(155)	(53.617)	(49.765)
Equivalência patrimonial	(14.431)	-	-	-	(14.431)	-
Outras receitas operacionais	13.956	1.836	(530)	408	15.670	11.818
Resultado financeiro	(109.236)	-	4.344	823	(104.069)	(104.069)
Imposto de renda e contribuição social	26.833	19.218	(1.536)	(421)	44.094	44.094
	<u>(76.646)</u>	<u>(19.656)</u>	<u>4.229</u>	<u>996</u>	<u>(91.077)</u>	<u>(76.646)</u>

Ativos

	01/01/2008					
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração Consórcios	Total	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes	86.663	144	61	6.184	93.052	93.052
Títulos e valores mobiliários	-	-	27.259	-	27.259	27.259
Contas a receber	575.690	379.335	-	201	955.226	955.226
Estoques de mercadorias para revenda	344.566	-	-	-	344.566	344.566
Investimentos	76.962	-	-	-	76.962	(76.962)
Imobilizado e intangível	299.554	12.523	19.261	311	331.649	(19.260)
Outros	127.162	43.386	9.033	4.099	183.680	(30.313)
	<u>1.510.597</u>	<u>435.388</u>	<u>55.614</u>	<u>10.795</u>	<u>2.012.394</u>	<u>(126.534)</u>

	31/12/2008					
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração Consórcios	Total	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes	28.192	67	45	7.193	35.497	35.497
Títulos e valores mobiliários	-	-	50.783	-	50.783	-
Contas a receber	525.563	505.505	-	16	1.031.084	-
Estoques de mercadorias para revenda	380.819	-	-	-	380.819	-
Investimentos	62.932	-	-	-	62.932	(62.932)
Imobilizado e intangível	388.568	11.690	15.412	708	416.378	(15.411)
Outros	154.815	57.303	6.772	1.889	220.779	(23.479)
	<u>1.540.889</u>	<u>574.565</u>	<u>73.012</u>	<u>9.806</u>	<u>2.198.272</u>	<u>(101.822)</u>

	31/12/2009					
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração Consórcios	Total	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes	183.124	1.795	29	7.461	192.409	192.409
Títulos e valores mobiliários	-	-	63.180	-	63.180	-
Contas a receber	516.322	696.020	-	1.069	1.213.411	-
Estoques de mercadorias para revenda	518.551	-	-	-	518.551	-
Investimentos	67.373	-	-	-	67.373	(67.373)
Imobilizado e intangível	374.939	8.579	10.276	935	394.729	(10.275)
Outros	219.609	62.531	8.354	2.520	293.014	(31.052)
	<u>1.879.918</u>	<u>768.925</u>	<u>81.839</u>	<u>11.985</u>	<u>2.742.667</u>	<u>(108.699)</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

	31/12/2010						
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Caixa e equivalentes	319.359	249	31	9.226	328.865	-	328.865
Títulos e valores mobiliários	-	5.029	73.654	-	78.683	-	78.683
Contas a receber	518.153	1.025.101	-	131	1.543.385	-	1.543.385
Estoques de mercadorias para revenda	849.799	-	-	-	849.799	-	849.799
Investimentos	(28.837)	-	-	-	(28.837)	28.837	-
Imobilizado e intangível	724.766	87.750	5.139	941	818.596	(85.136)	733.460
Outros	335.047	80.540	11.510	1.683	428.780	(35.193)	393.588
	<u>2.718.287</u>	<u>1.198.669</u>	<u>90.334</u>	<u>11.981</u>	<u>4.019.271</u>	<u>(91.492)</u>	<u>3.927.780</u>

	01/01/2008						
<u><i>Passivos</i></u>		Operações	Operações	Administração			Saldo
	<u>Varejo</u>	<u>financeiras</u>	<u>de seguros</u>	<u>Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Fornecedores	478.174	-	89	26	478.289	-	478.289
Empréstimos e financiamentos	652.651	-	-	-	652.651	-	652.651
Depósitos interfinanceiros	-	318.497	-	-	318.497	-	318.497
Operações com cartões de crédito	-	25.951	-	-	25.951	-	25.951
Provisões técnicas de seguros	-	-	21.741	-	21.741	-	21.741
Provisão para contingências	17.612	25.082	3	308	43.005	-	43.005
Receita diferida	38.519	-	-	-	38.519	(19.260)	19.260
Outras contas a pagar	160.351	25.304	5.580	2.254	193.489	(30.313)	163.177
	1.347.307	394.834	27.413	2.588	1.772.142	(49.572)	1.722.570

	31/12/2008						
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Fornecedores	427.852	-	286	4	428.142	-	428.142
Empréstimos e financiamentos	820.853	-	-	-	820.853	-	820.853
Depósitos interfinanceiros	-	449.340	-	-	449.340	-	449.340
Operações com cartões de crédito	-	57.474	-	-	57.474	-	57.474
Provisões técnicas de seguros	-	-	31.636	-	31.636	-	31.636
Provisão para contingências	14.985	36.430	-	226	51.641	-	51.641
Receita diferida	47.048	-	-	-	47.048	(15.411)	31.637
Outras contas a pagar	143.508	10.423	6.760	1.872	162.563	(23.479)	139.084
	1.454.246	553.667	38.682	2.102	2.048.697	(38.890)	2.009.807

	31/12/2009						
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Fornecedores	695.349	-	671	28	696.048	-	696.048
Empréstimos e financiamentos	695.840	-	-	-	695.840	-	695.840
Depósitos interfinanceiros	-	573.288	-	-	573.288	-	573.288
Operações com cartões de crédito	-	120.535	-	-	120.535	-	120.535
Provisões técnicas de seguros	-	-	35.256	-	35.256	-	35.256
Provisão para contingências	25.526	681	-	123	26.330	-	26.330
Receita diferida	283.101	-	-	-	283.101	(10.275)	272.826
Outras contas a pagar	186.165	50.825	11.325	2.644	250.959	(31.052)	219.908
	1.885.981	745.329	47.252	2.795	2.681.357	(41.326)	2.640.031

	31/12/2010						
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Fornecedores	1.139.807	-	733	184	1.140.724	-	1.140.724
Empréstimos e financiamentos	774.873	-	-	-	774.873	-	774.873
Depósitos interfinanceiros	-	856.725	-	-	856.725	-	856.725
Operações com cartões de crédito	-	220.230	-	-	220.230	-	220.230
Provisões técnicas de seguros	-	-	43.695	-	43.695	-	43.695
Provisão para contingências	179.165	2.524	76	255	182.020	-	182.020
Receita diferida	407.154	-	-	-	407.154	(85.136)	322.018
Outras contas a pagar	299.175	67.388	7.165	1.417	375.145	(35.193)	339.953
	2.800.174	1.146.867	51.669	1.856	4.000.566	(120.329)	3.880.237

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

30. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com o IAS 33 - "Lucro por ação", a tabela abaixo reconcilia o lucro (prejuízo) líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro (prejuízo) dos exercícios atribuível aos proprietários da Companhia	68.834	(92.707)	(76.646)
Ações em circulação (a)	150.000	150.000	150.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,46	(0,62)	(0,51)

(a) Conforme descrito na nota explicativa 21, em 1º de abril de 2011 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3,10666710436154 novas ações ordinárias, resultando em 150.000.000 ações ordinárias, as quais foram utilizadas como base para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de risco de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

A Companhia utiliza também o índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual, no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. A Companhia tem como meta alcançar índice de Dívida Líquida/EBITDA de 1,5 a 2,5. Tal índice em 31 de dezembro de 2010 foi de 1,6, ficando dentro da meta.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Por “Dívida líquida” deve-se entender o somatório de todos e quaisquer Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, subtraído de caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante.

Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	2010	2009	2008	01/01/2008	2010	2009	2008	01/01/2008
<u>Ativos financeiros</u>								
Empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos):								
Caixa e bancos	156.435	37.656	25.893	77.700	265.994	40.601	26.704	78.443
Depósitos judiciais	24.175	15.243	6.821	10.949	24.175	15.243	6.821	10.949
Contas a receber	424.363	516.322	525.563	575.690	1.543.385	1.213.411	1.031.084	955.226
Partes relacionadas	40.139	38.675	31.289	34.263	36.018	18.643	20.498	19.509
Mantidos para negociação:								
Títulos e valores mobiliários	24.828	145.468	2.299	8.963	93.327	176.648	29.199	22.291
Disponíveis para venda:								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	78.683	63.180	50.783	27.259
<u>Passivos financeiros</u>								
Custo amortizado:								
Empréstimos, financiamentos e depósitos interfinanceiros	633.744	695.840	820.853	652.651	774.873	695.840	820.853	652.651
Operações com cartões de crédito	-	-	-	-	-	120.535	57.474	25.951
Fornecedores	985.605	695.349	427.852	478.174	666.115	696.048	428.142	478.289
Partes relacionadas	25.343	22.534	17.874	27.056	13.231	13.887	9.454	14.108
Dividendos a pagar	-	-	-	3.465	-	-	-	3.465

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão do vencimento de parte substancial ocorrer em data próxima à dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados estimados ao valor justo são resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos acima permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se informações significativas não observáveis (Nível 3) a partir de 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de próximo relacionamento com instituições financeiras, com freqüente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

Em 31 de dezembro de 2010 o Grupo possuía aproximadamente R\$ 170.000 em linhas de crédito disponíveis e não utilizadas junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	<u>Inferior a um ano</u>	<u>Um a três anos</u>	<u>Três a cinco anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	1.140.724	-	-	1.140.724
Empréstimos e financiamentos	112.258	452.370	210.245	774.873
Partes relacionadas	13.231	-	-	13.231

Considerações sobre riscos

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, que em 31 de dezembro de 2010 tem um saldo de R\$ 1.543.385. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas, em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Para os casos em que a concentração dos valores faturados é maior, o risco é gerenciado através de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2010 o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 11.584, os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Risco de mercado: decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do país. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas.

Risco de taxas de juros: o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas a “Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)” e “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

O detalhe dos contratos, cujas operações são registradas na CETIP - Sistema de Proteção contra Riscos Financeiros (SPR), que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

<u>Banco contratado</u>	<u>Valor de referência (nocial)</u>	<u>Valor justo com ganho (perda) do “swap” (b)</u>	<u>Indexador banco</u>		<u>Indexador Companhia</u>	
			<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>
Unibanco	38.128	(8.823)	US\$	6,25% a.a.	CDI	108,3% a.a.
HSBC (a)	-	-	US\$	2,48% a.a.	CDI	115% a.a.
Safra (a)	-	-	US\$	1,67% a.a.	CDI + Pré	100%+1,54% a.a.
Bradesco	98.409	(2.164)	US\$	4,08% a.a.	CDI	118% a.a.
Brasil	<u>117.961</u>	<u>(2.249)</u>	US\$	4,79% a.a.	CDI	116% a.a.
	<u>254.498</u>	<u>(13.236)</u>				

(a) Operações foram encerradas no exercício de 2010.

(b) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&F Bovespa.

Não houve, nos exercícios apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal chave da Administração e corresponde a avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 diminuiria ou aumentaria em R\$ 10.665 (redução ou aumento de R\$ 12.886 em 2009 e R\$ 10.527 em 2008). Isso ocorre principalmente devido à exposição do Grupo a juros de empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F Bovespa, sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos das aplicações financeiras, sendo os cenários obtidos demonstrados como segue:

Juros a incorrer expostos a:	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>	<u>Cenário V</u> <u>(- 50%)</u>
CDI	95.200	119.000	71.400	142.800	47.600
TJLP	3.127	3.909	2.345	4.691	1.564
IPCA	<u>2.119</u>	<u>2.649</u>	<u>1.589</u>	<u>3.179</u>	<u>1.060</u>
Total	<u>100.446</u>	<u>125.558</u>	<u>75.335</u>	<u>150.669</u>	<u>50.223</u>

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco relevante de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “Swap”, exceto por contas a pagar a fornecedores estrangeiros e arrendamento mercantil de aeronave, de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiros derivativo “Swap” e dos empréstimos e financiamentos são compensados, conforme análise de sensibilidade demonstrada abaixo.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição as taxas câmbio dos instrumentos financeiros derivativos de empréstimos no final do período desta demonstração financeira. Foi considerado um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de câmbio esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de câmbio futuras para a moeda norte-americana divulgadas pela BM&F Bovespa.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos - “swap”:

	<u>Valor de referência</u> (nacional)	<u>Valor exposto</u> US\$ (a)	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u> (+25%)	<u>Cenário III</u> (-25%)	<u>Cenário IV</u> (+50%)	<u>Cenário V</u> (-50%)
Empréstimos e financiamentos	254.498	152.742	(5.160)	(76.982)	55.566	(143.256)	121.840
Swap	(254.498)	(152.742)	5.160	76.982	(55.566)	143.256	(121.840)
Total	-	-	-	-	-	-	-

Análise de sensibilidade de contas a pagar a fornecedores estrangeiros e arrendamento mercantil de aeronave:

	<u>Valor exposto</u> US\$ (a)	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u> (+25%)	<u>Cenário III</u> (-25%)	<u>Cenário IV</u> (+50%)	<u>Cenário V</u> (-50%)
Fornecedores estrangeiros	380	646	808	485	969	323
Arrendamento mercantil - aeronave	2.022	3.437	4.297	2.578	5.156	1.719
Total	2.402	4.083	5.104	3.063	6.125	2.042

(a) Valor convertido para dólares americanos pela taxa divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 1,6662 por US\$ 1,00.

32. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**32.1. Controlada adquirida - Lojas Maia**

<u>Atividade principal</u>	<u>Data de aquisição</u>	<u>Participação nas ações</u>	<u>Contrapartida transferida</u>
Exploração econômica no ramo de comércio e representações no varejo e atacado de móveis, eletrodomésticos, artigos gerais de magazine, máquinas e equipamentos de informática em geral, importação, exportação e serviços em geral.	31/07/2010	100%	100.000

A aquisição das Lojas Maia faz parte do planejamento estratégico da Companhia de expansão para o Nordeste brasileiro.

32.2. Contrapartida transferida

Caixa	64.948
Saldos a pagar - Outras contas a pagar (a)	33.333
Créditos com ex-acionistas (b)	1.719
Total	<u>100.000</u>

(a) Conforme contrato de aquisição, firmado em 31 de julho de 2010, 50% do preço de compra foi efetuado à vista, e o saldo remanescente dividido em 6 parcelas bimestrais no valor de R\$ 8.333 atualizadas pelo CDI, vencendo-se a primeira em Outubro de 2010 (já liquidada) e a última em agosto de 2011. Do montante devido na última parcela, 80% estará sujeito a depósito em conta corrente conjunta dos ex-acionistas para fazer frente a indenizações por descumprimento de certas cláusulas contratuais e contingências trabalhistas que ultrapassem o limite de R\$ 1.800. Não existem outras previsões contratuais de ressarcimento à Companhia pelos vendedores decorrente de eventuais contingências que venham a surgir como resultado das práticas de gestão adotadas no período anterior à aquisição; assim sendo, não foi registrado nenhum ativo indenizatório como parte da combinação de negócios.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- (b) Refere-se a créditos detidos pelas Lojas Maia junto aos ex-acionistas os quais foram considerados quitados pelo contrato de aquisição.

32.3. Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição

	<u>Valor contábil</u>	<u>Ajuste para combinação de negócios</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo circulante	105.634	-	105.634
Ativos não circulantes:			
Outros ativos	23.039	-	23.039
Impostos a recuperar (e)	13.391	(4.017)	9.373
Imposto de renda diferido (d)	-	18.543	18.543
Imobilizado (a)	22.180	16.971	39.150
Intangível (b)	<u>1.847</u>	<u>40.430</u>	<u>42.277</u>
Total ativo não circulante	60.457	71.927	132.383
Total do ativo	<u>166.090</u>	<u>71.927</u>	<u>238.017</u>
<u>Passivo circulante</u>	213.314	-	213.314
Passivos não circulantes:			
Outros passivos	24.429	-	24.429
Imposto de renda diferido (d)	-	13.746	13.746
Contingências (c)	<u>68.305</u>	<u>50.521</u>	<u>118.826</u>
Total passivo não circulante	92.734	64.267	157.001
Passivo a descoberto	(139.958)	7.659	(132.298)
Total do passivo	<u>166.090</u>	<u>71.927</u>	<u>238.017</u>

A contabilização inicial da aquisição das Lojas Maia foi provisoriamente apurada no final do período de relatório. Na data da conclusão destas demonstrações financeiras, as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados e, por consequência, tinham sido apenas provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da administração para esses valores prováveis.

- (a) A mais valia do imobilizado foi apurada nas rubricas de edifícios e veículos nos montantes de R\$ 12.792 e R\$ 4.178, respectivamente. O valor justo dos edifícios foi determinado por laudo preparado por especialistas datado de 20 de dezembro de 2010. Para os veículos foram avaliados através de valor de mercado disponível em cotações públicas. Para os demais grupos, a Administração da Companhia é da opinião que seus valores contábeis se aproximam dos valores justos;
- (b) Refere-se ao relacionamento com clientes e fundo de comércio, identificados através do laudo preparado por especialistas com informações levantadas na data base de 31 de julho de 2010 e datado de 22 de fevereiro de 2011.
- (c) Refere-se ao valor estimado pela Administração, em conjunto com seus assessores legais, do desembolso com passivos contingentes de natureza fiscais e cíveis advindos da combinação de negócios, detalhados na nota explicativa nº20.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

(d) Foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias relacionadas ao intangível e às contingências.

(e) Refere-se a expectativa de perda na realização de créditos tributários.

32.4. Ágio gerado na aquisição

Contrapartida transferida	100.000
Desconto por abatimento de dívida de ex-acionistas	<u>(1.719)</u>
Contrapartida transferida líquida	98.281
Valor justo do passivo a descoberto assumido	<u>132.298</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>230.579</u>

Foi gerado ágio na aquisição das Lojas Maia, uma vez que o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra das Lojas Maia. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio pois não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

De acordo com a legislação fiscal, somente seria dedutível o ágio gerado na aquisição até o limite do valor pago pelo controle da investida. Esse ágio fiscalmente foi classificado como sendo: a) R\$ 16.971 referentes a mais valia de ativo imobilizado; b) R\$ 40.430 referentes a aquisição de intangíveis (outras razões econômicas) e c) R\$ 40.880 suportados pela rentabilidade futura do investimento adquirido, o qual será amortizado para fins fiscais, após a incorporação do investimento. Para fins de dedutibilidade, apenas os itens a e c, quando amortizados, gerarão redução efetiva na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

32.5. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada - 31 de dezembro 2010

Contrapartida paga em caixa	64.948
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquirido	<u>(3.119)</u>
Saída líquida de caixa	<u>61.829</u>

32.6. Impactos das aquisições no resultado do grupo

Nas demonstrações financeiras consolidadas o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 inclui prejuízo de R\$ 2.264 e receitas de R\$ 248.338 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelas Lojas Maia no período entre a data de aquisição e a do encerramento do exercício.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2010, as receitas consolidadas seriam de R\$ 485.936 e o lucro consolidado do exercício seria de R\$ 51.413. A Administração da Companhia considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

33. COMPROMISSOS**Arrendamento mercantil operacional - Contratos de aluguel**

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de 5 anos, renováveis por mais 5 anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 7 lojas próprias e 600 alugadas (dados não auditados). Para estes contratos de aluguel, incluindo os 8 centros de distribuição, foram registradas despesas no montante de R\$ 93.542 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 84.052 em 2009 e R\$ 64.691 em 2008).

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos 5 anos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	99.604
2012	104.063
2013	109.205
2014	114.934
2015	120.343
Total	<u>548.149</u>

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos					
	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Em até um ano	8.732	4.755	6.036	9.332	4.755	6.036
Entre dois e cinco anos	5.127	6.292	9.213	5.127	6.292	9.213
Mais de cinco anos	1.122	1.131	1.945	1.122	1.131	1.945
	14.981	12.178	17.194	15.581	12.178	17.194
Menos: Resultado financeiro não incorrido	(764)	(718)	(968)	(922)	(718)	(968)
	(764)	(718)	(968)	(922)	(718)	(968)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>14.217</u>	<u>11.460</u>	<u>16.226</u>	<u>14.659</u>	<u>11.460</u>	<u>16.226</u>
	Valor presente dos pagamentos mínimos					
	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Em até um ano	8.272	4.513	5.067	8.714	4.513	5.067
Entre dois e cinco anos	4.824	5.826	9.213	4.824	5.826	9.213
Mais de cinco anos	1.121	1.121	1.946	1.121	1.121	1.946
	14.217	11.460	16.226	14.659	11.460	16.226
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>14.217</u>	<u>11.460</u>	<u>16.226</u>	<u>14.659</u>	<u>11.460</u>	<u>16.226</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu uma aeronave, através de contrato de leasing, com vencimento final em 2016, sujeito à variação cambial e remunerado à taxa LIBOR (vide maiores informações na nota explicativa nº 15). Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra o risco relacionado às variações das taxas de câmbio pactuadas neste contrato.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A Companhia também firmou contratos de arrendamento mercantil financeiro para equipamentos de informática e softwares, os quais têm vencimento final em 2011, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir, em atendimento ao item 31 do pronunciamento técnico CVM nº 645/2009:

<u>Categoria dos ativos</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>01/01/2008</u>
Computadores e periféricos	11.763	11.446	13.856	8.239
Veículos	<u>6.321</u>	<u>5.516</u>	<u>6.399</u>	<u>7.281</u>
Total	<u>18.084</u>	<u>16.962</u>	<u>20.255</u>	<u>15.520</u>

Adicionalmente, não houve nos períodos apresentados, pagamentos contingentes reconhecidos como despesas durante os períodos, bem como subarrendamentos mercantis realizados. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

Garantia de transferência de valores mobiliários emitidos pela Companhia

A Companhia é garantidora por meio de Carta de Fiança em transação de compra de valores mobiliários por parte de seus acionistas controladores LTD Administração e Participações S.A., Wagner Garcia Participações Ltda. e Luiza Participações Ltda., em caso de exercício de opção de venda de ações por parte dos acionistas investidores Brazil Zia I LLC e Brazil Zia II LLC, considerando a eventual incapacidade dos seus acionistas controladores em fazer frente a tal compromisso. A Administração da Companhia é da opinião que a probabilidade de ter que honrar essa garantia seja remota, com base nas perspectivas recentes de mercado para fornecimento de linhas de crédito aos acionistas controladores para esse fim.

As opções de venda, com base na cláusula prevista no Acordo de Acionistas celebrado inicialmente em 15 de junho de 2005, aditado em 17 de agosto de 2010, os acionistas investidores podem exercer anualmente as opções de venda, com o primeiro vencimento em 17 de agosto de 2011

O preço da opção de venda significa o preço à vista pelo qual os investidores venderiam a totalidade de suas ações, de modo que a taxa interna de retorno anual do investimento, medida em dólares e considerando os dividendos recebidos no período, seja igual a 10% (dez por cento). O investimento inicial feito pelos investidores foi de R\$ 119.500 em 16 de junho de 2005, equivalentes a US\$ 49.585, de acordo com a taxa de conversão da moeda na data original do investimento.

A garantia financeira, nos termos do pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao IAS 39), não está registrada na Companhia devido à irrelevância de seu valor.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

34. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**34.1. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA**

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, os saldos que compõem essa conta estão representados conforme nota explicativa n 4. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	<u>Controladora BR GAAP</u>			<u>Consolidado IFRS e BR GAAP</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valores a pagar a fornecedores por aquisição de imobilizado	808	242	6	808	242	6
Compensação de multa e juros sobre impostos com saldo de prejuízo fiscal, conforme previsto pela Lei 11.941	-	6.745	-	-	6.745	-
Saldos a pagar a terceiros por aquisição de investimento em controlada	33.333	-	-	33.333	-	-
Dividendos distribuídos por controladas em conjunto e não recebidos	462	6.537	-	-	-	-
Dividendos declarados e não pagos no exercício	1.635	-	-	1.635	-	-

34.2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA CUJAS DIVULGAÇÕES SÃO ENCORAJADAS PELO CPC 03 (R2) - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

34.2.1. Demonstrações dos fluxos de caixa dos investimentos em controladas em conjunto:

Os fluxos de caixa de cada uma das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, referentes às participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto apresentados mediante o uso da consolidação proporcional, estão demonstrados a seguir:

	<u>Luizacred</u>			<u>Luizaseg</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	80.392	1.971	(489)	7.003	(16)	(1.913)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos	(80.283)	(243)	(452)	-	-	(3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa oriundo das (aplicado nas) nas atividades financeiras	(1.655)	-	864	(7.001)	-	1.900
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.546)</u>	<u>1.728</u>	<u>(77)</u>	<u>2</u>	<u>(16)</u>	<u>(16)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.795	67	144	29	45	61
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	249	1.795	67	31	29	45
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.546)</u>	<u>1.728</u>	<u>(77)</u>	<u>2</u>	<u>(16)</u>	<u>(16)</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

34.2.2. Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócios:Fluxos de caixa por segmento de negócios

	2010					
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração consórcios</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	478.631	80.392	7.003	2.021	(162.639)	405.408
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos	(178.924)	(80.283)	-	(256)	153.983	(105.480)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa oriundo das (aplicado nas) nas atividades financeiras	(163.472)	(1.655)	(7.001)	-	8.656	(163.472)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>136.235</u>	<u>(1.546)</u>	<u>2</u>	<u>1.765</u>	<u>-</u>	<u>136.456</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	183.124	1.795	29	7.461	-	192.409
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	319.359	249	31	9.226	-	328.865
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>136.235</u>	<u>(1.546)</u>	<u>2</u>	<u>1.765</u>	<u>-</u>	<u>136.456</u>

	2009					
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração consórcios</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	170.007	1.971	(16)	599	-	172.561
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos	203.974	(243)	-	(331)	-	203.400
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa aplicado nas nas atividades financeiras	(219.049)	-	-	-	-	(219.049)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>154.932</u>	<u>1.728</u>	<u>(16)</u>	<u>268</u>	<u>-</u>	<u>156.912</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.192	67	45	7.193	-	35.497
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	183.124	1.795	29	7.461	-	192.409
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>154.932</u>	<u>1.728</u>	<u>(16)</u>	<u>268</u>	<u>-</u>	<u>156.912</u>

	2008					
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração consórcios</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(237)	(489)	(1.913)	3.017	(2.202)	(1.824)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(117.399)	(452)	(3)	(507)	-	(118.361)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa oriundo das (aplicado nas) nas atividades financeiras	59.165	864	1.900	(1.501)	2.202	62.630
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(58.471)</u>	<u>(77)</u>	<u>(16)</u>	<u>1.009</u>	<u>-</u>	<u>(57.555)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	86.663	144	61	6.184	-	93.052
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.192	67	45	7.193	-	35.497
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(58.471)</u>	<u>(77)</u>	<u>(16)</u>	<u>1.009</u>	<u>-</u>	<u>(57.555)</u>

34.2.3. Demais informações adicionais aos fluxos de caixa:

- Em 31 de dezembro de 2010 o Grupo possuía aproximadamente R\$ 170.000 em linhas de crédito disponíveis e não utilizadas junto a instituições financeiras.
- O montante de juros sobre empréstimos e financiamentos pagos no exercício de 2010 foi de R\$ 63.554 pela controladora e R\$ 63.734 para o consolidado (R\$ 97.910 pela controladora e consolidado em 2009 e R\$ 79.721 pela controladora e consolidado em 2008).
- O montante de dividendos recebidos, de controladas e controladas em conjunto, no exercício de 2010 foi de R\$ 8.713 (R\$ 2.362 em 2008).
- O montante de dividendos pagos a acionistas no exercício de 2010 foi de R\$ 13.700 (R\$ 3.465 em 2008).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- e) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o Grupo pagou R\$ 20.124 de imposto de renda e contribuição social (R\$ 15.053 em 2009 e R\$ 2.956 em 2008).

35. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são assim demonstradas:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Responsabilidade civil	2.250	2.215
Riscos diversos - estoques e imobilizados	392.420	392.290
Veículos	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
	404.670	404.505

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2011.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 21 de fevereiro de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária, foram aprovados, entre outros assuntos, os seguintes:
- Abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de Companhia de Capital Aberto, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a adesão ao segmento de listagem da BM&FBOVESPA S.A.
 - Reforma do estatuto social da Companhia, objetivando principalmente, as exigências legais e regulamentares aplicáveis a companhias abertas e exigências decorrentes do regulamento de listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.
- b) Subseqüentemente a 31 de dezembro de 2010, a Companhia celebrou instrumento promessa de venda e compra de imóveis junto à parte relacionada MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., no qual foram vendidos nove imóveis pelo montante de R\$ 15.520 (conforme avaliação efetuada por peritos independentes, que levaram em consideração o valor de mercado dos bens. O montante será recebido em 120 dias da data da venda, sem a incidência de juros e/ou atualização monetária. A transação é parte da estratégia da Administração da Companhia em consolidar o critério de alugar os imóveis onde suas lojas são estabelecidas. Referida transação gerou ganho no montante de R\$ 10.662, registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais” em data subsequente a estas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- c) Conforme Assembleia Geral dos acionistas da controlada em conjunto Luizacred datada de 11 de março de 2011, houve aumento de capital no montante de R\$ 160.000, sendo R\$ 80.000 em ações preferenciais e R\$ 80.000 em ações ordinárias. Os recursos foram aportados em partes iguais pelo Banco Itaucard S.A. e pela controlada integral Lojas Maia, de tal modo que esta passa a fazer parte da composição acionária da Luizacred, que passou a ter o seguinte quadro societário:

<u>Acionista</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>% do Capital social</u>
Itaucard	211.691	211.691	50,00%
Magazine Luiza	171.691	171.691	40,55%
Lojas Maia	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>	<u>9,45%</u>
Total	<u>423.382</u>	<u>423.382</u>	<u>100,00%</u>

Na mesma data foi alterado o acordo de acionistas entre a Companhia e o Banco Itaucard para incorporar as Lojas Maia, porém mantendo controle compartilhado, entre a Companhia e Banco Itaucard, sendo que a Companhia possui controle indireto de 50% das ações ordinárias e totais.

O aumento de capital foi em razão da necessidade de caixa para fazer frente ao pagamento do direito de exclusividade junto às Lojas Maia, conforme descrito na nota explicativa 19 (d). Com o aporte, a Luizacred permanece no cumprimento dos limites mínimos de capital exigidos pela BACEN.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e em 1º de janeiro de 2008, e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos e caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa No. 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Magazine Luiza S.A. essas práticas, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, para fins de IFRS, esses investimentos são avaliados ao custo ou ao valor justo.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2011, sobre as

quais emitimos relatório dos auditores independentes na mesma data, fizeram parte dos documentos que acompanharam o pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Como parte desse processo, subseqüentemente, a Administração da Companhia decidiu reapresentar essas demonstrações financeiras para incluir informações adicionais em algumas notas explicativas que não modificam a substância das informações apresentadas anteriormente e não resultaram em modificação dos saldos contábeis. As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2011. O relatório dos auditores independentes foi reemitido nesta mesma data face as alterações processadas pela Administração da Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, apresentadas como demonstrações financeiras obrigatórias conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 5 de abril de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Edgar Jabbour
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 4.364.573-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 052.571.868-02, com escritório na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, na qualidade de Diretora Presidente do MAGAZINE LUIZA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.960.950/0001-21 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos pareceres dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Diretora Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Roberto Bellissimo Rodrigues, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 23.944.783-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 251.674.028-08, com escritório na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do MAGAZINE LUIZA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.960.950/0001-21 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos pareceres dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.

Roberto Bellissimo Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores